

RODRIGO LUIZ PEREIRA

**AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE OS
PAÍSES DO LEVANTE: POLÍTICA, CULTURA E
SEGURANÇA**

Orientador: Fernando Campos

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais**

Lisboa

2017

RODRIGO LUIZ PEREIRA

**AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE OS
PAÍSES DO LEVANTE: POLÍTICA, CULTURA E
SEGURANÇA.**

Dissertação defendida em provas públicas para a obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política-Cidadania e Governação, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, perante o Despacho de Nomeação de Júri nº. 99/2017 com a seguinte composição:

Presidente: Professor Doutor Sérgio Vieira da Silva

Arguente: Professor Doutor José Carlos Calazans

Orientador: Professor Doutor Fernando Campos

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais

Lisboa

2017

À minha querida esposa, filha e filho,
pelo amor, carinho e companheirismo. A
todos aqueles que acreditam em políticas
justas, que buscam sempre beneficiar os
governados. A todos os Estados e políticos
que governam para o povo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me dar força e vontade de estudar. À minha esposa Nádia Araújo, à minha filha Rebeca Pereira e ao meu filho Samuel Pereira. Ao meu orientador Prof. Doutor Fernando Campos, pelas valiosas dicas e correções. Ao meu amigo Marcelo Tunala, pela revisão e correções. Aos colegas de classe. A todos os que proporcionaram a execução deste trabalho.

Resumo

As relações entre os países do Levante estão ligadas a conflitos étnico-religiosos, econômicos e geográficos. A democracia não é aplicável no mundo muçulmano, pois a soberania pertence a *Allah* e não ao povo. Após o reconhecimento do Estado de Israel no Levante em 1948 pela ONU, houve uma mudança drástica no cenário político. As principais questões que envolvem a paz na Palestina são: a cidade de Jerusalém, as fronteiras, os assentamentos e o retorno dos refugiados. Os conflitos e as guerras entre o Estado judeu e o povo árabe palestino são um dos principais motivos de instabilidade na região. Os europeus que estiveram no poder do Levante são acusados de fomentar a discórdia entre os dois povos. O Tratado de Paz entre Israel e Jordânia em 1994 permitiu a Jordânia administrar a área onde está a mesquita sagrada 'Al-Aqsa'. A guerra na Síria foi patrocinada pelos Estados Unidos, pela Europa e pelos países do golfo. A crise na Síria e o grupo 'Daesh', que se auto denomina um califado islâmico, criaram a maior crise humanitária do mundo. Os eventos pós Primavera Árabe revelaram que os rebeldes, que lutavam na Síria para derrubar o governo, não lutavam pela democracia, mas por um Estado islâmico soberano.

Palavras - chave: Levante – Conflitos – Democracia – Político – Poder

Abstract

The international relations of the Levant countries are related to ethnic and religious conflicts, economic and geographic. Democracy is not applicable in the Muslim world, because sovereignty belongs to Allah and not to the people. After the UN recognition of the State of Israel in the Levant in 1948, this was a drastic change in the political scenario. The main issues surrounding peace in Palestine are: the city of Jerusalem, borders, settlements and the return of Palestinian Arab refugees. This conflicts and wars between the Jewish State and the Palestinian Arab people it is one of the main reasons for instability in the region. Europeans who were in power in the Levant are accused of fomenting discord between the two people. The treaty between Israel and Jordan in 1994 allowed Jordan to manage the area where the mosque 'Al-Aqsa'. The war in Syria was sponsored by the United States, Europe and the Gulf countries. The crisis in Syria and 'Daesh' group that self named an Islamic caliphate, created the largest humanitarian crisis in the world. The post-Arab spring events, revealed that the rebels fighting in Syria to overthrow the government, are not fighting for democracy, but for an Islamic state.

Key-words- Levant - Conflicts - Democracy - Political - Power

ÍNDICE

Introdução	7
Capítulo I – Enquadramento Teórico	13
Capítulo II – A Construção da Identidade Política do Levante	28
2.1 A Luta dos Judeus por um Estado Próprio	33
2.2 A Jordânia Luta pela Soberania do Reino	43
2.3 A Influência da Política Ocidental.....	48
2.4 A Cosmvisão Democrática	58
Capítulo III – O Paradigma Cultural dos Povos do Levante	66
3.1 As Semelhanças Culturais e a Unidade.....	71
3.2 A Influência da Cultura Fatalista.....	80
3.3 Refugiados e a Crise Humanitária.....	88
3.4 Daesh Fomenta a Segurança.....	94
Capítulo IV – Análise Prospectiva	102
Conclusão	114
Bibliografia	119
Webgrafia	122

Introdução

A relação entre os países do Levante é um tema que hoje tem chamado a atenção de muitas pessoas. O presente trabalho aborda a questão política, cultural e de segurança e como tais questões estão entrelaçados, decidindo o futuro da região. Nesse estudo serão descritos os conflitos que envolvem toda a história da política ocidental na região desde o seu apogeu. Pergunta-se: será possível desvendar a causa de tantos conflitos no Levante? No atual momento histórico da região, com as guerras geopolíticas, religiosas e culturais, as disputas pelo poder têm causado tanto sofrimento ao povo levantino. Diante desse quadro, será possível apontar uma só causa para tantos desacordos entre os povos? Por detrás do cenário político do Levante, quem manda? O poder está nas mãos de um Estado, de uma organização, de uma tradição, de uma crença, de um povo ou de uma pessoa? Como ressaltou Azambuja “homem, sociedade e poder são um trinômio indestrutível” (Azambuja, 2008, p.74).

A relevância do estudo é mostrar que, no mundo globalizado, os Estados podem exercer poder sobre uma região tão pequena e rica, que abala as políticas internacionais diretamente. Conhecer os problemas sociais, religiosos e culturais é de suma importância para entender a política aplicada no Levante. O estudo pretende responder a essas perguntas dando uma resposta relevante às questões propostas, contribuindo com informações valiosas sobre os conflitos na região. As respostas apresentadas servirão para serem analisadas, discutidas, levando o leitor a ponderar sobre os assuntos comentados. Por meio da informação, será possível chegar a uma resposta racional e relevante sobre os conflitos, descartando os estereótipos que a região carrega por gerações.

A dissertação tem um olhar teológico, antropológico, histórico, sociológico e econômico além do poder político. O leitor será despertado pelo desejo de estudar mais a fundo sobre os constantes conflitos na região do Levante, tomando as suas próprias conclusões depois de pesquisar, analisar e investigar. A busca pelo domínio e pelo poder não é só um desejo interno, mas também externo. Vários grupos e países lutam para garantir seu espaço geográfico e político. Alertou Maquiavel que “quem é causa do poderio de alguém arruína-se, porque esse poder resulta ou da astúcia ou da força, e ambas são suspeitas para aquele que se tornou poderoso” (Maquiavel, 2012, p.48). Nesse jogo de disputa pelo poder, os Estados são divididos. Afirmou Morris: “criar divisão entre os adversários, separá-los, jogar uns contra os outros é um dos mais antigos estratagemas políticos e militares” (Morris,

2004, p.203). Esse tipo de estratagema acontece continuamente no Levante, pois os acordos são quebrados assim que uma nova oportunidade econômica ou política surge no cenário. Isso acontece muito entre os grupos terroristas ou fundamentalistas. O que acontece em um país da região afeta todos os demais países, pois eles estão unidos pela cultura, religião e pelas alianças.

Serão abordado os temas chaves para entender o que aconteceu e o que acontece há séculos e o porquê de tantos desacordos e dificuldades para se chegar a um acordo de paz, pondo fim ao sofrimento da população. O estudo apresenta um recorte geográfico da região do Levante, que inclui os Estados de Israel, Jordânia, Líbano e Síria, diferentemente dos demais estudos anteriores, levando o leitor para bem longe de onde se queria estar. O presente trabalho tem enfoque na região do Levante e não em toda a região conhecido como Oriente Médio, apesar que os seus conflitos envolvem toda a região. O recorte mostrará que a região levantina apresenta muitas semelhanças culturais e sociais entre si e com os demais países da região, mas as semelhanças não prometem estabilidade ou cooperação entre si. Como afirmou Demant “os interesses econômicos, cálculos políticos, pressões do sistema internacional como um todo, entre outros, também moldam as inter-relações” (Demant, 2014, p.345).

Há essa lacuna nos estudos anteriores, pois tais estudos abrangem toda a região de forma genérica e os conflitos entre judeus e árabes palestinos como se esse fosse o único fator divisor de águas na região. Essa lacuna chamou a atenção do autor, que procurou estudar e escrever sobre o Levante, desligado dos grandes Estados petrolíferos do golfo. Desta forma o autor reúne, em um só estudo, temas importantes da região e do mundo. Fornecendo informações valiosas e caminhos para a compreensão da conjuntura em que está infiltrado na política mundial. De forma alguma o autor despreza o material escrito e as contribuições dos autores sobre o Levante. Ele apenas percebeu uma lacuna nesses estudos anteriores e quis preencher.

A importância da religião é o elo que une e o faz ser preso a tradições e paradigmas, que são difíceis de serem mudados em prol do bem-estar do povo e da boa governança. O estudo apresenta os principais acontecimentos históricos relevantes mais fortes que marcaram e mudaram a região, primeiramente em relação a si próprio e depois em relação ao mundo e aos seus interesses. Os objetivos da dissertação são: 1) contribuir com o acervo político e cultural sobre o Oriente Médio, com enfoque nos países que formam o Levante de forma condensada e 2) contribuir com informações detalhadas sobre os problemas e constantes

conflitos e guerras em um só documento, facilitando a pesquisa sobre o tema. A política, o poder, a soberania religiosa-cultural e a segurança, mostrarão que as tragédias sociais e humanitárias têm suas origens a partir dessas áreas. Para destacar esse fenômeno, ressalta Cunha: “realmente o poder está em todo lado onde a visão do outro seja sobre uma visão de disputa, de competição, de vontade, de domínio e etc.” (Cunha, 2014, p.67).

Quando se pensa na região do Levante, a primeira coisa que vem à mente é que, a região é complicada e de difícil compreensão dos fatos, mas na verdade não é. É simples e fácil de entender. Estudar as crenças, tradições e valores, por mais contrárias que sejam aos costumes ocidentais, tem valor imensurável para quem quer entender e tirar conclusões saudáveis sem exageros e sensacionalismo. Como ressaltou Bauman: “as crenças não precisam ser coerentes para que se acredite nelas” (Bauman, 2000, p.9). O presente estudo leva em consideração a tradição histórica e cultural do povo, seu comportamento e decisão sobre os temas mais relevantes da vida. Um fato importante a ser apresentado aqui é que, tanto a Rússia como os Estados Unidos têm os seus aliados na região. A luta externa entre esses Estados é refletida no Levante. É uma disputa de poder para ver que tem mais domínio. Diante desse quadro, mais conflitos são criados, enquanto as potências mantêm sua economia e tecnologia estáveis, bem longe dos conflitos. Entretanto, quando os conflitos chegam à sua porta, rapidamente são dissolvidos.

As características do estudo são: antropológicas, teológicas, sociológicas, econômicas e de cosmovisão política. Metodologicamente o trabalho foi dividido em quatro capítulos, sendo os capítulos segundo e terceiro, divididos em quarto subcapítulos, de forma que a dissertação não ultrapassasse as 120 páginas. As normas APA foram utilizadas para a elaboração desta dissertação. O estudo aborda em primeiro lugar a questão de identidade política, seguido por cultura e segurança. No rodapé estão escritos significados de palavras e conceitos, referências bibliográficas e informações complementares sobre o tema. Os autores que formam a bibliografia e suas obras foram selecionadas, levando em conta a propriedade que os mesmos apresentam sobre o assunto. A webgrafia apresenta as fontes de pesquisas que o autor fez em busca de informações de órgãos humanitários e políticos, jornalismo e de dicionários online da língua portuguesa.

Na introdução é apresentado o assunto da dissertação e a metodologia. Seguido do capítulo 1 – Enquadramento Teórico – que apresenta a justificação do tema, a terminologia, a estrutura, a hipótese, e a limitação do tema e a relação de poder. O poder é almejado, procurado e preservado de geração a geração, mas é desprezado pelo povo, por falta de

conhecimento e oportunidade. A democracia ensina que o poder é do povo e Amaral, referindo-se à história política, afirma que a “democracia, ou o governo dos pobres, dos homens comuns, que entrou em disputa eleitoral com os primeiros” (Amaral, 2012, Preliminares). O Levante não vive nos moldes do passado, mas nos moldes da pós-modernidade, que não difere em nada da modernidade, apenas veste roupa nova e máscara. O poder está nas mãos do povo, mas esse ainda não sabe como usá-lo para garantir a sua sobrevivência, paz e segurança, longe dos massacres e das guerras. As leis devem gerar mudanças na sociedade, evitando que a massa seja levada ao extremismo religioso e sociológico e não ao bem-estar da sociedade.

Capítulo 2 – A Construção da Identidade Política do Levante - A identidade política tem forte tendência religiosa e militar, traços da antiguidade idealizada pelos grupos fundamentalistas. O *slogan* “o Islã é a Solução” tem levado a sociedade a crer que a prática e a volta às raízes islâmicas são a única saída para a solução dos problemas sociais. A identidade política de guerra está no coração de cada indivíduo, basta uma faísca para que ela exploda. (2.1) A Luta dos Judeus por um Estado Próprio – mostrará a força da política mundial no evento, apoiando a política sionista e o que aconteceu após esse evento. O sionismo propôs habitar a terra. Do outro lado, os árabes estavam furiosos, pois o sionismo projetava um Estado, no qual o islamismo não seria a religião oficial. Com o massacre dos judeus na Europa, as nações não tiveram outra razão, senão aprovar a fundação do Estado Judeu na Palestina. Esse ato foi tratado como direito humanitário.

Em (2.2) é descrito como a Jordânia luta pela soberania do seu reino. Os conflitos envolvendo as nações árabes e o Estado Judeu custaram caro a Jordânia que teve que lutar veemente para não perder o trono para os árabes palestinos que se refugiaram em seu território. Após o sangrento combate, a Jordânia passou a representar os árabes palestinos nas negociações de paz. Em meio aos constantes contatos entre o rei da Jordânia e o Primeiro-Ministro de Israel, surgiu o Tratado de Paz, que veio a se concretizar em 1994. Com a ajuda dos Estados Unidos, as forças armadas da Jordânia foram formadas e se tornaram a principal base militar na região. O ponto (2.3) apresenta a influência da política ocidental nos países do Levante, mostrando que o imperialismo cria mais obstáculos do que benefícios. Desde o século XIX, o poder da política ocidental tem explorado a região. A França e o Reino Unido, que dividiram a região como faz um proprietário de terra, nunca deixaram de influenciar nas decisões nacionais. Com a chegada dos Estados Unidos, foi notória a presença político-econômica ocidental no seio da política levantina.

No último ponto do capítulo (2.4) aborda-se como a cosmovisão político-democrática é vista no Levante. As intervenções do poder ocidental na política e na economia como na segurança, fizeram da região um dos lugares mais hostis à propaganda democrática. A lei da *Sharia* é a constituição dos Estados governados por muçulmanos e se choca com os princípios democráticos de direito, dificultando o avanço dos direitos dos cidadãos. Na cosmovisão islâmica, só *Allah* pode legislar. Com esse conceito ideológico e religioso, sobra pouco espaço para os princípios democráticos. Uma das características da democracia é a organização da sociedade, desprivilegiada ou não, para fazer-se ouvir a própria voz. O Levante tem traços da democracia, mas dificilmente viveria pelo sistema democrático de governo.

No capítulo 3 é apresentado o Paradigma Cultural dos Povos do Levante - Tratando-se de uma cultura milenar, será que é fácil mudar o comportamento e os conceitos? Os modelos tradicionais estabelecidos pela cultura islâmica no século VII, são os princípios adequados para a sociedade do século XXI? A ideologia paradigmática defende que a soberania só a *Allah* pertence e destituí-lo desse poder é uma falta de fé e desobediência. Esse paradigma é fatalista e se torna o grande vilão cultural e religioso, que não aceita as mudanças, mesmo sendo as mudanças a favor do povo. A separação entre cultura árabe, política e religião, dificilmente são tratados separadamente uma da outra.

O ponto (3.1) descreve as semelhanças culturais e a unidade. Sendo a maioria da população do Levante, árabe, a unidade é uma realidade? As três características (língua, cultura e religião), ao contrário do que se espera, não garantem unidade. Apenas criam uma sombra de unidade. A sociedade levantina é dividida, desarticulada, incapaz de estabelecer a unidade étnica, cultural e política, como se espera. Percebe-se a unidade religiosa da sociedade nos atos religiosos como nas sextas-feiras, quando as mesquitas ficam lotadas com homens enfileirados um ao lado do outro. Ou no mês do Ramadã, quando os muçulmanos são convocados ao jejum e a pensar no pobre e na peregrinação a Meca onde todos são considerados iguais diante de *Allah*. O Islã é uma religião coletiva e por isso passa uma visão de unidade.

O ponto (3.2) relata a influência da cultura fatalista e sua interferência nas mudanças e no comportamento do povo. O fatalismo muçulmano é descrito como uma filosofia de vida e nada pode ser feito para mudar o que foi decretado por *Allah*. O muçulmano temente não acredita que nada acontece por força ou vontade própria do ser humano. O Islã tem o poder de conduzir o fiel ao mais extremo ato de violência sem que a pessoa seja a verdadeira

culpada pelo crime. Na crença islâmica o homem é descrito como criação e servo de *Allah* e incapaz de conduzir sua vida sem os preceitos religiosos. Os atos humanos são predestinados por *Allah*, até mesmo os atos terroristas. *Allah* determina atos pecaminosos e bárbaros e nada pode detê-lo.

O ponto (3.3) apresenta os refugiados desestabilizando os países árabes, levando a comunidade mundial a uma crise humanitária jamais vista até então. Com a crise na Síria, os grupos rivais encontraram dificuldades em atingir o objetivo de tentar derrubar o governo de Bashar al-Assad. Depois disso, o país começou a ser destruído e um grande número de sírios tiveram que fugir. A grande parte dos refugiados foi para os países vizinhos, como Líbano, Turquia, Jordânia, Iraque, Egito e Norte da África. Mesmo na Jordânia e no Líbano, por serem tão próximos culturalmente e por falarem a mesma língua, os refugiados são considerados uma ameaça e são acusados de criarem dificuldades financeiras a população local. O alto número de refugiados no Levante levou os Estados a combaterem o extremismo religioso.

O ponto (3.4) refere-se ao grupo 'Daesh' desafiando a segurança, despertando o mundo muçulmano a dar uma resposta teológica sobre a afirmação de tal grupo sobre o califado. O 'Daesh' criou na região problemas na economia, religião, educação, vida social, segurança e política. Esse grupo fundamentalista islâmico é movido pela indignação e pela humilhação sofridas pelos muçulmanos no mundo inteiro por parte do ocidente. Sua propaganda é a crença antiocidental, declarando infiel todo aquele que não está de acordo com suas interpretações teológicas. As pessoas que vivem nas áreas do califado do 'Daesh' são obrigadas a se converterem ao islamismo. Aqueles que se recusam podem sofrer torturas e mutilações ou serem condenados à pena de morte.

O capítulo 4, o último, apresenta a Análise Prospectiva - Onde o autor pondera sobre temas complexos e relevantes sobre a situação presente e futura da região do Levante. O clima religioso tende a esquentar ainda mais se nada for feito para amenizar a crise econômica e social. O alto índice demográfico causado pela crise na Síria tem levado os demais países da região a clamar por recursos financeiros e por uma estratégia capaz de gerar emprego. As crises e conflitos envolvendo as crenças religiosas estão em tendência de aumento, acabando com a pouca tolerância que há. Israel tem a cada dia se apegado mais às

suas crenças e expandido o seu território como promessa de Adonai¹. O quadro que está sendo pintado na região não é colorido, mas em preto e branco com manchas vermelhas.

Em seguida, vem a Conclusão da dissertação, a sua bibliografia e Webgrafia que estão em ordem alfabética. Vale ressaltar que a dissertação tem sua pesquisa feita em artigos e em livros de autores com credibilidade no assunto abordado. O autor também procurou conversar com o povo levantino sobre assuntos e temas relevantes ao estudo. Sobre os livros e autores citados no decorrer do texto, eles contribuíram para um estudo realístico sobre o que está acontecendo na região. As fontes selecionadas não foram escolhidas devido aos títulos de cada autor, mas devido ao conteúdo dos assuntos escritos em seus livros, os quais enriquecem essa pesquisa.

Ressalto que os demais países árabes têm uma importância única para o desenvolvimento na região e devem ser estudados também dentro do raio de influência que cada um apresenta à região. O recorte feito com finalidade de dar mais atenção aos países do Levante, o estudo não inclui a relação política, cultural e de segurança que os países mantêm com a comunidade árabe muçulmana além do Levante. Mesmo devido a essa limitação, o estudo não perde o seu valor, pois o propósito do estudo é alcançado: os principais temas são abordados no decorrer do texto, sinalizando a importância que se deve dar a cada assunto destrinchado. Ao apresentar as limitações do estudo, de imediato é apresentado um novo campo de pesquisa, o qual merece ser estudado, investigado e analisado, como parte importante do estudo do desenvolvimento do Oriente Médio.

¹ Adonai é o termo hebraico que significa, meu Senhor. É o nome de Deus usado no antigo testamento, pois o nome de Deus (*Yahweh*) não devia ser pronunciado.

Capítulo I – Enquadramento Teórico

Geograficamente o Levante está localizado no Sudoeste da Ásia, fazendo fronteira ao norte com os Montes Taurus, a oeste com o Mediterrâneo, ao sul com o Deserto da Arábia e a leste com a Mesopotâmia. A região, tal como o berço das primeiras civilizações, está em constantes mudanças desde os primórdios e sob influências de poderes internos e externos vindos de outros povos e governos. É importante mencionar que todos os grandes impérios dominaram a região levantina disseminaram sua cultura, religião e forma de governo, fenômeno esse conhecido na antropologia como transmissão de cultura. Os problemas estão relacionados ao Estado, governo, poder, autoridade e conflito étnico-religioso. Realça Moreira que “o poder, em todas as circunstâncias, é sempre capturado por um pequeno grupo de homens e tem uma efetividade independente da legitimidade” (Moreira, 2014, p.29). E ressalta Morris que “em política, ou qualquer outra área, conflitos imutáveis e estáticos embrutecem o espírito e minam a capacidade de alcançar algum dia um acordo ou consenso” (Morris, 2004, p.125). A capacidade do poder age em três formas: produzindo, construindo ou destruindo, sendo ostentado pela a autoridade que o possui.

Como a história nos ensina, descobrimos que os atores políticos governavam e defendiam o seu trono e o poder a qualquer custo. Afirmou Aron que “o homem procura dominar a natureza e seus semelhantes” (Aron, 2002, p.851). O povo, depois de subjugado, era obrigado a submeter-se a inúmeras regras e alianças culturais e políticas. A região do Levante é rica em arte, história, arqueologia, teologia, cultura, política, religião, costumes e reservas minerais, fazendo com que a região seja considerada uma região de barganha pelos poderosos. O petróleo tem levado a desigualdades sociais. Observa Blainey que “os ocidentais encontraram o petróleo e os islâmicos se regozijaram, ficando com a grande parte dos rendimentos” (Blainey, 2011, p.293). Mas Bandeira ressalta que “o processo de desenvolvimento, impulsionado pela produção de petróleo, enriqueceu os árabes, mas também os contaminou com os costumes do ocidente” (Bandeira, 2014, p.78) e por causa desses costumes e dos problemas sociais, o fundamentalismo islâmico no Levante cresceu assustadoramente nos últimos anos.

Essa imensidão de valores atrai a atenção de muitas nações e governos, que almejam e desejam ter uma pequena parcela dessa riqueza, causando instabilidade por toda a região. Lembra Cunha que, “governo sempre houve e sempre haverá em todas as sociedades” (Cunha, 2014, p.69). Para Cunha, o governo constitui uma fórmula política eterna que

abrange todas as civilizações, que segundo Bobbio “o poder político pode ser exercido de vários modos” (Bobbio, 2015, p.197). Durante a história política dos povos, vários modelos políticos foram discutidos para se chegar ao melhor modelo. A monarquia era tida como a melhor e a democracia como a pior. A forma dos filósofos-políticos da antiguidade de fazerem política, nos levou a entender que o melhor modelo político na atualidade é o democrático, apesar de todas as dificuldades que tal modelo enfrenta para se manter no poder e de ser estabelecido na região.

Para Bobbio “antes de tudo, o que distingue um sistema democrático dos sistemas não democráticos é um conjunto de regras de jogo” (Bobbio, 2015, p.105). As regras de jogo são as regras democráticas, por serem melhor elaboradas. Pensando no Levante, pondera Bandeira que “a democracia significaria a implantação do caos e do terror, com as mais graves e profundas repercussões sobre Líbano e Jordânia” (Bandeira, 2014, p.596). Bandeira concorda que a democracia não é aplicável no mundo muçulmano; as regras democráticas batem de frente com os valores da cultural-religiosa do povo muçulmano. Ainda ressalta Bobbio que:

“...a democracia é certamente a mais perfeita das formas de governo, ou pelo menos a mais perfeita entre as que os homens foram capazes de imaginar e, pelo menos em parte, de realizar; mas justamente porque é a mais perfeita e também a mais difícil.” (Bobbio, 2014, p.35)

A antropologia moderna, por meio dos escritos de Boas, descobriu que a sociedade se desenvolveu uniforme:

“...essa importante descoberta implica a existência de leis que governam o desenvolvimento da sociedade e que são aplicáveis tanto à nossa quanto às sociedades de tempos passados e de terras distantes; que seu conhecimento será um meio de compreender as causas que favoreceram e retardaram a civilização; e que, guiados por esse conhecimento, podemos ter a esperança de orientar nossas ações de tal modo, que delas advenha o maior benefício para a humanidade.” (Boas, 2013, p.25)

Para Boas a sociedade humana tem suas formas, ações e traços em comum, já que cresceu e se desenvolveu por toda parte. A forma como os atores governavam em tempos passados é surpreendente e admirável, coisa hoje difícil de ver entre os atores pós-modernos. A relação entre o povo, sociedade e líder era determinada pela cultura e pelo seu papel na sociedade. Quem governa manda, dá ordens e os demais obedecem e cumprem com as suas obrigações, pois sem poder não há política e, completa Morris, “a política é a busca do poder” (Morris, 2004, p.11). No Levante o poder da política interna está acoplado ao poder político ocidental e nas suas diferentes culturas e formas de governar. Tomás de Aquino

alertava que se “o governo se ordenar, não ao bem comum da multidão, mas ao bem privado do governante, será injusto e perverso o governo” (Tomás de Aquino, 2011, p.132). Tirano é o que governa, que oprime pelo poder, seja o sistema de governo democrático ou não. Afirma Azambuja: “quando o poder, no seu exercício, não visa ao bem público, não é mais o poder do Estado, não é mais um direito, não obrigação jurídica e moralmente, é apenas a força, a violência de homens que estão no governo.” (Azambuja, 2008, p.74)

Após o reconhecimento do Estado de Israel em 1948, houve uma mudança drástica no cenário, político, cultural, religioso e econômico da região. Antes, os árabes brigavam entre si, mas agora tinham um inimigo em comum e logo se uniram para destruir o invasor, como mostra Demant:

“Cinco exércitos árabes, liderados pelo sucessor espiritual de T. E Lawrence - Sir Jonh Glubb, Pasha honorário – foram para cima atacando Israel de todas as direções, dizendo que dentro de uma semana a luta estaria terminada e os judeus lançados ao mar” (Demant, 1962, p.406).

Ironicamente o Estado de Israel unificou as nações árabes por meio da ideologia militar. Desde então, a segurança foi reforçada e o poder bélico disponibilizado. A influência das Nações Unidas na política é fundamental desde então, mas a sua presença e política não põem fim aos constantes conflitos e guerras. Acredita-se que os conflitos e guerras são o combustível que impulsiona o povo a viver a vida com uma missão. Lembra Blainey que “no final da década de 1940, o terrorismo havia sido usado de modo dramático pelos extremistas judeus em sua luta pelo controle da Palestina. Duas décadas mais tarde, eram os extremistas palestinos que começavam a organizar ações terroristas” (Blainey, 2011, p.299). Lembrando que foram os nizaris do século X os pioneiros do terrorismo e eles eram consumidores de haxixe. Ainda Blainey afirma que “o terrorismo é uma velha atividade que aparece, desaparece e reaparece” (Blainey, 2011, p.18).

A ideologia militar ou da guerra, seja para se defender ou atacar, faz hoje parte da cultura árabe e judaica. Descreveu Morris que “em tempos de crise, ideologias transformam-se em patriotismo e adquirem um caráter invencível” (Morris, 2004, p.21). Segundo Bauman, ideologia “é um conceito discursivo que em diferentes épocas foi utilizado de forma diferente pelas pessoas” (Bauman, 2000, p.114). Karl Marx e Friedrich Engels mudaram o conceito de ideologia, que passou a fazer parte do poder, que molda a conduta humana. O termo passa a ser usado para conduzir a sociedade, sem se importar com as ideias, mas preocupado em mudar o estado social, sem querer mudar as ideias erradas. O objetivo da ideologia é

construir um mundo governado pela razão, segundo o verdadeiro significado da palavra criada no século XVIII por Destutt de Tracy que significava a *ciência das ideias*.

“*Allah* vai nos dar a terra de volta!” Essa é uma frase bem comum na boca de um árabe palestino. No patamar da existência humana, nota-se que os levantinos existem para lutar e não para a paz. A paz só será possível quando um e outro povo não existir. A partir da sua criação, ressalta Ferguson que “o Estado de Israel se considera um posto avançado ocidental” (Ferguson, 2012, p.121). Ponderamos que os atuais conflitos e guerras não têm sua origem só na formação do Estado Judeu, ainda que ele seja, sem dúvida, um dos principais motivos. A afirmação divulgada pelas mídias árabes é perversa e irrealista, ao afirmar que, caso não existisse Israel, não haveria guerra no Levante, pois os conflitos na região misturam fatos étnicos, econômicos, geográficos e religiosos e não apenas políticos.

A Liga Árabe se fortaleceu após o ano de 1948, não com a finalidade sinérgica de desenvolvimento das nações árabes. Se o fosse, seria essa união étnica um propósito nobre e honroso. Mas não, essa união tinha métodos e propósitos políticos, religiosos e culturais com a finalidade militar de acabar com o invasor. O objetivo era e é: o de expulsar os judeus da região por meio da força e poder, já que pelos meios diplomáticos isso não será possível. Quem tem o poder domina a Palestina e, hoje, quem domina é o Estado de Israel. Ressalta Cunha “o mundo político é sempre o mundo dos que mandam e dos que obedecem” (Cunha, 2014, p.70). Por meio dessa política de guerra a cultura militar que cresce e se fortalece a cada dia, os sionistas dominaram e estabeleceram um lar na Palestina. Segundo Blainey “o que fora em grande parte uma terra árabe, em especial no que diz respeito à população², tornou-se rapidamente um território judaico” (Blainey, 2011, p.197) e se cumpriu o que afirmou Amaral: “os vencedores são os que conquistam ou mantêm o poder; vencidos são os que o perdem ou não o conseguem conquistar” (Amaral, 2012, p.17) esse é o retrato do conflito na Palestina.

Paradoxalmente, o poder do Estado Judeu também uniu ainda mais as nações por meio de uma política internacional para acabar definitivamente com esse conflito árabe e judeu na Palestina. Segundo Blainey “a liga, cujo primeiro encontro se deu em 1920, parecia ser o farol do mundo. Seu objetivo era prevenir guerras e impor a justiça social” (Blainey, 2011, p.74). Todo o desempenho dessa política tem evitado a morte de mais pessoas inocentes, mas ainda não foi capaz de pôr fim aos conflitos na Palestina. Segundo Aron:

² A população na Palestina em 1920: 568 mil árabes e 58 mil judeus.

“...no Oriente Próximo, Israel e os países árabes entraram em luta quatro vezes, em 1948, 1956, 1967 e 1973 (sem contar a guerra de atrito de 1970), guerras que terminaram sempre com acordos de cessar-fogo, nunca com um tratado de paz.” (Aron, 2002, p.32)

Aron está-se referindo aos conflitos que envolveram Israel e os demais Estados árabes. Os conflitos, hoje, envolvem árabes palestinos e judeus na Palestina. Os acordos são de cessar-fogo, mas o acordo de paz, que garante segurança e desenvolvimento, ainda está sobre as mesas de negociações. As complicações e a falta de acordo que poriam um fim as guerras e conflitos fizeram com que o governo britânico passasse o problema a ONU. Segundo Demant “em 1947, a Grã-Bretanha, envolvida também em graves problemas em outras partes do império, declarou que tinha feito o suficiente pelo problema palestino e passou o problema às mãos das Nações Unidas” (Demant, 1962, p.405 – 406).

Os britânicos no poder do Levante foram incapazes de criar soluções viáveis e até os nossos dias ainda são acusados de fomentar a discórdia entre os dois povos. A ONU trabalha na missão de gerar uma política pacífica e capaz de pôr fim a esse dilema. A sua política foi capaz de dividir geograficamente e politicamente a região com seus limites bem estabelecidos e fixados. Os líderes foram estabelecidos e as alianças reestabelecidas e renovadas. Ressalto que o alvo dessa política transcultural deve ser a de criar uma cultura na qual o respeito mútuo predomina, levando o outro a ver além do ódio e da vingança. Como disse Morris, “o progresso é hoje alcançado por meio de uma série de pequenas iniciativas” (Morris, 2004, p.168). Ver seu próximo como aliado de desenvolvimento e preservação da riqueza cultural e histórica na região e não como inimigo ferrenho pronto para destruírem-se mutuamente.

Há anos que as grandes potências disputam a região, controlando e manipulando a economia e a política em favor de seus próprios interesses: seu domínio e poder difundidos como os donos da verdade e da solução. Todas as soluções que eles apresentaram para acabar com os conflitos foram paliativas e momentâneas. Uma duraram relativamente um longo período. Ainda assim, a solução está longe de ser ideal. Devido à sua riqueza mineral, arqueológica, cultural, geográfica e política, a região é foco de disputas. Ressaltou Hobbes, “a competição pela riqueza, a honra, o mando e outros poderes leva à luta, à inimizade e à guerra” (Hobbes, 1651, Capítulo XI). A região levantina pode ser considerada patrimônio mundial e tesouro das nações. Tudo deve ser feito para amenizar os conflitos e dores do povo. Ainda afirma Hobbes, “porque a riqueza, o saber e a honra não são mais do que diferentes formas de poder” (Hobbes, 1651, Capítulo VII). Devido a toda essa riqueza, Aron

afirma que “o ouro, a prata, os escravos e o petróleo sempre foram reconhecidos como motivos de lutas entre os Estados” (Aron, 2002, p.325).

Os estudos sobre os novos tipos de políticas aplicadas no Levante surgem diariamente. Suas ideias, infelizmente, ficam no patamar dos saberes, mas a sua aplicabilidade é um desafio difícil de ser praticado, devido à complexidade que envolve cada assunto. Descreve Boas, “se procuramos leis, elas estão relacionadas aos efeitos de condições fisiológicas, psicológicas e sociais, e não às sequências de realizações culturais” (Boas, 2013, p.49). Boas pondera que essas sequências podem gerar mudanças conservadoras ou extremistas. As leis elaboradas pelos governos tendem a gerar mudanças na sociedade, evitando que a massa seja levada ao extremismo religioso e sociológico. Destaca Bonavides, “o poder com autoridade e o poder em toda a sua plenitude, apto a dar soluções aos problemas sociais” (Bonavides, 2000, p.134). As leis têm sido relevantes para deter o extremismo? Os problemas sociais continuam de mal a pior. Lembra Demant que “as políticas oficiais usadas para reprimir a violência se tornam instrumentos em favor dos fundamentalistas” (Demant, 2014, p.19).

Nunca foi e não será fácil ter uma política que ponha fim às intrigas, ofensas e problemas sociais, culturais e políticos do Levante. Com diz Aron, “o desaparecimento dos conflitos entre os indivíduos e entre grupos é contrário à sua natureza” (Aron, 2002, p.466). Elaborar um projeto político no qual a maioria concordará pacificamente será impossível, mas diminuir os conflitos entre os povos e Estados, por meio de regras e acordos, será possível. Há quem prefira dizer que esse dia nunca chegará. Não devemos ser céticos a esse respeito, pois, apesar de todas as dificuldades e de um contexto que não apresenta um retrato confiável, será sim possível; o tempo oportuno chegará. O mundo a cada dia se torna uma grande metrópole multiétnica, onde tudo e todos estão ligados e dependem um do outro. A região levantina é multiétnica e apresenta uma fonte de intercâmbio cultural, político, religioso e social. Apesar de todos os conflitos, sinaliza para um tempo de tolerância. Afirma Huntington, “nesse mundo novo, a política local é a política da etnia e a política mundial é a política das civilizações” (Huntington, 1996, p.21).

Os estudos sobre os novos eventos políticos aparecem a cada momento nas prateleiras do mundo online. O relacionamento entre os Estados do Levante é descrito como sendo limitado e apresenta um quadro de relacionamento inexistente entre os Estados. A relação internacional entre os países do Levante segue a rota da política, da cultura e da segurança. O que se observa nesse cenário é que as soluções aos contratempos não apresentam nada de

novo. Enquanto se pensa nos antigos problemas e como resolvê-los, novos dilemas surgem inesperadamente, abalando a política mundial. As relações cultural, política e de segurança, dão um passo para frente e dois para trás. Como bem ressaltou Aron, “uma vez mais, o inimigo de ontem é o amigo de hoje” (Aron, 2002, p.85)

A visão multidisciplinar, apoiada pela antropologia, política, sociologia, teologia, filosofia, história, geografia, psicologia e economia, contribui para uma compreensão sem sensacionalismo partidário, étnico ou religioso. Partindo dos fatos históricos, pode-se ponderar cronologicamente sobre os importantes acontecimentos no Oriente Médio, que criaram problemas e soluções políticas, sociais, religiosas, geográficas e culturais. O que acontece na região hoje, tem suas raízes no passado mal resolvido. Observou Cunha, “o presente é em parte o seu passado” (Cunha, 2014, p.29). Para Cunha, cada contexto depende de sua contextualização e evolução no dever histórico. Ressalta Piovesan que:

“...no momento em que os seres humanos se tornam supérfluos e descartáveis, no momento em que vige a lógica da destruição, em que cruelmente se abole o valor da pessoa humana, torna-se necessário a reconstrução dos direitos humanos, como paradigma ético de restaurar a lógica do razoável.” (Piovesan, 2006, p.13)

Afirma Mello que “o direito internacional dos direitos humanos pode ser definido como o conjunto de normas que estabelece os direitos que os seres humanos possuem para o desenvolvimento de sua personalidade e estabelecem mecanismos para a proteção de tais direitos” (Mello, 2001, p.33). Sendo assim, é importante não apenas saber sobre os fatos e os direitos violados, mas aprofundar-se na cultura local, na geografia, na política e na religião, procurando garantir os direitos de pessoas ou povos. Afirma Hobbes, que é “do Estado que derivam todos os direitos e faculdades daquele ou daqueles a quem o poder soberano é conferido mediante o consentimento do povo reunido” (Hobbes, 1651, Capítulo XVIII).

Os bastidores culturais e políticos do Levante são complicados e complexos, mas não é difícil entender os motivos para tanta discórdia. Ressalta Huntington, “as divisões mais fundamentais da humanidade em termos de etnias, religiões e civilizações permanecem e geram novos conflitos” (Huntington, 1996, p.79). Observa-se que o leitor interessado na região do Levante é curioso para captar o ápice dos conflitos e de como elas acontecem. Ele quer saber de quem é a culpa. Ele pergunta: só existe um culpado para tudo isso? E de quem é a culpa? A raiz do problema tem várias formas? As várias ramificações da religião islâmica, os recursos minerais como o caso do petróleo e gás, o Estado de Israel simplesmente por existir, a política americana e ocidental não isenta de comentários e acusações, a disputa entre EUA e Rússia por aliados no Levante, resultam em conflitos e

constantes guerras. Por causa dessas curiosidades, fui levado a estudar e escrever sobre o assunto e apresentar um trabalho sucinto dos problemas do Levante e de quem e de onde eles surgem. Já alertava Jacques Delors³, “os futuros conflitos serão deflagrados mais por fatores culturais do que pela economia ou pela ideologia” (Huntington, 1996, p.21). Afirmou Tomás de Aquino se:

“...porém, a multidão não possui o poder livre de instaurar a lei para si e para revogar a lei posta por um poder superior, entretanto, o próprio costume, prevalente em tal multidão, adquire vigor de lei, enquanto é tolerado por aqueles aos quais pertence impor a lei à multidão, pois por isso mesmo parecem aprovar eles o que o costume induziu.” (Tomás de Aquino, 2011, p.119)

A rede mundial de notícias também está chegando a uma grande parcela da população, que antes era desprivilegiada por ela, mas agora se despertou e se interessa pelo que acontece na região. O problema das notícias é que elas não são suficientes para tirar uma conclusão sobre o assunto. Sempre vai ter um lado de defensor ou agressor na matéria e isso prejudica a informação. No discurso de Sócrates com Trasímaco, ele faz a segunda pergunta, “ora, tu pensas que os governantes dos Estados, aqueles que são verdadeiros governantes, governam por prazer? ” (Platão, 2013, p.32). Essa é uma pergunta interessante, que vale a pena pensar. Será que os governantes dos Estados do Levante governam por prazer? A batalha pelo poder no Levante tem como foco governar pelo prazer? Ressalta Bandeira que a “Grã-Bretanha e França esquarteraram o Império Otomano apodrecido conforme seus interesses imperiais, econômicos, geopolíticos e estratégicos” (Bandeira, 2014, p.567).

Lembra Amaral que “o poder político deve ser limitado... em benefício dos cidadãos” (Amaral, 2012, p.134) Amaral ainda citando Maquiavel, “conquistar e manter o poder é a única coisa que conta em política” (Amaral, 2012, p.121). Esse conselho de Maquiavel é bem nítido no estilo de política aplicada no Levante pelas grandes potências, onde assassinatos, roubos, fraudes, mentiras são praticadas para manter o poder ou para conquistá-lo. Mesmo assim, Maquiavel afirma que “não se pode ainda chamar de virtude matar seus concidadãos, trair os amigos, ser sem fé, sem piedade, sem religião; tais modos podem fazer conquistar o poder, mas não a glória” (Maquiavel, 2012, p.83).

A região do Levante abrange a área geográfica onde se encontram Israel, Jordânia, Líbano, Síria e Palestina, mas este último não como estado independente. Segundo a *Central*

³ Jacques, Delors (1993). Questions Concerning European Security. Palestra internacional para estudos estratégicos. Bruxelas: SNI in Huntington, Samuel P. (1996). O choque de civilizações: e a Recomposição da Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Objetiva. p.2.

Intelligence Agency (CIA), a população do Levante em 2014 era de 36.996.973. A região também faz parte do Oriente Médio e do Oriente Próximo. É importante conhecer a posição geográfica do Levante «Bilad al-Sham» para não se criar um mal-entendido. A região no passado foi uma estratégica rota comercial. Sob o mandato britânico e francês após a II Guerra Mundial, os Estados árabes foram divididos e chamados geograficamente de Levante. Logo o termo tornou-se comum entre os arqueólogos. A palavra Levante tem origem francesa «Levant» e se refere às terras na Costa Leste do Mediterrâneo, na direção do nascer do sol.

Segundo Fergunson, a primeira versão de Ocidente “surgiu no chamado Crescente Fértil, estendendo-se do vale do rio Nilo à confluência dos rios Eufrates e Tigre” (Fergunson, 2012, p.41). Geograficamente essa é a região do Levante. O termo Civilização Ocidental teve seu auge com a democracia ateniense e o Império Romano também abrangia a região. Devido a semelhanças culturais e religiosas entre os países, tudo o que acontece em um deles afeta os demais. Bandeira, escrevendo sobre a crise na Síria e a consciência de Washington, relata que “nenhum país dentro ou nas vizinhanças do *Al-Sham* podia evitar o impacto da guerra contra a regime de Bashar al-Assad” (Bandeira, 2014, p.429). Esse conflito mobilizou as nações dentro e fora do Levante em busca de uma resolução que põem fim à guerra na Síria, mas até hoje ainda não foi possível.

Vale ressaltar que o governo de Bashar al-Assad era secular e contrário ao fundamentalismo islâmico. Lembra Bandeira, “desde os anos 1970, quando Hafez al-Assad⁴, do partido Ba’ath, assumiu o governo do país, contando com o respaldo de muitos empresários e grandes comerciantes sunitas, com ideias liberais e que não desejavam um estado islâmico, um califado na Síria” (Bandeira, 2014, p.384). Ele implantou uma ditadura estável no Levante. O relacionamento da Síria com o Irã e com a Rússia sempre desagradou os Estados Unidos, os quais procuravam uma oportunidade para desestabilizar a Síria. Desde a crise na Síria, os Estados Unidos patrocinaram os terroristas com a finalidade de cumprir com a seu objetivo e tirar o atual regime do poder.

Mesmo com semelhanças culturais entre os povos do Levante, isso não significa de que se trata de um único povo. Eles têm muitas coisas em comum, habitam na mesma região geográfica e falam árabe. A população majoritária do Levante é de árabe muçulmana sunita. A região do Levante apresenta as três religiões monoteístas: cristianismo, islamismo e judaísmo. Afirma Huntington, “as pessoas se definem em termos de antepassados, religião,

⁴ Hafez al-Assad (1930 – 2000).

idioma, história, valores, costumes e instituições” (Huntington, 1996, p.20). O que chama atenção na região é que nem todos os judeus seguem o judaísmo, há judeus muçulmanos como também há judeus cristãos. Da mesma forma, acontece com o povo árabe: nem todos os árabes são muçulmanos; há muitos árabes cristãos. Ressalta Aron que “os israelitas e os muçulmanos não podem formar uma só comunidade, nem ocupar o mesmo espaço” (Aron, 2002, p.134). O que se pode esperar entre esses povos é a união econômica.

O fenômeno cultural-religioso presente no Levante define a sua identidade e cria conflitos e estereótipos. Já o mesmo não acontece com o cristianismo, pois um judeu pode ser cristão assim como um árabe também poder ser cristão, pois o cristianismo não pertence a nenhum povo específico. Ressalta Huntington, “o idioma e a religião são os elementos centrais da cultura” (Huntington, 1996, p.70). Uma pergunta bem frequente é: as características idiomáticas, culturais e religiosas compartilhadas entre os países árabes são uma forte razão para a unidade geográfica e militar? Não, apenas tais semelhanças não são suficientes para uni-los. Essas semelhanças e afinidades ajudam no campo político, religioso e econômico, mas não são suficientes para garantir o desenvolvimento social e a segurança.

O tão odiado Estado Israelense possui um povo e sociedade com costumes, idioma e religião tão distintos dos demais povos do Levante. Árabes e judeus são de raízes semíticas, que culturalmente apresentam semelhanças interessantes, mas que também não são garantia de mútua segurança e cooperação. Segundo Aron, “os estados árabes não reconhecem Israel e provavelmente não hesitariam em destruí-lo se tivessem a superioridade militar” (Aron, 2002, p.478). O pluralismo étnico dos Estados põe em risco a paz e a unidade. Observou Moreira que o “pluralismo étnico que algumas vezes se acentua com diferenças religiosas ou culturais ou apenas de situação social” (Moreira, 2014, p.346). Esse ponto é importante para se discutir a política e a segurança, pois esse pluralismo coloca em perigo a paz e harmonia da região.

Fato é que, o islamismo unifica o Levante por meio do idioma e da cultura. A fé, a cultura e o idioma os aproximam etnicamente. Além disso, o islamismo político ensina que toda a unidade de toda organização de poder está no Islã. Também está presente no Levante a região chamada de Palestina. É nessa região que está o Estado de Israel e é onde acontecem os diários confrontos entre os árabes e judeus, que no passado envolveram todos os países do Levante, mas que hoje se limitam a árabes e judeus dessa região. Entretanto, nos últimos dias os conflitos têm acontecido fora dessa fronteira e tem chegado aos países ocidentais onde há a presença de ambos os povos. A palavra Levante não é muito divulgada pelos canais de

notícias até o então aparecimento do grupo ‘Daesh’, que segue uma crença antiocidental, declarando infiel todo aquele que não está de acordo com suas interpretações e bem como os governos muçulmanos de apóstatas. Ressalta Blainey que “a mídia involuntariamente se tornou aliada dos terroristas ao dar-lhes a publicidade que pediam: sem propaganda maciça, o terror não consegue espalhar-se rapidamente” (Blainey, 2011, p.298). Divulgados os métodos macabros do governo do Estado Islâmico no Levante, os leitores não familiarizados com a palavra e região ficam perdidos e pensam se tratar de uma nova ideologia. Lembra Amaral sobre “o próprio rei Henrique VIII, pelo *act of supremacy*, de 1534, que assumiu a chefia suprema da igreja anglicana, acumulando em suas mãos a plenitude do poder civil e eclesiástico” (Amaral, 2012, p.147). A fúria dos camponeses na Suábia em 1524 e suas atrocidades tiveram como fundo o nome de Deus. Hoje, quando vemos as atrocidades feitas em nome de Deus por outras religiões, achamos ridículo, mas elas aconteceram no passado horrível no solo europeu. Ressalta Demant que os “fundamentalistas são pessoas sinceramente religiosas” (Demant, 2014, p.304). Diferente dos políticos demagogos, eles não são políticos que usam a religião para fins políticos. Eles usam a política para fins religiosos.

A política dos países tem a sua soberania fundamentada nos princípios legais. Sua soberania é absoluta, de governo independente, pelo menos é isso o que diz a constituição de cada país. A famosa frase dos mosqueteiros – “um por todos e todos por um” – pode-nos ajudar a entender como as coisas funcionam. No Levante a frase ficaria assim: um contra todos e todos contra um. Sem a influência internacional não há diálogo entre os “atores” da região. Essa força cultural de união acontece em questões políticas, religiosas, econômicas, sociais e familiares. Cada qual garante o seu meio de vida. Regras e leis foram feitas para serem quebradas, conceito esse é uma realidade no contexto do Levante. Infelizmente esse comportamento está impregnado na cultura levantina.

Diante de todos os conflitos, será que existe uma relação entre os Estados do Levante? Essa relação acontece realmente, ou, só existe no papel? As influências externas dos países ocidentais contribuem para a segurança e desenvolvimento da região? Em que sentido? Os países são Estados soberanos, mas podem tomar decisões políticas isoladas das políticas internacionais? De que forma isso acontece? É proposto identificar quais são os tipos de participação dos atores políticos na negociação e planos estabelecidos para seus respectivos países e se tais decisões são tomadas pacificamente ou por meio de pressão, ameaças e sanções.

Verificando que os constantes conflitos são devidos a questões culturais, religiosas, teológicas, econômicas, sociais e políticas, quem ou quais são os verdadeiros motivos de discórdias e guerras? De que maneira, a cultura local influencia esses conflitos? Os interesses das grandes potências internacionais na região são o bem-estar do povo? Segundo Amaral, “o Estado é, pois, uma organização humana... o seu fim é a promoção do bem comum” (Amaral, 2012, p.94), garantindo a paz, reprimindo a violência, fazendo justiça, defendendo o Estado e proporcionando aos pobres os melhores meios de sobrevivência. Reafirma Azambuja que o “Estado deve assegurar a ordem e promover o progresso, o que ele deve fazer para a realização do bem público é o que se denomina a competência” (Azambuja, 2008, p.149). Afirmar Huntington que “os anos que se seguiram à guerra fria, constatou-se o começo de mudanças espetaculares nas identidades dos povos, nos símbolos dessas identidades, e consequentemente na política mundial” (Huntington, 1996, p.17). Os povos estão-se unindo por meio da cultura e não da ideologia. Com o crescimento do fundamentalismo, a palavra genocídio se tornou uma palavra comum nas relações internacionais.

O que se tem visto na região é que a população responde positivamente aos apelos dos grupos terroristas, que prometem vida segura, piedosa e os seus direitos. Dizia Maquiavel que a “natureza dos homens é de obrigar-se tanto pelos benefícios que são feitos como por aqueles que se recebem” (Maquiavel, 2012, p.99). Uma vez que o poder do fundamentalismo foca nos problemas sociais do povo, a resposta da população é confiar em quem lhe presta socorro. A sociedade é levada a crer que o Islã restaurado estabelece fé, governo e costumes: o ideal modo de viver. Ressalta Demant que o “islã é uma religião mais política do que qualquer outra” (Demant, 2014, p.326) e deve ser tratada como uma ameaça à paz, à segurança e à estabilidade mundial.

Os refugiados têm causado insegurança e conflitos internos e externos. O que tem sido feito para mudar esse quadro? Na Grécia antiga, o cidadão era considerado superior “tal como se manifesta na realidade concreta dos nossos dias, implica uma série de distinções referentes às posições múltiplas que o homem pode ocupar na comunidade política” (Moreira, 2014, p.30). Na Grécia, era impossível um imigrante ser cidadão. Apesar de todos os esforços da ONU, integrar o imigrante na sociedade hospedeira ainda é um tabu sócio-cultural-religioso. Os refugiados são tratados como indigentes e excluídos de seus direitos fundamentais, mesmo em solo de países democratas. Alerta Ferguson que “há indícios alarmantes de que algumas comunidades de imigrantes em nossa sociedade se tornaram berços de ideologia islâmica e de redes de terroristas” (Ferguson, 2012, p.304). Devido a

essas redes de terrorismo, o imigrante carrega sobre si a responsabilidade pelos atentados tanto no Levante como fora.

A política é remodelada pelas características da política ocidental, a qual criou uma dependência dessas atividades. Essa tendência é nova ou acontece há anos? Como isso aconteceu e em que circunstâncias isso acontece atualmente? A ideologia democrática tem terreno frutífero na região ou existe uma resistência a sua teoria e política? Em uma cultura onde a cosmovisão religiosa e a política estão interligadas, há espaço para a democracia atuar? Afirma Huntington que a “democracia liberal, de forma geral, não se conseguiu afirmar nas sociedades muçulmanas; é um fenômeno contínuo e repetido durante todo um século a partir do final de 1800” (Huntington, 1997, p.187). Na análise de Huntington, observa-se que o que acontece no Levante no século XXI tem roupagem diferente, mas a ideologia é a mesma. Ressalta Bandeira que “nunca houve consciência nem tradição democrática em nenhum dos países árabes, tal como se desenvolveu no ocidente” (Bandeira, 2014, p.244). Os eventos pós Primavera Árabe, mostraram que os chamados rebeldes não queriam uma democracia, mas um Estado islâmico.

Considerou-se que os grupos religiosos exercem pressão e mobilizam a massa, com pretexto religioso. Buscam o poder movidos pela população, na esperança de que as leis e valores religiosos possam promover o bem-estar. Desde a década de 70, a insegurança política e social da região é a característica e causa do crescimento do fundamentalismo islâmico, que prega o fim do Estado laico. Segundo Huntington, “os muçulmanos, em números maciços, estavam simultaneamente se voltando para o islamismo como uma fonte de identidade, sentido, estabilidade, legitimidade, desenvolvimento, poder e esperança – esperança sintetizada no slogan: o islamismo é a solução” (Huntington, 1996, p.177). O fenômeno social nesse contexto gera uma força sinérgica a favor desses grupos. As condições sociais em que vive a população assumem características fundamentalistas, influenciando e modificando a sociedade. Ressaltou Morris, “em tempos de crise, ideologias transformam-se em patriotismo e adquirem um caráter invencível” (Morris, 2004, p.21). O patriotismo islâmico radical é hoje muito difícil de ser derrotado, mas pode ser detido. Logo que chegam ao poder, esses grupos mudam o discurso e passam a oprimir e explorar o povo, baseando sua ideologia em princípios religiosos e não humanitários e patriotas.

Descreve Blainey que “os muçulmanos mais devotos rejeitavam o espírito mercantilista, o consumismo e a moral frouxa que o Ocidente ostentava através da televisão” (Blainey, 2011, p.294) Essa é uma boa propaganda usada pelos grupos muçulmanos radicais

para atrair devotos. Em uma região onde as coisas vão de mal a pior, os grupos radicais ganham território facilmente, rumo ao poder. Lembrando que o termo Ocidente não é apenas geográfico, mas, como define Ferguson, “é um conjunto de normas, comportamento e instituições com fronteiras nebulosas ao extremo” (Ferguson, 2012, p.40). Essas normas e esse comportamento ocidental são vistos pelos radicais muçulmanos como depravados e que devem ser abolidos da sociedade muçulmana.

Segundo Amaral, as regras de ouro da democracia são “liberdade, o debate parlamentar e igualdade” (Amaral, 2012, p.29). Os grupos radicais reivindicam eleições democráticas, mas, quando estão no poder, não as aceitam. Segundo Bobbio, a “característica do regime democrático é a alternância das classes políticas no poder, sem que a mudança, mesmo radical, ocorra com derramamento de sangue” (Bobbio, 2014, p.25), cenário esse ainda difícil de acontecer no Levante, onde as constantes lutas pelo poder ceifam a vida de muitas pessoas e levam ao caos social e político.

Capítulo II – A Construção da Identidade Política do Levante

Mouffe⁵ define identidade política como:

“...um conjunto temporário de significados que delimitam fronteiras na questão dos direitos sociais, e exatamente por isso, ela é experienciada como um nós que está impedido por um eles de realização de suas demandas sociais, portando como uma relação antagônica” (Prado, 2002, p.60).

Mouffe está dizendo que os aspectos psicossociais da identidade compartilham crenças, ações e formas, por isso a identidade age em conjunto, onde os conflitos são resolvidos processando-se a identidade política. Os valores e interesses coletivos definem a identidade de um povo. Após a queda do Império Otomano, a política de subordinação e opressão criou uma identidade conforme os padrões ocidentais no Levante. A sobrevivência do novo império dependia dessa relação, baseando-se na forma de governo e na cultura do povo para se organizarem. O “nós” e o “eles”, conforme a identidade política com o atributo da psicologia social, para Prado, “contribuem para esclarecer os processos de articulação de um conjunto de posição e identificação coletivas que são plurais e que se dão a partir de mediações sociais, históricas, psicológicas, culturais e políticas” (Prado, 2002, p.70).

Por meio de um olhar cultural, histórico, social, religioso e político, na região é claro perceber que a sua identidade continua em construção, em busca de personalidade própria e procura de liberdade. A partir do ano de 1948, o cenário político da região deu um salto de interesse internacional. Devido os conflitos que desenvolveram a partir desta data. A fundação do Estado de Israel foi aprovada pelas Nações Unidas, e desde então os conflitos não cessaram. A história revela que a região do Levante sempre foi palco de guerras e conflitos internos e externos. Após a II Guerra Mundial, as Nações Unidas tiveram que atuar com força e dedicação para conter os conflitos religiosos e culturais. Desde então, o espírito militar faz parte da identidade política, por estar inteiramente ligada à cultura local. Vale a pena ressaltar que essa identidade política tem forte tendência religiosa.

Os povos árabes lutam por sobrevivência, liberdade, domínio e poder há séculos. O desejo de dominar está presente por toda parte, até mesmo nos órgãos públicos e privados. Ser servido é um status para quem tem poder e quer mostrar que manda. Segundo Hobbes,

⁵ Mouffe, C. (1992), *Democratic citizenship and the political community*. London: SNI in Prado, Marco A. M. (2002), *Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas*. Psicologia e revista. Belo Horizonte, V.8, n. 11, p.59 – 71.

“qualquer qualidade que torna um homem amado ou temido por muitos é o poder” (Hobbes, 1651, Capítulo X).

Desde o avanço das tropas dos califas islâmicos, a região está envolvida em constantes mudanças e prejuízos, pois sempre foram dominados. Os impérios que dominaram a região também deixaram os seus rastros na política, na cultura e na economia. Os tesouros da arte que foram saqueados são hoje considerados propriedade mundial. Desta forma, os demasiados conflitos políticos, religiosos, culturais e econômicos, contribuíram com a visão política militar, baseada na religião. Essas lutas e conflitos fomentaram o desejo das grandes nações, que inseriam sua política de exploração, lapidando as arestas da identidade local com o toque da política ocidental, de cosmovisão míope, capaz de ler os outros como se tivessem vendo a si mesmos, sem respeito pelo diferente.

A identidade política do Levante é multicultural e dependente das políticas externas e de parceiros nas tomadas de decisões. A política ocidental molda a identidade política, de tal forma que se pergunta se existe uma cultura política na região. Esse modelar não é totalmente imposto, mas tem aspecto de necessidade devido ao grau de dificuldade que o governo e o Estado enfrentam nas várias situações e contextos. Chama-se a atenção, para a coletividade política, onde é proposta a luta pela igualdade e liberdade entre os países árabes. Esse unilateralismo tem causado muitas injustiças políticas e religiosas. Nesse campo a política islâmica de superioridade é ressaltada, sendo o Islã a religião que deve dominar os Estados. O quadro político é a máquina que modela há séculos a identidade política da região. Isso não quer dizer que os Estados do Levante não sejam Estados de direito, sociais e de cultura.

Podemos afirmar, que, a identidade política está ligada ao comportamento humano, que, segundo Berger e Luckmann, são “produtos das formações socioculturais próprias do homem e não de uma natureza humana biologicamente fixa” (Berger & Luckmann, 2004, p.73). O comportamento sociocultural constrói uma identidade política extremamente dependente da ajuda externa, apesar de que todos os Estados levantinos dependem diretamente de seus aliados para governar. A constituição desses Estados segue a rota dos direitos humanos e do desenvolvimento econômico, social, tecnológico e militar, mas, diante das leis religiosas, não tem valor algum. A frase do islã político 'o Islã é a Solução' tem apoio de boa parte da população que acredita ser o islã a solução para os problemas sociais da população. A constituição dos Estados árabes é fundamentada em princípios religiosos, o que não garante segurança e uma vida social tranquila, muito menos em termos políticos.

O Estado de Israel é o que mais sofre com essa mentalidade, pois a sua constituição não está fundamentada na religião islâmica. A presença do cristianismo e do judaísmo é tolerada pelos Estados árabes islâmicos. A religião, está ligada à cultura e etnia do indivíduo e não ao processo de conversão. A identidade política da região é um mosaico, pois não tem apenas a influência da política ocidental, mas também dos costumes do cristianismo, do judaísmo, do islamismo, do socialismo, do comunismo e da cultural árabe.

Os grupos extremistas vêem os indivíduos como peças de um tabuleiro, sem rumo e enganados pelos governos. Dessa forma, o recrutamento é baseado no sofrimento da família e no afastamento da religião islâmica. A ideologia islâmica visa restaurar a ordem por meio dos valores e dos princípios islâmicos na região e avançar para o ocidente pecador, como um rolo purificador sob as ordens de *Allah*. A ordem é conquistar o mundo e aplicar a *Sharia*⁶; esse é o sonho dos muçulmanos devotos e não apenas dos grupos fundamentalistas. A identidade política é instável e passa por mudanças ideológicas assim que um novo governo assume o poder. A guerra das ideias ideológicas está presente, e viva, na mente do povo e no seio da sociedade.

A construção dessa identidade está longe de terminar, pois ela é constantemente reconstruída; o seu avanço é detido sempre que a base é atingida por erros próprios ou pelos inimigos. É uma reconstrução dura e longa. Pode-se dizer que a construção da identidade política do Levante, parou há séculos e o que se vê hoje é a sua reconstrução e não o seu avanço. Os atores da política levantina têm que se responsabilizar pela política local, sendo apoiados e apoiando os seus vizinhos, nas questões de deveres para com o povo e a sociedade. Só assim, será possível identificar a uniformidade na política e na sua identidade cultural.

Os atores não podem pensar que serão capazes de criar uma sociedade ideal na região. O islamismo, a política, a ONU, a cultura e o ocidente não são capazes de criar o paraíso no Levante como um dia ele o foi por Deus, no início da criação. Como bem observou Cunha, “nas utopias os homens são objeto da política e não o seu sujeito” (Cunha, 2014, p.55). Para Cunha, a utopia redundava em distopia, pois os ditadores a usaram como regra e foram frustrados. Cunha ainda lembra que a utopia como proposta de reforma é produtiva. A política do Estado deve atuar na região de forma humana em seu exercício. Segundo Amaral, o “Estado existe por causa do homem, não é o homem que existe por causa do Estado” (Amaral, 2012, p.327).

⁶ *Sharia* é o sistema legal islâmico. Suas fontes são: o Alcorão e o *Hadith*.

A política e os políticos também são vistos com descrédito e acusados de beneficiar o ocidente e destruir o próprio povo e a sua cultura. O que está acontecendo é uma aversão à política. Assim, cabe a cada ator firmar-se no trono como verdadeiros líderes, capazes de guiar o país sabiamente em tempos de guerra e de paz. Os oportunistas estão de olho no poder; basta um piscar de olhos para eles assumirem e acabarem de vez com o tão sonhado desenvolvimento da nação. A política é muitas vezes definida como demoníaca ou diabólica, pois, só causa problemas e destruição. Para o mundo ocidental, parece ser essa a política aplicada no Levante. Na verdade, a política se torna refém dos poderosos, que a usa para benefícios próprios.

A política age tanto internamente como externamente sob o olhar internacional. A política da região faz parte da pirâmide do Estado mundial, mas não está no topo da hierarquia. Esse posto pertence aos verdadeiros atores da política mundial, aos que verdadeiramente sujam as mãos. O governo e a ordem política sempre existiram entre os povos tribais da região, mas a forma moderna de governo tem dilacerado o Levante. Afirma Cunha que a forma moderna do Estado “é uma entidade criada” (Cunha, 2014, p.69) sendo assim, ela é humana e perecível, estando sujeita a todo tipo de mudanças, seja por necessidade, situação cultural, guerra, força interna ou externa. Segundo Laski⁷ “o Estado moderno é uma sociedade à base territorial, dividida em governantes e governados, e que pretende, nos limites do território que lhe é reconhecido, a supremacia sobre todas as demais instituições” (Azambuja, 2008, p.51).

O Estado tem como um dos objetivos manter a ordem, pois tem autoridade e soberania interna administrados para os interesses do povo. Bluntschli⁸, Estado “é a nação politicamente organizada” (Azambuja, 2008, p.62). Segundo a autoridade concedida ao Estado, ele manda e dirige politicamente. Lembra Cunha que “o mundo político é sempre o mundo dos que mandam e dos que obedecem” (Cunha, 2014, p.70). Sempre haverá, seja na forma antiga ou moderna, os que mandam e os que obedecem. Essa é uma hierarquia que surge naturalmente entre povos e sociedades; não tem como evitar, apenas se contribui com o seu aperfeiçoamento e maturidade. Os conflitos e problemáticas dos povos e Estados dos levantinos são matéria de política nacional e internacional, que abrange os países árabes e

⁷ Laski, Harold J. (2003), Gramática de La política – El Estado moderno. Granada: SIN in Azambuja, Darcy (2008), Introdução à Ciência Política. 2ª Ed. São Paulo: Globo.

⁸ Bluntschli, Johann C. (1891), Théorie générale de l'État. Paris: SNI SIN in Azambuja, Darcy (2008), Introdução à Ciência Política. 2ª Ed. São Paulo: Globo.

não árabes. As soluções têm várias faces e motivos que ficam na esfera política das relações e alianças, as quais a maioria da população desconhece.

A falta de políticas sociais relevantes e apropriadas deixa o governo em apuros e em situações de injustiça social para com a sociedade carente. Ressalta Cunha que “o manto da personalidade jurídica da espécie humana deve cobri-los e protegê-los” (Cunha, 2014, p.79). Cunha fala da situação dos recém-nascidos, dos loucos e dos doentes, tratadas como pessoas incapazes e inaptas a gerir a suas vidas. O Estado deve olhar para esses casos e tantos outros com a finalidade de contribuir para o seu crescimento e desenvolvimento da nação, ou seja, não serem tratados como empecilhos. Medidas precisam ser tomadas visando o desenvolvimento e não seu aniquilamento. O suicídio a que essas vítimas são submetidas é um problema político, o qual teria o poder de protegê-las. Essencialmente, afirma Azambuja, “a sociedade política é um grupo humano organizado, com poder próprio para realizar o bem comum de seus membros” (Azambuja, 2008, p.48). Sem essa política não existe sociedade.

A sociedade levantina é hospitaleira, mas carece de recursos. A região está em crise e a sociedade não pode ser tratada levemente. É tempo de que ela seja tratada como gente e não mais como vítima dos atentados do Estado e de seus órgãos. Está escrito na constituição dos países que formam o Levante sobre a garantia da dignidade da pessoa. Letras escritas em um papel não garantem nada. Para sair do papel, é necessário haver uma política séria do próprio Estado, tal como instituição voltada para o povo e para os seus interesses. O povo ainda é vítima de programas tecnológicos, sociológicos, religiosos e culturais. A pessoa é de valor imensurável, valendo mais que uma pedra esculpida pelos povos antigos. A riqueza da região são as próprias pessoas. Quando elas são tratadas com descaso para a recompensa da minoria, tais atos devem ser tratados como crimes contra a humanidade. Os governos foram estabelecidos e eleitos com a finalidade de governar para o povo e não tirar proveito dele para enriquecerem.

A política de paz e liberdade, tão discutida no cenário mundial, vive uma utopia e um dilema. Segundo Bauman, “ser um indivíduo não significa necessariamente ser livre” (Bauman, 2000, p.70). Quando se fala em paz e liberdade, essas palavras estão recheadas de significados inalcançados, pois a ideologia por trás delas é bonita, mas fora da realidade humana. Falar de paz e liberdade sem responsabilidade e deveres é apenas um sonho. Como prometer paz e liberdade em uma região onde a honra está acima de tudo e de todos. Morrer pela honra garante muitos títulos à vítima e à sua família. Muitos procuram na religião a tão almejada paz e liberdade, mas vão de encontro à guerra e à mais conflitos. Eles aprendem

que a sua vida pode ser usada para honrar a sua cultura, religião, Estado e família, causando a morte de muitas vítimas.

Na teologia, as palavras paz e liberdade vêm acompanhadas de responsabilidade para com o próximo, não para com os membros da sua família apenas. O próximo aqui é o diferente em cultura, idioma e religião, mas que precisa de ajuda. O que se vê aqui é que paz e a liberdade soam como uma vida sem trabalho, estudo e doença. Paz e liberdade devem ser o desejo de cada indivíduo e povo em busca de um benefício em comum e não da desgraça do outro. Sem esse desejo e prática, impera a guerra e a repreensão de todos os lados contra todos. Um se justifica e eu defendo, ao outro eu ataco, pois fui atacado. Assim, o ciclo está estabelecido. Quando um só dos lados quer paz e liberdade, ambos não as têm.

As políticas internacionais querem forçar e obrigar o povo a querer paz, sendo que ele não a quer. A identidade política de guerra está presente no coração de cada pessoa, basta um empurrão para que ela exploda. O que as relações internacionais podem fazer é evitar a disseminação do povo, crimes e barbárie, quando possível. Falar de paz num cenário desses é utópico. A liberdade não pode ser, construir um país isento de regras e normas, na qual o indivíduo pode fazer o que quiser. Isso não é liberdade, mas confusão, um mundo sem lei. Aliás, a liberdade só faz sentido, se existir responsabilidade. Cada pessoa sonha em ser o que pensa, matando o outro e subindo em cima do cadáver para se auto promover. Nesse contexto, o indivíduo pensa que tudo é dele e nada é de ninguém. Segundo Amaral, a “lei se destina a assegurar a liberdade dos cidadãos” (Amaral, 2012, p. 69).

Os sistemas ocidentais e orientais das grandes potências mundiais não garantem liberdade e paz para os outros povos, mesmo se posicionando da melhor forma para promovê-las. A solução para os problemas do Levante deve vir do seu próprio povo. Copiar os belos e bonitos modelos internacionais na tentativa de melhorar e garantir a paz, só leva a região aos mais dolorosos conflitos. Progresso econômico e tecnológico não será possível copiando o que dá ou deu certo em culturas diferentes, ainda que possam contribuir como paliativos. Estratégias, projetos e modelos de cosmovisão ocidental podem até ser usados momentaneamente, mas nunca como padrão a ser seguido pelo Estado. Cada Estado deve saber padronizar o seu sistema conforme aquilo que ele tem em sua cultura, política, religião e economia.

Pegar em armas e usar a força é o método principal para estabelecer, manter e trocar o ator político. Nesse campo de batalha, existem os apostadores, que também são os fornecedores das armas, os quais a assistem desde seus escritórios em suas confortáveis

cadeiras. Esse método ou atitude de pegar em armas e usar a força deve ser a última coisa a se fazer, pois depois do conflito, o país não terá condições de levantar-se sem a ajuda externa e estará eternamente endividado. No caso dos países do Levante, as armas são usadas logo no início, pois elas já estão nas mãos das pessoas. Como os ânimos estão à “flor da pele”, elas são a única garantia de gerar mudanças e de se protegerem. Os atores políticos da região, chegam ao poder pela forma legítima ou não, e se mantêm aí pela mesma forma. Esta legitimidade ou não, deve ser julgada, investigada e, até mesmo, criticada, e, quando possível, divulgada pela imprensa mundial para a sua admiração e crítica.

A luta dos judeus por um Estado próprio moveu a política mundial e criou um mal-estar na região que dura até os nossos dias. Desde o início, a identidade política desse povo é de guerra e tudo o que eles podem fazer é oprimir o mais fraco e manter as rédeas. Eles sabem que o simples ato de ignorar seus inimigos pode lhe custar muito caro, bem como a perda do que já conquistaram em anos de luta sangrenta e incessantes.

2.1 A Luta dos Judeus por um Estado Próprio

Desde a fundação do Estado Judeu em 14 de maio de 1948, mais de 2.7 milhões de Judeus imigraram para Israel, oriundos de aproximadamente 130 países. O Estado de Israel possui hoje uma população em torno de 6.9 milhões de habitantes, sendo judeus (80%) e árabes (20%) e é o país mais desenvolvido do Levante. Os judeus tiveram que lutar primeiro fora da região e depois dentro da Palestina para ter o seu próprio Estado. Por volta do ano de 1860, a região da Palestina era formada por deserto e mal podia suportar 12 mil judeus. A partir da década de 1890, os judeus provenientes da Europa, começaram a migrar para a Palestina. Segundo Blainey, a lei de retorno “garantia a todos os judeus, não importando de onde vivessem anteriormente, o direito de estabelecer-se em Israel” (Blainey, 2011, p.197). No início, eles compraram terras dos Otomanos e dos árabes, proprietários na época, mas depois os árabes passaram a lutar por suas terras outrora vendidas.

Por meio dos revolucionários sionistas⁹, os judeus foram motivados a retornar a sua terra natal e estabelecer lá a sua própria nação. No século XIX, o movimento sionista cunhou um *slogan* famoso que dizia: "a Palestina é uma terra sem povo para um povo sem terra".

⁹ Os grandes nomes na história do Sionismo foram: Moses Hess (1812 – 1875), Peretz Smolenski (1842- 1885) Rabbi Samuel Mohilever (1824 – 1898), Judah Pinsker (1821 – 1891) e destaca Theodor Herzl (1860 – 1904), que escreveu o livro (O Estado Judaico) publicado em 1896. Ele foi responsável de tornar o sionismo em uma força política.

Esse *slogan* não queria dizer que a terra era inabitável, mas que os 500 mil habitantes da região, sendo 350 mil árabes e 80 mil judeus, nunca foram capazes de formar um Estado soberano. O sionismo propôs habitar a terra e acabar com o colonialismo imperial. Os árabes residentes na região do Levante ficaram furiosos, pois o sionismo estava propondo um Estado que não teria o islamismo como religião oficial.

A ideologia sionista era transformar o deserto Palestino em um grande oásis e, assim, foi lançado o desafio de retornar a *Zion*¹⁰ ou a Jerusalém e estabelecer a sua nação. O massacre dos judeus na Europa, sob os mais diversos motivos e o holocausto deram força ao movimento sionista levando os judeus a assumirem a responsabilidade de trabalharem em prol do Estado judeu. Os sionistas entenderam que a única forma de terem segurança no mundo era estabelecendo a sua própria nação e, então, começaram a migrar para a Palestina, o que se deu em cinco levadas mais relevantes.

A primeira leva foi em 1870-1900, que trouxe os lavradores para preparar o solo. A primeira colônia foi «Mikveh Israel». A agricultura era a fonte principal de sustento. A segunda leva foi em 1900-1914, quando vieram os agrônomos e operários. Na terceira leva em 1918-1924, vieram os empreendedores, pesquisadores, construtores, industriais, os gerais e os educadores. A quarta leva foi em 1924-1939, quando vieram os intelectuais, os profissionais e os burocratas para estabelecerem a democracia judaica. A quinta leva foi depois da segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando vieram os judeus de todas as partes do globo.

Com as colônias e as fazendas coletivas, a colonização judaica da Palestina foi pacífica, mas com a intensificação da migração, iniciou-se a violência no Levante. Entre os anos 1918 e 1936, aproximadamente 150 mil judeus migraram para a Palestina, transformando o deserto em um campo fértil: vilas foram construídas, escolas abertas e fábricas. Dimant afirma que “os árabes também foram beneficiados com a chegada dos judeus a Palestina” (Dimant, 1962, p.401). Os árabes nômades não eram capazes de criar um sistema social, educacional e econômico. Os «fellahin» eram camponeses que trabalhavam da manhã até a noite para sobreviverem. Com a chegada dos judeus, o salário de um trabalhador árabe ou judeu era o mesmo; ambos foram beneficiados com os modernos sistemas sanitários e de saúde.

¹⁰ *Zion* é o nome original de Jebusite. Quando a cidade foi capturada pelo rei David, *Zion* se tornou o símbolo de Jerusalém em entre os anos 966 e 926 a.C.

Os líderes tribais árabes estavam com medo de perder seus privilégios, então começaram a usar a força dos árabes nacionalistas a seu favor e os britânicos não fizeram nada na época para detê-los. O estabelecimento do exército judaico nessa época foi essencial para garantir uma terra para os seus futuros descendentes. A Palestina, por muitos séculos, esteve sob o controle político otomano, que passou a considerar a imigração dos judeus como ilegal. Chaim Weizmann foi o porta voz do sionismo, que convenceu o governo Britânico a defender o povo judeu. Arthur Balfour em 1917, então ministro britânico das relações exteriores, e o Barão Rothschild, líder da comunidade judaica do Reino Unido, apoiaram a criação do Estado de Israel e no dia 2 de novembro de 1917 declarou-se o estabelecimento do Estado judeu depois da guerra.

Em 1919, Balfour declarou que não tinha intenção de consultar os habitantes da Palestina sobre as suas aspirações, mas a Declaração de Balfour prometia não prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas, o que não aconteceu. Logo depois, a Liga das Nações aprovou o Mandato Britânico na região em 1922. Esse Mandato de comissão legal tinha como base os princípios contidos no artigo 22 do pacto da Liga das Nações e da Conferência de San Remo. O Mandato Britânico tinha a incumbência de administrar o Levante. O plano propôs dividir o território entre árabes e judeus e o território ficou dividido em duas áreas administrativas:

- Palestina, a oeste do Rio Jordão. O Mandato previa colocar em prática a Declaração de Balfour, que favorecia o estabelecimento de um lar nacional para o povo judeu.
- Transjordânia, a leste do Jordão, região semiautônoma, governada pela família Hashemita.

Os britânicos fizeram várias promessas para árabes e judeus ao mesmo tempo. Os árabes apresentaram uma correspondência entre o Rei Hussein bin Ali e o alto comissário Arthur Henry McMahon de 1915, o qual não era claro sobre a Palestina. Para os árabes, o documento prometia as terras do Levante aos árabes e um rei independente, mas para os judeus essa correspondência não mencionava o território palestino.

A Comissão Peel em 1937, recomendada pelos britânicos, tinha como objetivo pôr fim aos conflitos na região. A proposta da comissão era a divisão da terra e a formação de dois Estados. Os judeus concordaram, mas os árabes não. Em 1939, os britânicos apresentaram uma nova solução: o Livro Branco, que foi aceito pelos árabes, mas não pelos judeus. Essa carta propunha que a imigração de judeus à Palestina deveria ser de 15 mil pessoas por ano e continuar assim por 5 anos. Depois disso, os judeus não poderiam mais

migrar para a terra prometida, mas os judeus queriam imigração ilimitada. Com o massacre dos judeus pelo nazismo, as políticas internacionais foram levadas a ver o lar nacional judeu como um direito humanitário.

A Inglaterra, após 26 anos de tantos conflitos mal resolvidos, abriu mão da administração da Palestina e a entregou a administração a ONU. A *United Nations Special Committee on Palestine* (UNSCOP) investigou a situação e recomendou a mesma conclusão da Comissão Peel. Em assembleia geral da ONU em 1947, presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha¹¹, foi apresentada a resolução 181 (II), que propôs a divisão do território em dois estados independentes, baseado na população da região e um regime internacional para Jerusalém, mas os árabes pediram uma nova proposta. A Liga Árabe¹² formada em 1945 dizia que não era necessária uma intervenção armada na Palestina. Ressalta Shlaim, em uma entrevista feita com o Rei Hussein, o que o príncipe Talal bin Abdullah declarou:

“Os judeus”, disse Talal “são ricos, astutos, educados e têm cultura e capacidade ilimitada. Os árabes, ao contrário, são pobres, simples e sem educação. Qualquer contato entre judeus e árabes, portanto, no final, será para o benefício do forte em detrimento do fraco”. (Shlaim, 2007, p.49)

Um dia após a declaração de independência do Estado de Israel por David Ben-Gurion em 1948, teve início a primeira guerra da independência ou de libertação. O Estado de Israel teve de enfrentar os exércitos do Egito, Síria, Jordânia, Líbano e Iraque. Por causa dessa guerra aproximadamente 750 mil árabes se tornaram refugiados. Para os árabes palestinos, começava ali a «Nakba», palavra árabe que significa destruição. Como resultado da guerra, o território planejado pelas Nações Unidas para um Estado árabe foi reduzido pela metade. Em 1967, a Guerra dos Seis Dias mudou dramaticamente o cenário do Levante, pois mais uma vez deu-se a vitória esmagadora de Israel contra a coalizão árabe, o que levou Israel a ocupar a Faixa de Gaza, a Península do Sinai, a Cisjordânia, Jerusalém Oriental e as Colinas de Golã.

A política de assentamentos criada pelo governo de Israel após a guerra de 1967¹³ foi declarada uma transgressão ao direito internacional. O Conselho de Segurança da ONU propôs a resolução 242, que propunha uma política de paz sob o princípio de troca de terra por paz. A resolução determinou a retirada das forças armadas israelenses dos territórios

¹¹ Em novembro de 1947, foi votada em assembleia geral da ONU a divisão da Palestina. A seção teve 56 dos 57 países membros representados, onde 33 deles votaram favor do plano, 13 votaram contra e 10 votos nulos.

¹² Os países da Liga Árabe manifestaram-se abertamente contrários à proposta e não reconheceram o novo Estado.

¹³ A guerra de 1967 é conhecida como a guerra dos seis dias.

ocupados, exigindo o respeito pela soberania. Segundo Jean Bodin, citado por Amaral, a soberania “é um poder absoluto, isto é, que não está sujeito a condições ou encargos postos por outrem, que não recebe ordens ou instruções de ninguém, e que não é responsável perante nenhum outro poder” (Amaral, 2012, p.161). A integridade e a independência política de cada Estado do Levante, com fronteiras reconhecidas e livres de ameaças, deveriam ser observadas, conforme propunha a resolução.

Em 1973, mais uma vez os exércitos árabes lançaram um ataque surpresa, durante o feriado judaico de Yom Kippur, na tentativa de recuperar os territórios ocupados na guerra de 1967. Inicialmente o ataque foi bem-sucedido, mas as tropas árabes foram derrotadas e milhares de soldados foram feitos prisioneiros de guerra. O Conselho de Segurança da ONU propôs a resolução 338, na qual foram definidos os princípios de uma paz justa. Após essa guerra, abriu-se o caminho ao Tratado de Paz entre Egito e Israel. O presidente egípcio, Anwar Sadat, em 1977, visitou a cidade de Jerusalém e, em 1978, o Presidente dos EUA, Jimmy Carter, convidou-o junto com o Primeiro-Ministro israelense, Menachem Begin, para uma conversa em *Camp David*. O resultado desse encontro foi o acordo bilateral entre os dois Estados em 1979. O Sinai foi devolvido ao Egito e o Tratado de Paz¹⁴ pôs fim a 30 anos de conflitos ferrenhos.

A Organização para a Libertação da Palestina¹⁵ (OLP), em 1974, foi reconhecida pelas Nações Unidas como a representante do povo palestino, dando grande poder à causa palestina. Em 1987, houve a primeira revolta árabe contra a ocupação, chamada de intifada¹⁶, pois os árabes utilizaram armas rudimentares, como paus e pedras contra os judeus. Essa intifada se arrastou por anos e deixou centenas de mortos. A resistência árabe nos territórios ocupados e as pressões internacionais da OLP levaram Israel, em 1989, a propor a eleição de representantes árabes nos territórios ocupados, encarregados de negociarem com o Estado de Israel.

A representação dos árabes palestinos pela Jordânia, na Conferência de Paz em Madrid, em 1991, serviu de base para o acordo de paz de Oslo, preparado em segredo na Noruega em 1993. Sob a mediação dos EUA, Jordânia e Israel passaram a ter contatos oficiais e, em pouco tempo, surgiu a ideia do Tratado de Paz, que veio a se concretizar em 1994, onde os dois Estados se comprometeram a prevenir as ameaças em seus territórios,

¹⁴ Por causa desse Tratado, tanto o Presidente Sadat e o Primeiro-Ministro Begin receberam o Prêmio Nobel da Paz.

¹⁵ OLP é uma organização política armada, voltada para a luta e a criação de um Estado Árabe-Palestino livre, fundada em 1964 em Jerusalém.

¹⁶ Intifada ou levante árabe palestino contra a ocupação de israel.

agindo em parceria para alcançar a segurança e a estabilidade do Levante, mas esse acordo não resolvia as complicações internas na Palestina.

Em 1993, houve um encontro entre o Primeiro-Ministro de Israel Yitzhak Rabin¹⁷ e o líder palestino Yasser Arafat. Sob as mediações de Bill Clinton, assinaram o acordo de Oslo. Desde então, foi reconhecido o direito de Israel existir em paz e segurança. Reconhecimento que, o grupo militar, político e religioso Hamas¹⁸ não aceita. Os termos assinados pelas autoridades árabes palestinas e israelitas jamais foram cumpridos por ambas as partes. As negociações de Oslo foram uma tentativa de contemplar o que faltava em todas as conversas anteriores. Já Jerusalém Oriental, não foi incluída neste acordo, por ser uma das questões mais polêmicas entre as autoridades.

O “chanceler” Shimon Peres assumiu o cargo de Primeiro-Ministro de Israel após a morte de Yitzhak Rabin e se comprometeu a dar continuidade às negociações. Portanto, as eleições de 1996 deram a vitória ao candidato do Likud¹⁹, Benjamim Netanyahu, e o processo de paz entrou em dificuldades. No mesmo ano, Yasser Arafat é eleito o Presidente da Autoridade Palestina²⁰. Sua responsabilidade passa a ser a de representar os árabes palestinos nos fóruns internacionais e manter a segurança nas áreas urbanas, como foi proposto no acordo de Oslo.

O Primeiro-Ministro de Israel, Ehud Barak, apresentou um plano para o estabelecimento de um Estado Palestino na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, porém o controle sob todas as fronteiras, sob os principais cursos de água e sob o solo fértil da Cisjordânia seria a favor de Israel. Yasser Arafat rejeitou o acordo e exigiu a retirada de Israel das fronteiras ocupadas na guerra dos Seis Dias. Em consequência de seu plano, Ehud Barak perdeu a maioria no parlamento judeu e levou à ascensão de Ariel Sharon, do partido radical, na condução da guerra e das políticas israelenses. A sua eleição trouxe à tona a violência na região e um muro na Cisjordânia foi levantado para evitar novos atentados de homens-bombas.

As políticas de Sharon criaram, em 2000, a segunda intifada chamada de Al-Aqsa. Os árabes palestinos intensificaram os atentados suicidas a alvos civis. Os direitos humanos israelenses B´T Selem estimaram que o número de mortos na época foi de 3.396 árabes e 994

¹⁷ Yitzhak Rabin foi assassinado por um judeu de extrema direita em 1994 e que colocou em xeque o processo de paz entre os dois povos.

¹⁸ O grupo Hamas promove a destruição do Estado de Israel e a criação de um Estado Islâmico na Palestina.

¹⁹ Likud é o partido de direita, resistente aos acordos de paz.

²⁰ A Autoridade Palestina é um presidente eleito por voto direto, que por sua vez, escolhe o Primeiro-Ministro e os membros de seu gabinete.

israelenses. Durante o governo de Ariel Sharon, árabes e judeus viveram num estado de tensão e insegurança. A política de ambos os lados na época foi marcada pela ideologia extremista, que abriu crateras que afastaram os dois povos ainda mais das chances de paz. Yasser Arafat perdeu o controle dos grupos radicais e Ariel Sharon continuou com a política de assentamentos nos territórios ocupados. Todas as propostas de acordo de paz nessa época foram frustradas ou ignoradas por ambos os atores políticos.

Em 2002, a iniciativa da Paz Árabe, proposta pelas autoridades árabes e mediada pela Arábia Saudita, tomou uma abordagem multilateral e sinalizou o interesse árabe em pôr fim às disputas entre israelenses e árabes. A proposta do Príncipe Saudita Abdullah foi em troca do reconhecimento do Estado de Israel e a normalização das relações diplomáticas e comerciais de Israel com todos os países árabes. No plano, as fronteiras voltariam à configuração de 1967 e o Estado Árabe-Palestino seria estabelecido em Gaza e Cisjordânia – uma solução justa ao problema dos refugiados – mas esta não foi aceita. No mesmo ano, a Brigada dos Mártires é fundada como uma organização secular, cujos militantes proveem de organizações locais, sem a liderança de um líder político. O grupo considera a resistência armada uma forma de luta para promover os objetivos políticos e aceita militantes do sexo feminino na luta.

Os constantes conflitos levaram a política internacional a fazer a proposta de Colin Powell de pôr fim a organização. Essa proposta deu um avanço à paz e à segurança no Levante e apresentava a formação de uma força de segurança internacional encarregada de aplicar a resolução 242, de 1967. A proposta feita pela União Europeia, EUA, Rússia e Nações Unidas foi chamada de “Mapa da Paz”, onde os detalhes e as diretrizes eram sobre um possível acordo pacífico ao conflito. O Mapa propunha fases para estabelecer a segurança antes de um acordo final. A proposta foi apresentada pelo Presidente americano George W. Bush.

Em Genebra, em 2003, os conceitos do Mapa da Paz foram revistos pela resolução 1515, implementado pelo Conselho de Segurança. A segurança e a confiança precederiam a um acordo político. Os árabes deveriam abrir mão do direito dos refugiados de retornarem a Palestina e Israel desistiria dos assentamentos. Os árabes teriam sua capital em Jerusalém Oriental, mas Israel manteria a soberania sobre o Muro das Lamentações, na Cidade Velha. Com a morte de Yasser Arafat em 2004 e a ascensão de Mahmud Abbas ao cargo, os israelenses recuaram e o terror continua.

Em 2006 o grupo terrorista Hamas se torna o governo de Gaza. Desde então, qualquer tentativa de negociação de paz se torna inviável com esse grupo. No mesmo ano, ocorreu o afastamento de Ariel Sharon, atingido por um derrame cerebral que o deixou em coma e Ehud Olmert é consolidado no poder pela vitória de seu partido nas eleições. Na Conferência de Annapolis em 2007, Ehud Olmert e Mahmud Abbas assinaram acordos bilaterais, mas as negociações entre os dois povos foram interrompidas pela ofensiva militar israelense em Gaza no final de 2008. A ONU acusou as forças de Israel e dos árabes de cometerem violações aos direitos humanos e ao direito internacional em Gaza.

Apesar de todos os esforços, a posição dos árabes palestinos permanece endurecida sobre a posição dos israelitas em relação à paz. As lideranças dos dois povos não parecem inclinadas a aceitar propostas de paz. Os israelitas alegam que um acordo seria a vitória dos terroristas, enquanto os árabes palestinos afirmam que seria uma derrota para a sua independência. A análise de Amos Óz sobre o conflito é apresentada em duas fases. A primeira, corresponde a luta dos árabes palestinos para libertar-se da ocupação e construir um Estado. A outra, é a guerra do islã fanático da Jihad, do Hamas e de outros grupos terroristas, que querem destruir Israel e expulsar os judeus da Palestina. Encontrar uma solução aos problemas entre judeus e árabes segue sobre algumas questões difíceis para a reconciliação dos dois povos na Palestina.

A primeira questão é sobre Jerusalém. Segundo Aron, “ao longo dos séculos, os lugares e cidades, bem como seus habitantes, adquirem uma significação histórica, um valor simbólico” (Aron, 2002, p.132). Pelo seu valor histórico, cultural e religioso, Jerusalém é sagrada para judeus, muçulmanos e cristãos. Israel reivindica toda a cidade para si, o que não é reconhecido pela comunidade internacional. Israel afirma que a cidade inteira é sua capital e os árabes afirmam que Jerusalém Oriental será a capital do seu Estado. A segunda questão é sobre as fronteiras; os árabes exigem que seu futuro Estado seja delimitado pelas fronteiras anteriores ao ano de 1967, que incluía Jerusalém Oriental, o que Israel rejeita. A terceira questão é sobre os assentamentos considerados ilegais pela corte internacional de justiça. A última questão é a dos refugiados²¹; eles querem o direito de voltar a terra, onde hoje é Israel. Mas, para o Estado judeu, permitir o retorno destruiria sua identidade como Estado judaico.

Essas questões impedem um acordo de paz entre os judeus e árabes na Palestina. Há outros assuntos complicados como, por exemplo, preocupações com a segurança de Israel, os

²¹ A agência das nações unidas de assistência aos palestinos (UNRWA) criada em 1948 registra mais de 4,9 milhões de refugiados árabes palestinos, vivendo nos países do Levante.

recursos hídricos, o reconhecimento do Estado Árabe, o bloqueio na faixa de Gaza, o espaço aéreo, o exército árabe palestino, as restrições à circulação de pessoas e mercadorias na Cisjordânia, em Jerusalém Oriental e na Faixa de Gaza. Para as políticas internacionais, chegar a um acordo nestes assuntos é o grande desafio e uma missão quase que impossível.

Ressalta Aron:

“No Oriente Próximo, Israel e os países árabes entraram em luta quatro vezes, em 1948, 1956, 1967 e 1973 (sem contar a guerra de atrito de 1970), guerras que terminaram sempre com acordos de secessão de fogo, nunca com um tratado de paz” (Aron, 2002, p.32).

Há anos, como observou Aron, a cada confronto na Palestina, os acordos de cessar fogo são assinados, mas o acordo de paz e a criação de dois Estados soberanos não foram possíveis. Ainda é cedo para dizer que direção vai tomar a política internacional sobre a crise no Levante, no que envolve judeus e árabes palestinos. Os conflitos causam instabilidade e um ciclo de destruição e construção. Israel conseguiu o tão sonhado Estado em 1947, mas ainda tem que lutar muito para mantê-lo vivo. Desde 1948, muitas coisas mudaram, especialmente na configuração dos territórios disputados após as guerras entre árabes e israelenses. Para Israel, estes são fatos consumados, mas os árabes palestinos insistem que as fronteiras a serem negociadas devem ser aquelas existentes antes da guerra de 1967. Para o Secretário-Geral da ONU Ban ki-moon:

“O povo palestino tem direito a um Estado palestino independente e viável, vivendo em paz e segurança, lado a lado, com o Estado de Israel. Da mesma forma, não deve haver dúvidas sobre o legítimo direito de Israel de existir em paz entre fronteiras seguras e internacionalmente reconhecidas, e de estar totalmente integrado na região, como proposto na iniciativa árabe de paz. Nós devemos encontrar um caminho para Jerusalém emergir como a capital dos Estados, com acordos de laços sagrados aceitáveis para todos” (Moon, 21 de janeiro de 2011).

O parecer do governo brasileiro sobre o processo de paz foi:

“O Conselho de Segurança deve dar apoio ativo e sustentável à retomada do processo de paz, e deve esforçar-se para sua consecução satisfatória. Deve ser questionada a situação atual, na qual o Conselho está marginalizado atuando com esforços estéreis para promover a paz; a qual parece estar nas mãos de pequenos grupos como o Quarteto. Esta é uma questão que deveria ser parte integral de um quadro operativo multilateral e o Conselho de Segurança deveria afirmar sua autoridade e manter-se envolvido nos desdobramentos. ” (Ministério das Relações Exteriores, 2013)

A ONU, em 2012, por meio da resolução 67/19, concedeu ao Estado Árabe-Palestino o estatuto de Estado observador, deixando de ser uma entidade observadora. A Suécia, em 2014, reconheceu oficialmente os territórios árabe-palestinos como Estado, tornando-se o

primeiro país da Europa Ocidental a tomar a decisão. O Brasil é um país que reconhece o Estado palestino. Por décadas, a ONU tem assistido ao processo de paz e estabilidade na região ser retardado, devida a guerras e a conflitos. A faixa de Gaza se transformou, nas mãos do Hamas, numa base para o lançamento de foguetes e morteiros contra a população civil israelense. Os líderes radicais do Hamas e dos moderados do Fatah declararam a intenção de governarem juntos os territórios palestinos no futuro. Em junho, o Presidente palestino, Mahmoud Abbas, empossou o novo governo unificado e declarou que o novo governo manteria os acordos de paz assinados com Israel.

O Primeiro-Ministro israelense, Benjamin Netanyahu, criticou a união e o novo governo árabe palestino, dizendo que Abbas não poderia fechar um acordo de paz com Israel e, ao mesmo tempo, outro com o Hamas, que convoca a destruição de Israel. Essa união nacional entre as duas facções árabes foi considerada inaceitável pelo Estado de Israel, o que deu início a novos confrontos. O exército de Israel invadiu a faixa de Gaza em 2014 por terra e por ar. A violência foi tanta que deixou muitos civis árabes mortos.

No final de 2014, em Strasburg, o Parlamento Europeu decide tirar o grupo Hamas da lista dos grupos terroristas, causando um mal estar na relação com os Estados Unidos sobre as políticas adotadas nos últimos anos. Para o Tribunal Geral da União Europeia, a listagem original do grupo que governa Gaza tinha sido um erro com base nas conclusões derivadas dos meios de comunicação e internet²². O oficial Izzat al-Rishq do Hamas saudou a decisão, dizendo: “Esta é a correção de um erro injusto que foi causado ao Hamas”. Já o primeiro ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, pronunciou: “O Hamas é uma organização terrorista e assassina, cuja missão é destruir Israel”, e pediu imediatamente a volta do grupo Hamas a lista de grupo terrorista.

2.2 A Jordânia Luta pela Soberania do Reino

Após a I Guerra Mundial, o Reino Unido passou a controlar a política e a economia da Jordânia, na época chamada de Transjordânia, e a pessoa chave era o general John Bagot Glubb. Em 1922, o Reino Unido estabeleceu o governo semi-autônomo chamado Emirado da Transjordânia, liderado pelo Príncipe hachemita Abdullah I. Sua independência política veio em 1946 e, quatro anos depois, em 1950, é estabelecido o Reino Hachemita da Jordânia. Os

²² O grupo militar do Hamas foi adicionado à lista negra da União Europeia em 2003, na sequência dos atentados de 11 de setembro nos EUA em 2001.

Estados Unidos entendiam que a soberania seria um assunto a ser tratado mais a frente, em um futuro próximo. Em 1957, obteve a tão almejada soberania, fato que mudou todo o cenário político do Levante.

Falando da Jordânia e de sua luta pela Soberania, não se pode deixar de falar do Rei Hussein que, em 11 de agosto de 1952, sucedeu seu pai, o Rei Talal, devido aos seus problemas de esquizofrenia. Este foi declarado pelo parlamento da Jordânia inapto para governar. Hussein foi coroado rei no ano seguinte, quando tinha apenas dezoito anos de idade, e logo desenvolveu um perfil político e diplomático. Ele manteve uma política próxima dos estados ocidentais, em particular dos Estados Unidos e do Reino Unido, e uma dependência econômica do mundo ocidental e dos países do golfo. O Rei Hussein foi criticado duramente pelos demais líderes árabes e pela população árabe palestina, que se submetiam às ordens do Rei. Em 1957, ano da soberania, o Rei Hussein lutou contra o golpe de Estado que dissolveu todos os partidos políticos. Nos anos seguintes, sobreviveu a uma tentativa de assassinato quando vinha da Síria, o que foi uma nova tentativa de golpe de Estado.

Na guerra de 1967, a Jordânia sofreu grandes perdas para Israel quando, em apenas 24 horas, sua força aérea foi completamente destruída. A Jordânia perdeu a Cisjordânia e Jerusalém Oriental. Houve um alto número de refugiados e de militares da OLP em solo jordaniano. Esse contingente criou vários problemas na base social jordaniana, constituída pelas tribos beduínas que estavam a serviço do Estado e das forças armadas. O reino do Rei Hussein e seu trono corriam perigo. Desde então, seu governo assumiu uma política militar, pois o rei teve de lutar pelo controle do país e pela coroa. Os Estados Unidos ajudaram a formar as forças armadas, que se tornaram a principal base militar de seu regime.

Em 1968, Israel atacou a aldeia jordaniana de al-Karamah, a capital dos ‘fedayin’²³. Com esse ataque, Israel fomentou o prestígio da OLP dentro do Levante. Yasser Arafat foi declarado herói nacional por ter enfrentado Israel, mesmo fugindo da frente. Israel atacou novamente Irbid e Salt, 60 dias depois. Esse ataque mostrou aos ‘fedayin’ que a Jordânia não podia proteger seus militantes. A principal missão dos ‘fedayin’ na Jordânia era derrubar o Rei Hussein do poder, por estar ligado à política ocidental e não à causa palestina. Para evitar uma guerra civil na Jordânia, o governo tentou desarmá-los por meio de um acordo, que continha os seguintes pontos:

²³ Militantes da guerrilha palestina contra a ocupação israelense.

- 1º Os militantes da OLP foram proibidos de andar em torno das cidades armados e de uniforme.
- 2º Eram proibidos de revistar veículos civis.
- 3º Eram proibidos de recrutar soldados.
- 4º Eram obrigados a terem a identidade Jordana.
- 5º Seus carros deveriam ter placas Jordanas.
- 6º Os crimes dos membros da OLP seriam investigados pelas autoridades Jordanas.
- 7º Os conflitos entre árabes palestinos e o governo passariam por um conselho de representantes do rei e da OLP.

A OLP, ainda mais agressiva, montou um Estado dentro da Jordânia e levantou *slogans* de resistência para tomar o poder. Entre o ano de 1968 e o final de 1971, vários confrontos ocorreram entre os árabes palestinos e o exército jordano. O exército beduíno tentou impedir os ‘fedayin’, posicionando-se em vários pontos estratégicos do País. Os ‘fedayin’ mobilizaram a população jordana para a desordem civil. Os ‘fedayin’ começaram a sequestrar os aviões que eram considerados uma ameaça a autoridade do Rei Hussein. Após conversas com o Presidente dos EUA, Richard Nixon, e com o Presidente Egípcio Nasser, em 1970, a luta começou entre a força de segurança jordana e os ‘fedayin’ nas ruas de Amã.

O poder dos ‘fedayin’ na Jordânia estava crescendo e ameaçava a soberania e segurança do Estado jordano. Os militantes palestinos tinham recursos e armas que eram enviadas de outros Estados Árabes e da Europa Oriental. A OLP desafiou as leis da Jordânia e tentou tomar seu poder. Os ‘fedayin’ foram massacrados pelo exército da Jordânia e o evento ficou conhecido por « الأسود أيلول » o Setembro Negro²⁴. Em setembro de 1970, o exército jordano atacou o quartel-general dos ‘fedayin’ em Amã e nos acampamentos em Irbid, Salt, Sweileh, Baq'aa, Wehdat e Zarqa.

O chefe da missão, o brigadeiro Muhammad Zia-ul-Haq tinha ordens para acabar com os ‘fedayin’. Os mísseis disparados pela OLP atingiram Amã, durante um ataque. A infantaria jordana conseguiu expulsar os ‘fedayin’ de Amã, após semanas de luta. Durante a guerra civil, a Síria enviou cerca de 200 tanques para ajudar os ‘fedayin’. O Rei Hussein pediu a intervenção israelense contra a Síria. Timothy Naftali disse: “a Síria tinha invadido a Jordânia e o Rei Hussein já sentia uma derrota militar; disse ele: ‘por favor nos ajude de

²⁴ Setembro Negro é o nome dado a um período que se estende de setembro de 1970 a julho de 1971, iniciado quando o exército da Jordânia entrou em confronto com as organizações guerrilheiras da OLP, então baseadas na Jordânia, visando a expulsá-las do país.

qualquer maneira possível””. O próprio Rei Hussein chamou um funcionário dos EUA, disse o documento: “peço a intervenção imediata física, terra e ar... para salvaguardar a soberania, integridade territorial e independência da Jordânia. Ataques aéreos imediatos sobre as forças invasoras a partir de qualquer local e mais cobertura aérea são fundamentais”. De imediato os Estados Unidos enviaram uma esquadra de Israel, que realizou movimentos de tropas, ficando à disposição do Rei Hussein. Sob ataque do exército jordano e pressão internacional, o exército da Síria se retirou da Jordânia.

Os ‘fedayin’ concordaram com um cessar-fogo e, em uma reunião de líderes da Liga Árabe no Cairo, Yasser Arafat teve uma bela vitória diplomática. O Rei Hussein foi obrigado a assinar um acordo que daria direito as organizações palestinas de operarem na Jordânia. Por outro lado, Arafat teve que submeter-se ao Rei Hussein e acabar com as bases militares, sem usar armas ilegais. O Primeiro-Ministro jordano, Wasfi al-Tal, confiscou as armas ilegais e o exército assumiu o controle sobre as cidades. Os palestinos se opuseram fortemente à assinatura de um acordo de paz entre a Jordânia e Israel.

Os membros do partido ‘Fatah’ declararam que preferiam morrer em batalha, do que se render à autoridade do rei da Jordânia. O Rei Hussein se fortaleceu no controle sobre o reino. Em represália, a maioria dos países Árabes romperam as relações diplomáticas com a Jordânia. Esta ficou isolada politicamente até 1979, quando o Rei Hussein se reconciliou com Yasser Arafat, líder da OLP. No ano de 1988, a Jordânia renúncia seu direito pela Cisjordânia, mas o tratado com Israel permitiu a Jordânia administrar os lugares sagrados dos muçulmanos em Jerusalém, principalmente na área onde está a mesquita sagrada ‘al-Aqsa’. A Jordânia é um país chave na política regional e internacional.

As eleições democráticas em 1989 não significaram que a Jordânia se tornara um país democrático. Os partidos políticos ligados ao fundamentalismo islâmico hostil ao Rei tiveram 40% dos votos, o que levou o Rei Hussein a dissolver o parlamento em 1993 e convocar novas eleições, quando os partidos moderados foram os vencedores. A política internacional do Rei Hussein estava envolvida com o mundo árabe, com os sionistas e com as grandes potências mundiais. Os encontros secretos entre o rei da Jordânia e o chefe do governo israelense eram parte de sua estratégia de conseguir um acordo pacífico entre árabes e judeus. Os acordos bilaterais entre os dois Estados levaram a decisão de um acordo de paz entre os dois governos.

O acordo de paz feito com Israel em 1994 não foi bem recebido pela população, mas o Rei Hussein concordava que o seu vizinho Israel era uma poderosa nação. Desde então, o

governo jordano assumiu um papel importante nas negociações de paz entre judeus e árabes palestinos. A política jordana está envolvida com a questão da Cisjordânia e de Jerusalém Oriental, e sua política em relação a Israel e aos palestinos é bem difícil e complicada de entender, devido às suas várias facetas. Em 1998, o Rei Hussein recebeu o Prêmio da Mídia Alemã²⁵ de lutador pela paz e pela reconciliação, do então Presidente da Alemanha, Roman Herzog. O Rei Hussein foi considerado um grande aliado da política ocidental no Levante, no processo de paz na região.

Por meio do acordo de paz, os dois Estados se comprometeram a garantir que as ameaças de violência seriam prevenidas, e que agiriam em parceria para alcançar a segurança e a estabilidade no território. Para Shlaim, “o objetivo principal de Hussein era a estabilidade e a sobrevivência da monarquia Hachemita da Jordânia, e nessa missão ele foi bem-sucedido contra todas as probabilidades” (Shlaim, 2007, p.1). Após esse tratado, a Jordânia procura ficar em paz com todos os seus vizinhos. O acordo ainda contempla distribuição de recursos hídricos, liberdade de passagem, ajuda mútua aos problemas dos refugiados e o desenvolvimento do vale do Jordão. O Rei Hussein diante dos atores políticos de todo o mundo pronuncia:

“Estes são os momentos em que vivemos o passado e o futuro. O formidável vale em que nos encontramos será o vale da paz. E o fato de nos reunirmos aqui para construí-lo e fazer com que floresça, como nunca ocorreu antes, buscando conviver como nunca antes, israelenses e jordanos, sem que ninguém tenha de vigiar nossas ações ou observar nossos esforços – tudo isto é então o nosso presente aos nossos povos e às gerações futuras”. (Philip, 1994. S/P).

O Primeiro-Ministro israelense, Itzhak Rabin, também declarou:

"Chega a hora em que é preciso ser forte e tomar decisões corajosas, a fim de superar os campos minados, a seca e o deserto entre os nossos povos. Vivemos muitos dias de preocupação e muitos dias de sofrimento, mas o luto nos une, da mesma maneira como a coragem o faz. E prestamos uma homenagem aos que deram sua vida. Temos, ambos, que buscar a fonte dos nossos grandes tesouros espirituais, a fim de esquecer os sofrimentos que impingimos um ao outro, a fim de desarmar os campos minados que nos separaram por tantos anos e cobri-los com os campos da abundância. Durante quase duas gerações, o desespero predominou no coração dos nossos dois povos. Chegou a hora, não apenas de sonhar com um futuro melhor, mas sim de realizá-lo. As lideranças políticas têm de abrir o caminho e indicar o rumo, mas são os dois povos que terão de trilhá-lo". (Well, 2011, S/P).

A morte do Rei Hussein teve repercussão mundial e seu enterro tornou-se um acontecimento político internacional, com a participação de 17 Chefes de Estado e 13

²⁵ O prêmio Príncipe das Astúrias.

monarcas. Esteve presente Bill Clinton, Presidente dos Estados Unidos, o Primeiro-Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, o Líder palestino Yasser Arafat, o Chanceler Alemão, Gerhard Schroeder, o Presidente Russo Boris Ieltsin, o Presidente Francês, Jacques Chirac, e o Primeiro-Ministro Inglês Tony Blair, o Príncipe Charles e o Presidente Hafez Assad. A presença de tanta gente revela a importância que o Rei Hussein tinha para a política internacional nos conflitos do Levante.

O Rei Hussein morreu aos 63 anos de câncer linfático, em 7 de fevereiro de 1999 e ficou no poder por 46 anos (1953-1999) em meio a guerra e a paz. Após o anúncio de sua morte, uma multidão de cerca de 2.000 pessoas se aglomerou, em frente ao hospital de Amã. O caixão percorreu 20 quilômetros pela capital até ao cemitério da família real. O governo declarou luto oficial de 40 dias. O Rei Hussein manteve-se no poder da nação e governou um país sem petróleo e rodeado de inimigos impiedosos.

O Rei Hussein era visto como uma força de moderação numa região de extremismos. Mesmo após a morte de ambos os líderes, as relações diplomáticas avançaram de forma constante. O acordo de paz entre Israel e Jordânia conta com 12 acordos bilaterais de esfera econômica, científica, religiosa e cultural. As zonas de qualificação industrial permitem que a Jordânia, por meio de Israel, exporte para os EUA sem taxas, commodities de valor superior a um bilhão de dólares. Israel coopera com a Jordânia em projetos agrícolas e de saúde pública.

As relações entre Jordânia e Israel garantem estabilidade, segurança e paz nos seus territórios. Mas duramente nos últimos anos, devido ao aumento da violência entre israelenses e árabes palestinos por todo país em prol da mesquita 'Al-Aqsa', tem se criado dificuldades para que essas relações se mantenham fortes. Israel é acusado de quebrar o direito internacional, humanitário e de princípios religiosos em torno da mesquita. Esse tipo de agressão alimenta a violência e o radicalismo religioso por toda a região do Levante. As conversas entre o Rei Abdullah II, o Vice-Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e o Presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, resultaram em que todos concordaram e defenderam o acesso dos árabes à mesquita. Países árabes como o Egito, Arábia Saudita e Qatar também entraram nas negociações em apoio a Jordânia.

O fórum árabe expressou seu apoio de defesa à identidade de Jerusalém e ao rei da Jordânia nas negociações. O Rei Abdullah II afirmou que a provocação de Israel afeta o relacionamento entre os dois Estados. O Conselho de Segurança da ONU pediu o respeito total pela mesquita sagrada, declarando que as pessoas árabes devem ter acesso permitido em

paz, segurança e sem ameaças ou provocações. O Conselho ressalta a importância do papel da Jordânia nas negociações, devido ao acordo de paz assinado em 1994 entre os dois países. As agressões e confrontos preocupam a ONU, que leva os membros do Conselho a apelarem para a calma e para a organização jordaniana de administração (AWGAH) na solução dos conflitos.

A Jordânia tem-se esforçado ao máximo para conter a violência no local, por meio da diplomacia política. O temor é que Israel esteja mudando as regras do acordo de 1994. Os judeus podem visitar o local, mas não podem orar. Quando isso acontece, o ato é descrito como provocatório. Os grupos de judeus de extrema direita têm pressionado o governo para terem mais acesso ao local. O Primeiro-Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, tem declarado que nada vai mudar o acordo, mas os árabes não acreditam nele e vão à defesa do solo sagrado. Para o Presidente Mahmoud Abbas, Israel está criando uma guerra em Jerusalém.

Passeatas solidárias organizadas pela Frente de Ação Islâmica (IAF) em várias cidades da Jordânia, pedem o fim das relações diplomáticas com Israel. A Jordânia tem enfrentado muitos desafios para manter sua soberania e tem conseguido de forma extraordinária. Os grupos anti-judeus que vivem no país tentam de várias formas fomentarem a discórdia entre os dois países e pedem o fim da relação, quebrando o acordo assinado em 1994.

2.3 A Influência da Política Ocidental

A teoria da política ocidental de Platão, Aristóteles, Maquiavel, Hobbes, Locke e Rousseau influenciou todas as nações. Desde o século XIX, a política ocidental tem explorado o Levante, principalmente após a queda do Império Otomano, quando a região foi dividida entre a França e o Reino Unido. Desde então, é notório a presença da política ocidental no seio da política levantina. A política internacional esteve presente na região por meio do Mandato Britânico, influenciando a política no Levante, em especial a política inglesa na Jordânia e na Palestina. A história da política ocidental é fundamental para entender como essa política se firmou e mantém o poder na região do Levante. Nesse cenário histórico, a Jordânia se tornou um país parceiro da política internacional para resolver os conflitos e manter a segurança dos países.

A monarquia da Jordânia pertence a tribo hachemita, cujos ancestrais são da Arábia Saudita. Eles são descendentes do profeta islâmico Muhammad. Por meio da filha, Fátima, esposa do califa Ali, a origem do nome da família vem da bisavó de Muhammad. Os hachemitas eram os guardiões dos lugares sagrados de Meca e Medina. A política dos hachemitas é um fator importante na política do Levante. Quando o Império Otomano se aliou aos alemães, os hachemitas tiveram a oportunidade de lutar ao lado dos britânicos pela independência das terras árabes, em especial as terras do Levante, e tiveram os britânicos como financiadores da Revolta Árabe. O *Sharif*²⁶ de Meca, Hussein bin Ali, e seus filhos, Abdullah I e Faisal, lideraram a revolta árabe contra o Império Otomano.

Em 1915 e 1916, a visão e a ideologia política eram a unificação dos povos árabes muçulmanos. O *Sharif* Hussein bin Ali trocava cartas com o sir Henry McMahon, comissário britânico no Egito. Nessas cartas, ele falava em nome da nação árabe e criaram fortes conflitos com respeito a Palestina. Abdullah bin Hussein, com a aprovação dos britânicos, proclamava o califado do Islã no Levante e em parte do Iraque, mas os britânicos não concordavam com as definições geográficas da visão do *Sharif* Hussein bin Ali declarava. Os árabes declaram suas todas as terras e os britânicos não foram claros quanto à Palestina estar inclusa na promessa. E a revolta tinha como pano de fundo a nação árabe, mas, na verdade, como esclarece Shlaim, a revolta árabe “foi proclamada no nome da preservação do Islã, e não no nome da nação árabe” (Shlaim, 2007, p.5)

Após a vitória da Revolta Árabe, os países, tribos, grupos islâmicos e outros grupos religiosos entraram em discórdia. Os xiitas não apoiaram o novo califado de origem sunita, com base na cidade de Hijaz. Os cristãos do Líbano não viam nenhuma diferença entre o califado que tinha base em Istambul e o novo califado. Tanto o Egito como Arábia Saudita não viam o novo califado com bons olhos e os beduínos da região não compartilhavam da mesma visão nacionalista. Os britânicos reconheceram Hussein bin Ali como Rei de Hijaz e não como rei dos Estados Árabes. Em 1916, britânicos e franceses assinaram acordos conhecidos por Sykes-Picot²⁷, concordando com a divisão e a dominação da região. Em 1920, a Liga das Nações, na conferência de San Remo, dividiu o Levante em Mandato Britânico e Mandato Francês.

²⁶ O título *Sharif* em árabe significa, nobre, distinguido, eminente e ilustres. Esse título é destinado aos descendentes do profeta do Islamismo, Muhammad.

²⁷ Sir Mark Sykes e Charles François George Picot, principais líderes na época.

A divisão foi assim: Síria e Líbano ficaram com a França e Palestina, Jordânia e Iraque com os britânicos. Assim, os árabes foram submetidos ao poder dos dois impérios no Levante. Em 1917, Artur Balfour declara o Estado de Israel na Palestina, aumentando os conflitos na região. Na conferência de Versalhes em 1919, os hachemitas representaram o nacionalismo árabe, criticando as divisões que não ficaram claras a respeito da Palestina. Segundo Shlaim, “a declaração de Balfour está envolvida em uma injustiça para os árabes palestinos e semeou sementes que nunca vão por um fim nos conflitos do Levante” (Shlaim, 2007, p.8). Na época, nada foi feito para estabelecer um Estado Árabe-Palestino e os britânicos são acusados de traição, e seu imperialismo sendo o responsável pelos problemas na região.

Faisal bin Hussein foi declarado Rei da Síria e insistia na independência da grande Síria, que envolvia Jordânia, Líbano e Palestina. O Rei Faisal foi tirado do governo pelas tropas francesas, dando início a luta contra o poder ocidental no Levante, o qual foi acusado de quebrar as promessas feitas ao *Sharif* Hussein bin Ali. Os árabes nacionalistas foram à luta e Abdullah bin Hussein chegou em Ma'an com 2000 mil soldados, declarando ser o governador nacional de Moabe e estava indo lutar contra as tropas da França no Líbano, mas foram impedidos pela política inglesa.

Winston Churchill deu o trono do Iraque a Faisal bin Hussein e, sob o conselho de T.E. Lawrence, deu o trono da Jordânia a Abdullah bin Hussein, que na época queria a Palestina, mas foi-lhe recusada. Em 1921, o governo da Transjordânia foi fundado e Abdullah bin Hussein declarado o líder da província. Para os Ingleses essa era uma responsabilidade internacional para com os árabes. A partir de 1923, o território é dividido em Palestina e Transjordânia, sob a aprovação da Liga das Nações. A ideia era formar o império britânico na Jordânia e no Iraque. Enquanto isso, na Arábia Saudita, o Reino Hashemita era ameaçado pelo Sultão Abd al Aziz Ibn Saud.

A política britânica protegia os hachemitas até o dia em que o *Sharif* Hussein bin Ali não aceitou a proposta dos britânicos sobre a Jordânia e o Iraque, o que levou os britânicos a retirarem sua proteção. Os wahhabis de Ibn Saud aboliram o califado de Hussein bin Ali e conquistaram Hijaz em 1924 e Hussein bin Ali é exilado em Chipre até a sua morte em 1931. A liderança dos muçulmanos pelos hachemitas chegou ao fim e o reino de Faisal e Abdullah I foi ameaçado. Graças ao governo britânico, esses reinos foram preservados, bem como suas dinastias. A coroa hachemita foi preservada devido a influência da política ocidental, pois os

wahhabis tinham uma ideologia de reformar o islamismo na região. Ibn Saud queria destruir os hachemitas e tentou invadir a Jordânia, mas foi impedido pela força britânica.

A política wahhabi visava tomar o controle do Levante, acabando com a corrupção e restaurando o Islamismo. A Legião Árabe²⁸ impedia a invasão dos wahhabis. Sob a política de Churchill, a Jordânia foi criada para dar estabilidade e ordem no Levante a um custo baixo. A Jordânia não tinha nada além de areia e poeira, mas era vista como um país estratégico na política internacional. O Rei Abdullah I era visto como uma pessoa traiçoeira, que não transmitia segurança. Ele tinha uma política ambiciosa e queria governar todo o Levante, como o novo califa. Para ele, a Jordânia era parte do seu império e califado hachemita e Amã se tornou a capital dos árabes. Em 1946, os britânicos declaram Abdullah I Rei da Jordânia.

O Líbano não aceitou estar debaixo do poder hachemita, nem a Síria e muito menos a Palestina. Os sírios se consideravam os verdadeiros líderes da unidade árabe e não deram apoio ao Rei Abdullah I. Ele manteve uma boa relação com os sionistas, pois sabia do poder que eles tinham. O Rei Abdullah I não teve os sonhos realizados. Ele respeitava os judeus como estava escrito no Alcorão, mas lutava pelos direitos dos árabes da Palestina. Já em sua primeira reunião com Chaim Weizmann, em Londres em 1922, o Rei Abdullah I concordava com a declaração de Balfour. A Liga Árabe²⁹ considerou o plano da ONU ilegal e imoral em estabelecer um Estado Judeu na Palestina. Os ingleses, preocupados com o seu *Status*, entenderam que o Estado da Palestina seria um estado *Mufti*³⁰.

O Rei Abdullah I foi convencido pela Liga Árabe a entrar na guerra de 1948 e depois foi acusado pelos árabes de traição e responsável pela derrota árabe. Ressalta Shlaim, falando do Rei Abdullah I, que “a sua vontade de olhar para além das diferenças ideológicas e religiosas, e sua propensão para os negócios, era típico de uma cultura política do Oriente de zelo, com resultados desastrosos para o mundo árabe na guerra palestina” (Shlaim, 2007, p.32-33). A política diplomática do Rei Abdallah I era garantir o território palestino e não lutar contra os judeus. Devido ao número de refugiados árabes palestinos que foram para a Jordânia, o Rei Abdullah I recebeu o título de salvador dos árabes palestinos por tê-los recebido. Após este fato, a demografia da Jordânia mudaria e sofreria com os constantes conflitos e insegurança.

²⁸ A Legião Árabe era uma formação militar, criada na Transjordânia em 1920 pelos britânicos para manter a lei e a ordem interna. Era financiada e comandada por oficiais britânicos para manter a sua colônia no Levante.

²⁹ A Liga Árabe foi fundada em 1945 no Egito e hoje conta com 22 Estados árabes como membros.

³⁰ *Mufti* é um acadêmico islâmico que interpreta e expõem a lei islâmica.

Com o assassinato do Primeiro-Ministro libanês em solo jordaniano em 1951 e do Rei Abdullah I em solo palestino³¹, criou-se a necessidade de uma política de segurança no reino hachemita. O Quarteto Diplomático³² tenta resolver os conflitos no Levante, em especial entre os árabes palestinos e judeus, que são os verdadeiros donos do poder na Palestina. A onda de sofrimentos, insegurança e instabilidade que impera na região tem a contribuição da política ocidental, que cria o caos para manter-se no poder e sobre seus interesses econômicos.

A estratégia é manter o povo em guerra e em conflitos entre si e, quando cansados de lutar, peçam ajuda ao Ocidente. Com a população cansada, essa imposição se torna mais fácil. A luta entre as seitas religiosas e tribos cria uma situação de total desordem, que os leva a lutar para sobreviver. O que está acontecendo na região é a divisão em regiões autônomas, criando-se uma visão de unidade com cada distrito autogovernado e coexistindo com o todo. Isso está acontecendo na Síria, no Iraque e na Palestina. A região está sendo subdividida para sobreviver e não para democratizar-se e o islã político luta contra. Essa política propõe muitos benefícios teóricos para a área econômica, cultural e religiosa. A crise na Síria leva a política ocidental a propor, com o apoio do Golfo e da Turquia, a divisão da Síria, criando um novo estado onde o atual governo sírio ficará isolado.

O plano é dividir e criar no Levante três Estados, segundo o credo religioso, um sunita, um xiita e um curdo. Essa ideia é apoiada por vários estrategistas militares. A estratégia geopolítica ocidental na região não é criar a estabilidade, mas garantir seus interesses. Com a região dividida em pequenos estados, o que poderia funcionar, pelo menos na teoria, trazendo bons ganhos a política ocidental; mas isso ainda caminha para funcionar na prática. O que se percebe nessa política é uma falta de justiça social e étnica, tema que a política ocidental não considera. Os direitos humanos não podem interferir no direito natural, como muitas vezes tem acontecido. Como resultado, a justiça social fica a desejar. As relações políticas dos países e aliados deixam de lado a justiça, em busca de seus próprios interesses e poder.

Quando se fala em justiça social nos países levantinos, o discurso toma proporções de caridade e não de humanidade. Aristóteles e Tomás de Aquino falaram desse problema há anos, mas ele ainda vive e é o grande vilão das políticas sociais na região. Lembra Cunha que

³¹ O Rei Abdullah I foi morto por um jovem palestino nacionalista, após participar da oração de sexta-feira na mesquita Al-Aqsa.

³² O Quarteto Diplomático é formado por USA, Rússia, União Europeia e ONU.

“o homem é um título jurídico” (Cunha, 2014, p.99). A política internacional, com a qual os países do Levante estão comprometidos, não fecha os olhos às injustiças que ela mesma promove. É preciso fazer justiça, não sobre a cosmovisão política ocidental, mas sobre como beneficiar o povo. A constituição dos países é baseada no direito, como qualquer outra constituição. A justiça social conduz à justiça jurídica e ao direito, garantindo o que é seu dentro de cada Estado.

É preciso repensar a justiça nas relações entre os Estados, levando em consideração a filosofia do direito e do Estado, como ressaltado por Cunha:

“Se uma constituição tem dentro de si elementos concretos de justiça social (desde logo direito vastos à saúde, segurança social, educação, trabalho e etc.) não mais é lícito nem lógico negar a tais direitos juridicidade (como alguns faziam, nos primeiros tempos), e atirá-los para a mera política, para mais normalmente com um esgar antipolítico de repulsa aristocrática” (Cunha, 2015, p.102).

Para Cunha, a constituição é lei de dimensão de equidade e igualdade. Quando isso é negado, a justiça se torna em injustiça pelos acordos econômicos e políticos. A política ocidental, em sua relação com o Levante, se põe acima da política nacional, criando problemas que podem durar a vida toda, e trazendo sofrimento para milhões de pessoas. Os Estados se tornam, na mão da política ocidental, reféns. O governo fica imobilizado até a segunda ordem. Nada do que acontece no Levante fica sem passar pelo crivo da política ocidental, e, os que rompem com ela, estarão em sérios apuros.

O bem comum, que tanto fala a política social, jurídica e religiosa, não legisla para todos os Estados, mas para os seus interessados. Esclarece Cunha que “o bem comum é um desafio quotidiano, e um grande fim não só do legislador, especificamente, como de todos os atores políticos” (Cunha, 2015, p.103). Lembrando que o mundo político e os Estados estão envolvidos em uma globalização internacional. O líder tem que governar bem internamente e externamente, para que consiga promover o bom desenvolvimento cultural, social, político e econômico do Estado. A boa relação entre os Estados do Levante garante segurança, prosperidade e estabilização da região, o que também afeta a política mundial.

Os países, sem condições econômicas, políticas e sociais, não podem arcar com as próprias decisões. A ajuda ocidental é um negócio levado bem a sério pela política internacional, pois angaria altos dividendos econômicos para si. Os governos ocidentais dependem da crise para manter seus países estáveis e em segurança. Falar em direito fraterno nessa área geográfica é uma utopia de cosmovisão ocidental míope. No Levante, quem têm,

têm, e, quem não têm paga com a própria vida para sobreviver. Sabedores disso, a política ocidental garante o estilo de vida desejado para quem está no poder e aos seus aliados.

O fogo amigo está bem presente na política, devido a influência da política ocidental, a qual tem moldado a política da região há séculos. Os países do Levante têm uma dívida com a política ocidental pelos anos de investimento, que agora tornou-se em dívida vitalícia. A política levantina ficou rendida ao poder do ocidente. Os limites culturais e sociais são a base lógica do que o povo entende sobre constituição, principalmente porque os estudiosos não falam a mesma coisa. Muitos entendem que a constituição levantina seja um texto descritivo e não normativo, interpretando-a com uma visão do que o governo gostaria de ser. Constituição para muitos é a lei normativa que o governo tem para seguir e garantir.

A constituição é oral e escrita, e ambas operam simultaneamente sob a influência da política ocidental. Elaborar um texto constitucional e viver por ele impondo-o a um povo de costumes, cultura e hábitos diferentes é “um tiro no pé”. A realidade da constituição e a sua imunidade muda e se modifica conforme a força do povo e do governo. Essa mudança é bem comum entre os levantinos e acontece pela força e pela espada. Por ser a constituição humana, ela está sujeita a erros e mudanças com o passar do tempo. O homem não pode pensar que pode mudar o mundo através da caneta, elaborando leis e impondo-as ao seu povo como a única forma de governar, e os poderosos não poder pensar que, negando os direitos constitucionais do povo, se manterão imunes.

A influência da política ocidental na constituição de cada país da região é bem fácil. A constituição dos países do Levante tem influência da Carta Magna Inglesa, da Revolução Francesa, da Revolução Americana e da Declaração dos Direitos Humanos. Por isso, não tem tanto poder nos Estados árabes. Personagens como Locke, Maquiavel, Hobbes e Rousseau contribuíram para a escrita das constituições após revolução. Os países estiveram sob o Mandato Inglês e Francês até chegarem a independência e suas constituições são influenciadas por esses impérios. Apesar de muitas coisas terem mudado no decorrer dos anos na constituição de cada país, aquelas se deram sob a influência da política ocidental.

A principal base de desenvolvimento do ocidente é o petróleo. Das dez grandes empresas de petróleo³³ no mundo, 8 são americanas e 2 inglesas. O petróleo criou uma política de dominação. Essa política, cria o caos e oferece a solução em troca de favores. Isso não é novo, acontece há décadas. Por meio desses contratos internacionais de fundo econômico, mantém-se o ocidente no poder do Levante. Através dessa política, os Estados

³³ Grandes empresas de petróleo: Texaco, Exxon, Atlantic, Usx, Shell.

têm poder compartilhado com as grandes potências. Os constantes conflitos religiosos e étnicos não deram outra opção aos Estados, pois suas alianças com o ocidente lhes levaram a compartilhar tanto o poder como a riqueza, mas essa riqueza fica nas mãos das elites. A política ocidental pode ajudar os Estados levantinos de forma mais positiva sem os interesses econômicos, mas a ganância não permite que isso aconteça. Essa política tem que garantir o bem-estar do seu próprio povo e uma vida melhor.

Tanto os sunitas como xiitas muçulmanos têm seus fortes aliados, que não os estão apoiando de graça; eles querem poder e riqueza. Diferente do que muitos imaginam, o Levante tem mais conflitos devidos à política, do que, envolvendo a religião, apesar de a visão religiosa criar os problemas políticos, pois não existe a política sem a influência cultural e religiosa. Os sunitas apoiam os americanos e os cristãos no Líbano, que mantém o poder no país. Apoiam o Hesbollah³⁴ no combate a Israel, de governo parlamentar. Em meio a essa guerra, a política ocidental representa uma ameaça à paz, à segurança e à política, por causa da reação de grupos fundamentalistas e antiocidentais, os quais vêm ganhando adeptos e força nos últimos 50 anos.

Devido ao espírito fundamentalista dos islâmicos, o povo é tratado como pessoas atrasadas pela cosmovisão ocidental. Rousseau, ao criticar a intolerância religiosa, afirma que “tal espécie de religião coloca tal povo em estado natural de guerra contra todos os outros, o que é bastante prejudicial à própria segurança” (Rousseau, p.188). O cristianismo, no passado, cometeu as mesmas barbáries em nome de Deus, e nem por isso foram considerados atrasados. Mas, quando se fala de outros povos e culturas diferentes dos padrões ocidentais, os povos são tidos como primitivos e atrasados. Essa postura ocidental não vê a religião, mas o indivíduo. Vale ressaltar que Rousseau acreditava na Bíblia. Ele criticava a hipocrisia dos líderes cristãos de sua época, e que ainda hoje devem ser criticados, devido a mesma postura.

Os líderes religiosos estão massacrando o povo em nome de *Allah*, pois estão mais preocupados com a religião do que com a situação do povo. A política internacional sempre foi uma política racista em termos de gênero e raça. A política está encarcerada pela política ocidental e a sua economia grita por socorro. Aos poucos, a relação política ocidental e a sua influência vão perdendo campo e prestígio. Isso está acontecendo devido aos conflitos que esta política está criando na região. Os “messias” estão se levantando entre os

³⁴ Hesbollah é uma organização política e militar, de crença xiita, fundada em 1982.

fundamentalistas e influenciando a massa a seguir uma política antiocidental rumo à libertação.

Eles querem destruir o império colonial ocidental na região, oferecendo uma política religiosa e social baseada no islamismo do século VII, como a única forma de se libertarem. Esse é um caso epistêmico que tem abalado o mundo. Segundo Mignolo, “uma das realizações da razão imperial foi a de afirmar-se como uma identidade superior ao construir construtos inferiores (racionais, nacionais, religiosos, sexuais, de gênero), e expeli-los para fora da esfera normativa do “real” (Mignolo, 2008, p.291). A política imperial que reina está sendo combatida e está crescendo. Para Mignolo, o que está acontecendo no mundo é um fenômeno de descolonização. No Levante, essa é uma guerra dura, que os grupos nacionalistas e fundamentalistas islâmicos estão travando.

Os grupos fundamentalistas emergem com força para tornar possível a descolonização, e têm contribuído com uma mudança no cenário geopolítico. As promessas não cumpridas e abusos ainda estão vivas na mente e na literatura dos acadêmicos e religiosos. Líderes como John Bagot Glubb e Alec Kirkbride foram importantes figuras no cenário político, principalmente na Jordânia entre os anos de 1918 a 1951. Figuras que eram tratadas como símbolo do imperialismo inglês, passaram a politizar em nome do desenvolvimento e da modernização, quando os USA assumiram a liderança que era da Inglaterra e França. Esse novo modelo político é visto como uma política de exploração.

Essa visão de superioridade trata os indivíduos com valor diferente; um indivíduo ocidental vale mais do que um indivíduo levantino. Devido a essa desvalorização, o ocidente perde os seus pupilos. Essa política imperialista age por meio do comércio, segurança e da economia mundial. A Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional e o Conselho de Segurança das Nações Unidas mantêm a hegemonia da política americana. A ONU é refém da política americana de pressão, economia, militar e social. Ressalta Guimarães que “a política externa americana determina em grande medida a agenda internacional, cria e influencia eventos em todos os quadrantes do globo, e, portanto, esteve e está presente nos acontecimentos políticos e econômicos do mundo árabe e muçulmano” (Bandeira, 2014, p.19).

2.4 A Cosmovisão Democrática

Segundo Gramsci, “o modernismo não criou ‘ordem religiosas’, mas sim um partido político: a democracia cristã” (Gramsci, 1978, p.20). A visão democrática cria problemas políticos, religiosos e ainda conflitos no Levante, devido à forte influência da cultura tradicionalista religiosa e as desigualdades sociais. Todas as formas de intervenções ocidentais democráticas fizeram da região um dos lugares mais hostis à propaganda democrática. Segundo Dahl “cidadãos economicamente desiguais têm grande probabilidade de ser também politicamente desiguais” (Dahl, 2001, p.176). Uma vez que a região é pobre, tanto a sociedade quanto os líderes islamitas criticam a sua pobreza sob a influência democrática ocidental e cristã. Pensadores árabes inspiraram e mobilizam a sociedade a lutar em prol da democracia como a única forma de acabar com a ditadura e com o fundamentalismo religioso. Segundo Bandeira, George W. Busch acreditava “que um Oriente Médio democrático seria menos vulnerável ao extremismo” (Bandeira, 2014, p.90). O mundo ocidental teima em acreditar que a democracia no mundo muçulmano vai por fim, não só ao extremismo, mas aos problemas sociais e políticos. Segundo Bobbio, o modelo de democracia moderna é a:

“... democracia dos antigos, de modo particular a pequena cidade de Atenas³⁵, nos felizes momentos em que o povo se reunia na Ágora e tomava livremente, à luz do sol, as próprias decisões, após ter ouvido os oradores que ilustravam os diversos pontos de vista.” (Bobbio, 2015, p.52)

A religião tem um papel fundamental na forma de pensar, governar, dominar e fazer política, muito diferente da democracia dos antigos e da democracia ocidental. Segundo Amaral, a “democracia exige duas condições essenciais: a origem democrática do poder e o exercício democrático do poder” (Amaral, 2012, p.175). Sem esse nivelamento democrático, associado à economia, o desenvolvimento, em meio aos conflitos geopolíticos, revelou-se o grande vilão na região, pois as nações cristãs democráticas são as que saíram ganhando com os demasiados problemas locais. Os Estados com pouca força e poder não foram capazes ainda de solucionar e criar uma unidade política favorável ao desenvolvimento. As revoluções política e industrial do século XVIII, não conseguiram modernizar o Levante; apenas o influenciaram. Os líderes religiosos e fundamentalistas antidemocráticos criticaram o Estado por este fazer alianças com nações ocidentais modernas em busca do nivelamento

³⁵ No século V e IV reuniam-se em Atenas 25 mil pessoas em pé e 18 mil pessoas sentadas.

social. Ressalta Huntington que a “cultura islâmica explica em grande parte porque a democracia deixou de emergir em maior parte do mundo muçulmano” (Huntington, 1996, p.28).

Observou Demant que, no mundo muçulmano, houve dois tipos de reação: “absorver a receita da modernidade do ocidente e rejeitar o papel da religião; ou se refugiar num tradicionalismo religioso” (Demant, 2014. p.18). A segunda opção teve maior aceitação regional. Desde então, o fundamentalismo religioso tem amedrontado, não só o Oriente Médio como o mundo. Afirma Bobbio, “se hoje existe uma ameaça à paz mundial, esta vem ainda uma vez do fanatismo, ou seja, da crença cega na própria verdade e na força capaz de impô-la” (Bobbio, 2015, p.67). As disputas entre os vários grupos religiosos transformaram a região em uma área insuportável, e medidas mundiais foram tomadas para deter o seu avanço. A sociedade ocidental, que critica as ações política e militar, está alheia sobre a ação política do islã, por considerar o islã sob o ponto de vista religioso e não como partido político.

O islã é uma religião que influencia todos os aspectos da vida, desde a educação, família, comércio, cultura, governo e política, sendo o principal elo de unidade política religiosa. Segundo Dahl, “os adeptos de uma determinada cultura muitas vezes consideram suas exigências políticas uma questão de princípio, de convicção profundamente religiosa ou mais ou menos religiosa, de preservação da cultura ou sobrevivência do grupo” (Dahl, 2001, p.166). Não existe diferencia entre política e religião no sistema político islâmico. O líder político é também o líder religioso, que comanda o exército, a justiça e governa o Estado, sob os princípios da religião. Ele promulga o edito religioso chamado ‘Fatwa’, que não pode ser revogada; ele está acima do Estado. Definiu Max Weber³⁶, o islã como “uma religião de luta que nasceu em uma comunidade carismática de guerreiros, sob o comando de Muhammad, um “profeta guerreiro”, e de seus companheiros” (Bandeira, 2014, p.545). Assim o profeta do islamismo é o grande exemplo de quem governou sob esse princípio, do qual todos os líderes devem imitar, para exercer o poder de forma moderna e religiosamente adequada. A democratização da região está inteiramente ligada a reforma do islã.

O monopólio do poder está nas mãos do líder que governa e comanda o Estado, pois está sob a vontade de *Allah*. O que se vê de prático no sistema do poder religioso é o povo

³⁶ Weber, Max. (1964). *Wirtschaft und Gesellschaft. Grundriss der verstehenden soziologie*. Zweiter Halbband.koln/Berlin: SNI Bandeira, Luiz A. Moniz (2014). *A Segunda Guerra Fria*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. P. 899, 901.

sendo explorado, impedido de manifestar e reivindicar os seus direitos de cidadão. Assim como acontecia na monarquia medieval, ninguém pode criticar esse governo e desobedecer a sua autoridade governamental e espiritual, sem ser acusado de estar violando a vontade divina. Sob esse poder islâmico de governo, os não muçulmanos não podem chegar ao mais alto posto de poder no executivo, no judiciário, no legislativo ou nas forças armadas, com exceção do Líbano. Simplesmente, como afirmou Huntington, porque o “ Corão e a Shari’ah constituem a lei básica nas sociedades islâmicas” (Huntington, 1996, p.86) e a democracia é um sistema político cristão ocidental, incompatível com as normas do islamismo.

É comum políticas sociais no Levante não beneficiarem os não muçulmanos em seus programas de desenvolvimento social. Observa Bobbio que, “se a política não servisse para melhorar a condição humana, seria pura expressão de poder” (Bobbio, 2014, p.39). A sociedade é dividida entre muçulmanos e não muçulmanos, árabes e não árabes. Os grupos de não muçulmanos também tem seus preconceitos e evitam a socialização com muçulmanos. O relacionamento do Estado com a minoria não muçulmana é pacífico e instável. Nas questões comerciais, os não muçulmanos têm ocupado cargos de destaque, devido à sua capacidade de comunicação com o mundo ocidental. As diferenças e desigualdades que existem na sociedade revelam que a sociedade levantina é heterogênea.

Dentro da cosmovisão religiosa, o líder de Estado é um monarca semidivino, que luta em prol da supremacia islâmica e que busca manter a pureza do poder a ele concedida. A lei *Sharia* é a constituição dos Estados governados por muçulmanos. A *Sharia* determina as regras e conduta, não apenas da sociedade, mas dos governantes. As suas fontes para legislar são: Alcorão, *Hadith*, *Qiyas* e o *Ijma*, que são preservadas intactas e isentas de mudanças, mas essas fontes são receptivas a várias interpretações. Essas fontes se chocam com os princípios democráticos de direito, dificultando o avanço dos direitos dos cidadãos. Na cosmovisão islâmica, só *Allah* pode legislar, pois é o único que sabe o caminho que a sociedade deve andar. Ressalta Bandeira que o “islã é a religião do Estado e a Shari’ah a principal fonte da legislação e legitimidade do poder, de modo a implementar a soberania de Allah” (Bandeira, 2014, p.341).

A conjuntura política e social cria dificuldade ao desenvolvimento do conceito jurídico de cidadania, tão prezada pela democracia, uma vez que a democracia está baseada no respeito ao ser humano e contra toda a forma de monopólio de poder, como bem expressou Bussi: “a democracia representa um instrumento para a humanização da política, não governo para o povo, mas o governo do povo” (Bobbio, posfácio, p.47). Uma sociedade

impregnada por conceitos religiosos de superioridade dá pouco espaço para os princípios democráticos. O direito religioso, étnico, social e político, reivindicados nos Estados democratas, sepulta qualquer regime religioso ditador. O regime democrático e a religião constitucional têm princípios opostos: existindo um, o outro é extinto. Quando a religião sobrepõe os direitos do cidadão, beneficiando a sua comunidade e desprezando os demais, devido a diferenças religiosas e étnicas, evapora-se o sonhar democrático.

Historicamente, a forma de governo na região, desde o início da dominação islâmica, foi movida pela conquista religiosa, por meio da força militar e política externa, como observou Max Weber³⁷ que, “sob o comando do profeta, que derrotou sua própria tribo quraysh e esposou o interesse expansionista dos árabes, avançando sobre a Pérsia” (Bandeira, 2014, p.420). Em Medina, o expansionismo islâmico, segundo Demant, foi o “primeiro Estado muçulmano, ainda que pequeno. Os derrotados foram expulsos, exterminados ou convertidos, enquanto os novos fiéis se comprometeram a realizar uma guerra de expansão do islã” (Demant, 2014, p.26). Desde os seus primeiros sucessos político-militar, o islamismo já mostrava o seu propósito de alcançar o mundo.

O espírito de superioridade faz com que a sociedade pense que, um dia, não só o Oriente Médio será dominado e governado por *Allah*, mas todo o mundo. Ressaltou Aron se “algum profeta se arma para conquistar fiéis, seu projeto não terá fim até que domine todo o mundo” (Aron, 2002, p.133). A democracia não é a prioridade no Levante, mas o equilíbrio entre o Estado Islâmico³⁸ e o Estado Muçulmano³⁹. A democracia ocidental ameaçou a identidade muçulmana, promovendo uma sociedade liberal e a resposta foi negar a democracia e a sua modernidade, voltando-se mais para a cultura e a religião islâmica. Afirma Blainey que os “muçulmanos mais ardorosos se sentiam um tanto humilhados por verem sua pátria dominada pelos cristãos” (Blainey, 2011, p.20). Por meio deste sentimento de fracasso, uma alavancada no islã político vem se radicalizando sob a bandeira de dar uma resposta merecida às violências recebidas⁴⁰ do ocidente.

Desde o século XX, poucos pensadores e políticos, como descreve Demant, “abraçaram valores liberais ocidentais: constitucionalismo, parlamentarismo, democracia, direitos humanos e individuais” (Demant, 2014, p.82). Os líderes não encontraram uma forma positiva de agregar esses valores à realidade da sociedade levantina. Khalid

³⁷ Weber, Max (1996). Sociologie dès eligions. Paris: SNI Bandeira, Luiz A. Moniz (2014). A Segunda Guerra Fria. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. P. 286-287, 269-270.

³⁸ Estado Islâmico: O islã como base obrigatória da vida política e social, com a aplicação da *Sharia*.

³⁹ Estado Muçulmano: O islã como identidade simbólica da política, mas sem compromisso religioso.

⁴⁰ As violências do ocidente são: ocupar a Arábia Saudita, apoio ao Estado de Israel, guerra do Iraque e outras.

Muhammad defendeu a democracia baseado na ‘shura’⁴¹, no passado, mas foi forçado a renegar seu ponto de vista. Nasser Hamed Abu Zaid e Muhammad Shahrur e Muhammad Arkoun fizeram uma releitura do alcorão e do *Hadith* com base na linguística e na semiologia, permitindo demolir a versão literária do islã. Segundo Demant, “Muhammad Sai’d al-Ashmawi, muitas das leis da Xaria eram determinadas pelas condições contingentes de épocas passadas e não têm valor eterno” (Demant, 2014, p.297). Ao afirmarem que o islã não deve ser interpretado literalmente, tanto Arkoun, Abdulhahi Ahmed An-na’im, Fazlur Rahman e Tariq Ramadan foram acusados de islamofobia e proibidos de viver e trabalhar no mundo Árabe. Ali Abd al-Razig, em 1925, e Muhammad Imara afirmavam que os homens estavam tornando o islamismo um sistema político.

Pensadores como Afghani⁴², Abdu⁴³ e Ridda⁴⁴ estão entre os principais líderes do fundamentalismo islâmico. Eles foram os grandes revolucionários políticos e religiosos do mundo islâmico. Suas ideias se espalharam por vários continentes. Afghani convocou uma política islâmica, criticou o imperialismo e disseminou o ódio contra os ingleses, mas apreciava a tecnologia ocidental, como a grande parceira para alcançar o mundo para *Allah*. Abdu era perito na *Sharia* e teve grandes dificuldades para lidar com a fé e a ciência. Ele foi um modernizador do paradigma islâmico, abraçando temas importantes como o da democracia e levou seus discípulos à visão política a favor da democracia, sob os princípios islâmicos, que segundo a sua avaliação não contraria a interpretação alcorânica. Ridda foi o autor do projeto do futuro Estado Islâmico ideal, com traços de uma democracia islâmica, baseada nos dogmas e preceitos religiosos.

A independência dos países do Levante a partir de 1945 é marcada por revoltas e acordos políticos. Franceses e ingleses dividiram o poder com árabes e judeus, na esperança de por fim a conturbadas contradições entre os seus acordos sobre a Palestina, os quais refletem até a data atual. Os árabes se recusam a dividir o poder com os judeus. Na análise de Amaral sobre o pensamento de Hobbes sobre o Estado e Governo, ele afirma que “não duvida de que o egoísmo na natureza humana existe, e regará a anarquia se não houver um Estado e um Governo capazes de fazer impor a paz e a segurança” (Amaral, 2012, p.174). Judeus e árabes palestinos precisam encontrar um ponto em comum que os levará a pararem de massacrar o povo. Afirma Bandeira que Israel é “um Estado em guerra permanente, a

⁴¹ Consulta.

⁴² Jamal Al-Din Al-Afghani (1838 – 1897) desenvolveu a política islâmica.

⁴³ Muhammad Ali Abdu (1849 – 1905)

⁴⁴ Muhammad Rashid Ridda (1865 – 1935)

depende do incondicional suporte econômico, político e militar dos Estados Unidos” (Bandeira, 2014, p.574). Afirma Bobbio que, para curar o poder monocrático, “o remédio é o poder distribuído” (Bobbio, 2015, p.98). Juntamente com a distribuição de poder, deve haver o controle do poder, o que dificilmente acontece no Levante. As divisões geográficas dividiram a Síria do Líbano e a Jordânia da Palestina.

Após a Segunda Guerra Mundial, o socialismo árabe torna-se distinto do modelo democrático, pois ele oprimia as oposições com brutalidade. Igualdade perante a lei, participação da sociedade na política e a separação dos poderes estavam longe de serem aceitas. Como expressou Bobbio, “ter poder significa, em poucas palavras, ter a capacidade de premiar ou punir” (Bobbio, 2015, p.220). Historicamente é isso que acontece com os donos do poder, principalmente na Palestina. A sociedade ideal, na cosmovisão islâmica, é a da região sem a presença de judeus e cristãos, sendo que a forma de governo perfeita é a religião islâmica. Afirmou Huntington “os Estados definem os seus interesses em termos de poder” (Huntington, 1996, p.35), por isso é tão difícil chegar a um denominador comum aos conflitos. Exemplificou Aron, “às vezes, preferem a embriaguez do triunfo aos benefícios de uma paz negociada” (Aron, 2002, p.133).

O islã político é um sistema religioso fechado que rejeita qualquer apreço aos costumes ocidentais e democráticos. Para eles, a democracia só cria mais conflitos e perversidade social. O fracasso social e político marca a história dos árabes e esse fracasso é atribuído ao islã político e a fatores externos. A monarquia da Jordânia recebe forte interferência democrática e diariamente é acusada e criticada por causa de seu acordo de paz com Israel e por sua relação com a política internacional. A Jordânia luta pela segurança, não por glória ou por potência. Os sistemas de governos dos países muçulmanos do Levante são: monarquia, ditadura e regime islamita, com exceção do Líbano, com uma república democrática parlamentar.

O crescimento populacional, a pobreza, a falta de recursos naturais e a incapacidade do Estado em gerar emprego têm levado a uma crise econômica e política na região. Diante desse quadro, os partidos e grupos fundamentalistas estão ganhando território e adeptos. Ressaltou Huntington, “a religião fornece respostas atraentes e os grupos religiosos oferecem pequenas comunidades sociais para substituir as que se perderam em função da urbanização” (Huntington, 1996, p.119). A sua propaganda é a que a sociedade e governo voltem as origens do Estado Islâmico. Lembra Dahl que o “Líbano mergulhou numa demorada guerra civil em 1958, quando a tensão interna se mostrou grande demais para o seu sistema

consensual” (Dahl, 2001, p.170). A democracia de associação do Líbano tem sido ameaçada e o governo não tem sido capaz de conter as comunidades étnicas, detentoras de poder rumo ao desenvolvimento social e econômico como foi prometido. O islã político-religioso tem dividido e criado uma urgência intelectual para responder a sociedade de forma positiva, mostrando que a o islã político é um erro e que deve ser evitado.

Para saber o nível de democracia no Levante, deve ser levado em conta o papel da mulher na sociedade. Esse é um ponto relevante para qualquer povo e Estado que adota a democracia como sistema de governo. A liberdade feminina é um dos pilares da democracia. Na visão dos fundamentalistas, a mulher é vista como responsável pela decadência da sociedade. O papel da mulher na sociedade tem sido um dos temas mais contraditórios. Religiosamente, a mulher é inferior ao homem. Essa segregação é traço da cultura da sociedade árabe do século VII d.C. que foi acoplado a religião. Por estar presente no Alcorão e no *Hadith*, não pode ser mudada. Democraticamente, os sexos têm direitos iguais perante a legislação, entretanto religiosamente não. Esse é um ponto que os líderes evitam falar e discutir, pois, se está no livro sagrado⁴⁵, é decreto de *Allah* e o homem não pode mudar. Segundo Demant, “os versículos do Alcorão que regulam e limitam o comportamento da mulher são poucos numerosos e passíveis de múltiplas interpretações” (Demant, 2014, p.155).

A democracia abomina tais pensamentos e declarações entre os sexos. Para Bobbio, “a história vai na direção de uma progressivamente maior igualdade entre os homens, entre classe e classe, entre nação e nação, entre raça e raça, entre homem e homem” (Bobbio, 2014, p.40). Essa declaração de Bobbio exemplifica o ideal proposto pela democracia. O direito dos sexos em regimes muçulmanos não é bem-vindo. O véu é obrigatório a mulheres muçulmanas e teve influência dos bizantinos, quando era usado para diferenciar uma mulher livre de uma escrava e uma concubina. Na época do profeta do islã Muhammad, somente as suas esposas usavam véu. No pensamento democrático, isso é tão simples de ser resolvido, mas no pensamento islâmico é tido como algo grave e abominável. A realidade social que envolve casamentos ainda corresponde as alianças econômicas.

Pelos olhos da democracia, a situação da mulher na região corresponde mais aos valores culturais do que a valores religiosos. Desde o século XIX, as mulheres lutam pela igualdade da posição feminina e o fim da opressão. O Levante está constantemente envolvido em temas que correspondem a cultura árabe do século XII. Ressalta Cunha que “o poder,

⁴⁵ No islamismo o livro sagrado é o Alcorão.

numa comunidade tribal ou num império estadual, não importa, preexiste, como alfa e ômega do político” (Cunha, 2014, p.178). Por causa desses costumes tribais, os fundamentalistas tratam a mulher como um símbolo de degradação da sociedade e que precisa ser detida. Sobre o poder primitivo, Azambuja afirma que a “tradição são preceitos, costumes, ritos que se impõem inelutavelmente” (Azambuja, 2008, p.77), derivados da sociedade e não de um indivíduo. Os dotes e talentos femininos ainda não foram capazes de levá-las ao mesmo patamar de igualdade sexual. A posição da mulher no Estado constitui um desafio que visivelmente revela a distância que os países muçulmanos estão da modernidade.

Para os fundamentalistas, a democracia representa perigo para o Estado muçulmano. Os fundamentalistas têm uma ideologia de purificação dos Estados muçulmanos, por considerá-los afastados do verdadeiro significado do islã. Os Estados apreciadores dos princípios democráticos enfrentam o paradigma cultural e religioso. Os críticos da democracia estão em combate contra a influência democrática, principalmente vinda dos países ocidentais. Esquecem eles que segundo Aron “a legitimidade democrática constitui o fundamento da existência das nações e não só dos regimes políticos” (Aron, 2002, p.478). A democracia é inimiga do Estado Islâmico. Ao contrário do que se esperava, após as Revoluções Inglesa (1688-89), Industrial (1776) e Francesa (1789), o fundamentalismo se fortaleceu e modernizou. A modernidade oferecida pelo ocidente foi rejeitada, por trazer dúvidas principalmente ao campo econômico e político. Desde então, os conflitos são constantes no Levante e no Oriente Médio. Os fundamentalistas sobrevivem e resistem a técnicas democráticas que destroem os valores prezados pelo islamismo político e religioso. Observou Demant que o islamismo político:

“...é uma ideologia política antimoderna, antiseularista e antiocidental, cujo projeto é converter o indivíduo para que se torne um muçulmano religioso observante, e transformar a sociedade formalmente muçulmana em uma comunidade religiosa voltada ao serviço a Deus e estabelecer o reino de Deus em toda terra.” (Demant, 2014, p.201)

A ideologia islâmica está em constante luta para barrar a influência da democracia e do secularismo, que a cada ano estão mais presentes nos países. Essa influência tem desafiado e levado os fundamentalistas a novas e perigosas ações. Grupos políticos como a Irmandade Islâmica na Síria, o Hamas na Palestina e o Hezbollah no Líbano partem para uma política agressiva contra os estados muçulmanos e governos pró democratas. Os escritos dos grandes líderes islâmicos, como Banna⁴⁶, Ridda, Abdu, Afghani, Qassam e Qutb⁴⁷,

⁴⁶ Banna: Fundador da Irmandade Islâmica.

Mawdubi⁴⁸ e Musa Sadr influenciam a nova geração, que não sabe discernir a diferença entre política e religião. Eles são levados por sentimentos cultural-religiosos de perda na luta pela purificação dos Estados muçulmanos e atraídos pela cultura de honra, que tem foco na vingança. A cada ano, os fundamentalistas promotores da ideologia do Estado Islâmico se têm tornado pessoas repressoras e intolerantes à liberdade de expressão. A democracia é vista como imoral e acusada de ser islamófica, tratada como um sistema de valores cristãos. Aceitar a democracia é concordar com a inferioridade do islã frente ao cristianismo. A ideia de inferiorizar o islã é rejeitada por qualquer muçulmano. O islã, antes de ser uma ideologia política, é um sistema de valores culturais, que molda a sociedade, o governo e a política.

O cerne da democracia (“soberania do povo”) é um ponto de extrema dificuldade para o governo muçulmano aceitar. Para o muçulmano, a forma de governo ideal é o de *Allah*, como está revelado no Alcorão e descrito no *Hadith*. Aplicar a democracia é rejeitar a ‘*Hakimiyat Allah*’, o governo de *Allah*, e atrair maldições por ter apostatado. Quanto mais dificuldade o povo enfrenta, mais ele se apega ao islã político como a solução. Voltar à vontade de *Allah* é a única esperança de viver uma vida santa e pôr fim à ganância e à corrupção. Como a soberania de *Allah* é incompatível com a do povo, resta o povo aceitar a *Sharia* como sendo a vontade de *Allah*. A *Sharia* molda os atos dos muçulmanos no que é obrigatório, proibido, permitido, neutro e aconselhado. A *Sharia* tem pontos em comum e opostos aos direitos humanos. Sendo assim, o Estado Islâmico segue a *Sharia* e não os direitos humanos. Dentro dessa perspectiva, uma menina de 9 anos e um jovem de 16 anos são considerados adultos. Democracia, individualismo, direitos humanos, pluralidade étnica e religiosa estão fora dos moldes do Estado Islâmico.

O quadro dos países do Levante representa complexidade religiosa, cultural e política. A Síria foi sempre uma sociedade fragmentada religiosamente e tecnicamente. O Líbano é uma sociedade secularizada. A Palestina é dominada por um fundamentalismo judaico e árabe. A Jordânia vive o dilema entre secularização, democratização e valores tribais, sobrevivendo aos conflitos políticos, étnicos e econômicos, e dependendo da ajuda externa para manter a paz e estabilidade. Desde que o partido político Ba’ath passou a dominar a Síria, a Irmandade Islâmica luta por um Estado Islâmico na região. Para deter esse grupo e seus aliados, o governo age por meio da força militar. Os drusos ainda exercem influência

⁴⁷ Sayyid Qutb (1906 – 1966): Ideólogo da Irmandade Islâmica.

⁴⁸ Abu Al – Ala Mawdubi: Pensador ultraconservador, que ensinou que o islã é incompatível e superior às demais religiões.

política na Síria, Israel e no Líbano. Essa seita xiita é seguidora de Bab Darazi, que acredita que o líder político tem poderes divinos e que pode desafiar qualquer governo.

Segundo Cunha, a cidadania “é por um lado cívica, com participação na vida pública” (Cunha, 2014, p.236). O Estado Islâmico não reconhece a definição de cidadania como definida por Cunha ou por qualquer outra definição, nem democracia e nem o seu poder numérico. O sonho democrático de cidadania, igualdade jurídica e liberdade estão longe dos valores de um Estado Islâmico. *Allah* é o único soberano, e único legislador. Cabe a sociedade seguir o seu líder, obedecendo as suas instruções e não as questionar ou mudá-las. Ressaltou Bobbio, “a imagem e semelhança do Deus oculto, o soberano é tanto mais potente, e, portanto, tanto mais cumpridor de sua função de governar súditos ignorantes e indóceis, quanto melhor consegue ver o que fazem seus súditos sem ser por eles visto” (Bobbio, 2015, p.147). A proteção tem olhos, mas a obediência é cega.

Capítulo III– O Paradigma Cultural dos Povos do Levante

Conforme o dicionário Online de Português Dicio, paradigma é o “exemplo usado como padrão a ser seguido; modelo: paradigma político” (Dicionário Dicio). O Dicio é um dicionário de português contemporâneo, que contextualiza suas definições com exemplos reais de uso da língua. Considera o maior e mais completo dicionário de português online do Brasil. Segundo Liddell & Scott a palavra paradigma têm origem no grego «Paradeigma», cujo significado é “padrão ou modelo” (Liddell & Scott, 1990, S/P). Com essa definição, entendemos que paradigmas são regras, que estabelecem normas, que padronizam o comportamento da pessoa, sociedade, povo, cultura, governo e política. Segundo Boaz, uma das finalidades da antropologia é “saber as razões pelas quais tais costumes e crenças existem” (Boaz, 2004, p.33). Para Boaz é possível descobrir a origem de cada paradigma, assim podendo ser mudado com o passar das épocas. Para Costa & Tonelo, “paradigmas são os modelos de produção do conhecimento durante um período” (Costa & Tonelo, s.d., p.8). No Levante, os modelos estabelecidos pela cultura islâmica no século VII são os princípios e modelos adequados para a sociedade do século XXI, acreditam os fundamentalistas e seus adeptos.

Os fundamentalistas não aceitam a liberdade de escolha, a mulher deve ser submetida à vontade do homem, sem acesso à educação e os credos islâmicos são seguidos e os rebeldes punidos. Os propagadores dessa ideologia querem ressuscitar o paradigma antigo como a única forma de viver em harmonia e paz. Eles não aceitam que um novo paradigma seja estabelecido. A este propósito Maquiavel afirma que “o inovador tem por inimigos todos aqueles que obtenham vantagens com as velhas instituições” (Maquiavel, 2012, p.63). Fato é que, para manter os antigos paradigmas religiosos do século VII, só usando a força em nome de Allah. Os pensadores são banidos e tidos como inimigos de *Allah*. A nova geração pensa e procura um islamismo adaptado ao seu contexto, e essa atitude é vista pelos fundamentalistas, como demoníaca. Só a força para deter os opositores do radicalismo islâmico. Devido a descobertas científicas e epistemológicas, os paradigmas mudam com o passar do tempo, simplesmente porque eles não são eternos. Segundo Ferguson, “a ciência ocidental mudou os paradigmas” (Ferguson, 2012, p.302). As mudanças e estruturas ocidentais se tornaram exemplos e padrões globais. As mudanças ocorrem por toda a parte e o Levante foi afetado por eles.

A história apresenta vários paradigmas que se tornaram novos paradigmas, devido a novas descobertas. Como, por exemplo, os que envolvem mitos e alegorias; Deus, homem e o mundo; ciência, política e sociedade; costumes e crenças. Para avançar nas mudanças de paradigmas políticos é preciso romper com as tradições religiosas, que fomenta uma política sob o poder do islamismo tradicional. O Estado competente está criando novos padrões em relação ao Estado e religião, principalmente por causa das questões humanitária, social e cultural da sociedade levantina. Para Gramsci, “criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também, e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas (Gramsci, 1978, p.13). Diante desse quadro, a política moderna tem um trabalho árduo pela frente no Oriente Médio. Segundo Morris o segredo do sucesso político “não é só o que muda, mas o que você toma cuidado de não mudar” (Morris, 2004, p.279). Criar novas regras e leis na esperança de melhoria tem que tomar cuidado para não mudar o que não é relevante e essencial. Só porque mudou significa que vai melhorar, pode ser que mudanças mal planejadas causem mais dificuldades à meta estabelecida.

Filosofia no Levante ainda é um tabu e os grandes pensadores ainda não tem campo seguro na região, para expor seus pensamentos críticos sobre a política e sobre o papel da religião na formação da cultura. Esse é um dos fatores de resistência para a quebra de paradigma encontrado na região. Ressalta Boas que “para entender a história é preciso conhecer, não apenas como as coisas são, mas como elas vieram a ser assim” (Boas, 2004, p.45). A falta de liberdade de conhecimento restringe o ser humano a conviver com o que recebeu de seus antepassados, mesmo sem saber o porquê de praticar e de se comportar como se comportam. Segundo Huntington, os “paradigmas ou mapas simplificados são indispensáveis para o pensamento e para a ação do homem” (Huntington, 1996, p.30). Muitos contos, crenças e comportamentos já foram desvendados pela ciência, pela antropologia, pela história e pela sociologia. Desvincular-se dessas crenças e comportamentos, apegando-se a novas ideias, deve-se ter coragem para enfrentar críticas, principalmente as religiosas.

A geração antiga e o tradicionalismo cultural, religioso e político tem sido um dos grandes obstáculos para os novos paradigmas da boa governança dos Estados. Quando a religião se torna acima da política e a controla, ela destruirá a liberdade e a criatividade do Estado. A solução não está na política, mas no paradigma político de cada Estado. Observou Bobbio que “só o poder pode criar direito e só o direito pode limitar o poder” (Bobbio, 2015, p.29). Nos países do Levante não basta apenas resolver a questão da legitimidade do poder, é preciso que o poder seja eficiente para estabelecer a estabilidade e paz. É importante observar

que o poder político vem do indivíduo como cidadão, inserido na sociedade política, civil e religiosa. Esse é o novo paradigma que precisa ser aceito na região para que as mudanças sejam em benefício da população.

A ideia do novo ainda causa desconfiança. Muitos estão em crise, porque não confiam no velho, mas não decidem pelo novo. As mudanças estão acontecendo muito lentamente no Levante, conforme a sociedade se abre ao mundo ocidental e ao radicalismo islâmico. Ressalta Cunha que “as guerras são as mães de grandes transformações sociais e políticas” (Cunha, 2014, p.232). A região está constantemente envolvida nas transformações, mudanças avançam e retraem ao mesmo tempo. Segundo Huntington, “o comportamento pode ser mudado por meio de indução, coerção ou exortação” (Huntington, 1996, p.100). Os partidos fundamentalistas pressionam o governo local para aplicar os valores humanitários e democráticos, para voltar as práticas antigas de governo do século VII. Fato é, que o Levante tem mudado sociologicamente nos últimos anos, tanto por forças externas, como por forças internas, na forma de fazer política, economia e segurança. Para Boas, “as atividades do indivíduo são determinadas em grande medida por seu ambiente social” (Boas, 2004, p.47).

Os paradigmas da democracia, apresentados nos países democráticos, ainda estão procurando se firmar no governo semita. Principalmente, quando a democracia é usada para manter líderes no poder. Por causa disso, o governo e o Estado são criticados por aplicarem os mesmos paradigmas ocidentais, aos problemas do Levante. O fundamentalismo religioso cresce com as mudanças sociais que o novo sistema de governo enfrenta na economia, sociologia e antropologia. Essas mudanças estão aumentando as injustiças, e se revelando como inadequadas para a região. A tolerância está sendo difundida e a unidade cultural e étnica ressaltada pelos líderes. A divisão entre as classes sociais está crescendo e os corruptos sendo descobertos. A modernidade tem quebrado muitos paradigmas religiosos e políticos no Levante. As crenças populares e religiosas são levadas ao descrédito e o clima fica tenso entre as diferentes etnias e partidos políticos. Segundo Aron, para que “o meio mude, basta que se criem outros instrumentos destinados à sua utilização” (Aron, 2002, p.260). O governo age rápido mudando paradigmas e peças de seu governo para impedir revoltas e conflitos. Sempre haverá mudanças e aperfeiçoamento das regras. Isso ocorre devido a condições humanas e preceitos particulares, que promovem a utilidade comum.

Os novos paradigmas têm quebrado valores e princípios também islâmicos. A dicotomia Estado-religião tem, aos poucos, sido estudada separadamente da cultura e isso irrita os fundamentalistas. As minorias étnicas lutam por espaço na política e na sociedade,

reivindicando sua cidadania e seus direitos constitucionais. Os diferentes credos religiosos estão criando os guetos sociopolíticos e, com isso, têm proporcionado o diálogo inter-religioso-cultural. Os paradigmas de raça e religião inferior têm sido vencidos por meio da harmonia pluralista. A região vive um momento de muitas mudanças paradigmáticas. Uma para o bem comum e outras por mais segregação do ser humano. Os fundamentalistas rejeitam a inovação e condenam todas as práticas incompatíveis com o islã do século VII.

As fontes históricas da religião, aos olhos da ciência e da filosofia, resistem as novas descobertas. Paradigmas sociais que desprezam diferentes grupos religiosos tradicionais têm sido reavaliados pelos líderes. A democracia e a sua influência têm contribuído para formação de novos paradigmas, principalmente com respeito a mão de obra e a segregação feminina. O ideal de uma democracia islâmica tem agradado a maioria muçulmana; uma forma de convencer que o islamismo é superior às demais religiões. Esse espírito de competição religiosa por parte do islamismo é uma das causas de sua desordem, pois os diferentes partidos ou seitas querem o poder para si mesmo, levando o Estado à miséria e à pobreza.

Os paradigmas que envolvem as questões entre árabes e judeus na Palestina têm dificultado o processo de paz, pois estão em constantes mudanças; são preceitos difíceis de serem alcançados. As guerras étnicas e religiosas mudam os paradigmas de paz para os de guerra e vingança. As negociações de paz e segurança ganham novos paradigmas e capítulos, a cada acordo e conflito. Os paradigmas que envolvem o estado palestino é uma incerteza, que leva a ONU a afirmar ou mudar os paradigmas assinados em anos passados. Os paradigmas que envolvem essa situação são um dos mais complicados do mundo, por causa do teor religioso, geográfico e cultural.

O Líbano e a Jordânia, devido à demografia atual resultante da guerra na Síria, têm quebrado muitos paradigmas de segurança, política, economia e religião. Os constantes abusos humanitários têm alarmado o mundo (ver a situação dos refugiados sírios, sendo desprezados). O tráfico humano tem aproveitado para se beneficiar e novos paradigmas envolvendo a família são quebrados em nome da sobrevivência. A crise humanitária envolvendo os Sírios se torna uma crise humanitária mundial. Afirmava Maquiavel que “os homens mudam de bom grado de senhor, crendo melhorar; e essa crença faz com que lancem mão de armas contra o senhor atual: no que se enganam, porque pela própria experiência percebem ter piorado” (Maquiavel, 2012, p.37). Tirar o atual governo da Síria pela força tem levado sofrimento a milhares de pessoas e o país está em estado de miséria.

A religião islâmica tem enfrentado novas ideias, depois do aparecimento do grupo terrorista 'Daesh'. Paradigmas islâmicos estão sendo combatidos pelos próprios muçulmanos. Ressalta Maquiavel que “uma mudança sempre deixa lançada a base para o surgimento de outra” (Maquiavel, 2012, p.34). Os muçulmanos acadêmicos correm para apresentar novos paradigmas, defendendo a religião e desprezando os grupos terroristas. Essa é uma guerra teológica, pois ambos os lados defendem seu argumento de estarem seguindo o Alcorão e os ditos do profeta do Islamismo. Ressaltou Bobbio que “quem têm o poder de fazer leis é o soberano” (Bobbio, 2015, p.205). O soberano nos Estados do Levante é os atores da cultura religiosa islâmica, que por meio da lei *Sharia*⁴⁹, que declara o que é certo e errado em todas as áreas da vida do indivíduo. Os jovens têm sido levados pelas músicas, novelas e filmes a um novo paradigma. A cultura familiar e tribal tem visto os seus jovens defendendo os direitos de serem livres em meio a esta guerra de argumentos, a qual releva que cada grupo defende e interpreta a história de sua religião do seu jeito.

As novas ideias políticas têm mudado instituições e empresas, que economicamente crescem ou entram em falência. A ideologia que defende o povo como soberano, não consegue convencer culturalmente e religiosamente, que essa ideologia se aplica aos estados muçulmanos e islâmicos. Soberania é vista somente em *Allah* e destituí-lo desse poder é uma falta de fé e desobediência. Nesse campo, os novos paradigmas são consumidos pelos velhos paradigmas. O muçulmano é ensinado desde pequeno que a soberania pertence a *Allah*, e mudar isso é visto como pecado, que atrai maldição e punição. Outro campo de conflito é o da liberdade de escolha. A família está inteiramente envolvida nas decisões dos seus membros. O paradigma do poder familiar é tribal, que envolve a política, entende que a sociedade é uma grande família. O tradicionalismo, segundo Bauman, “é uma questão de pensamento, raciocínio, justificação e, acima de tudo escolha” (Bauman, 2000, p.137). Segundo essa definição, Bauman está dizendo que as tradições são inventadas.

O paradigma fatalista é predominante na região, e leva o homem a acreditar que não existe liberdade de escolha e que o homem deve viver dependendo de *Allah*. O fatalismo é um dos piores paradigmas que existe na região, pois impede o progresso político, cultural, religioso e social como se fosse uma lei imutável. Segundo Tomás de Aquino, “a razão humana é mutável e imperfeita e por isso a sua lei é mutável” (Tomás de Aquino, 2011, p.115). Essa rígida cultura fatalista deve ser quebrada, para que a mão de obra especializada e

⁴⁹ *Sharia* bani música, televisão, internet, sendo obrigado orar cinco vezes por dia, o uso da barba para os homens e o véu para as mulheres.

o desenvolvimento não sejam afetados. Morris dá um sábio conselho sobre o equilíbrio. Ele diz que “é preciso alternar o respeito à tradição com a determinação de acolher o novo, aplicando ora um, ora outro, a fim de não cair na corda bamba da política” (Morris, 2004, p.150).

3.1 As Semelhanças Culturais e a Unidade

A região do Levante é uma área geográfica, com uma população majoritariamente árabe e de religião islâmica e de um enorme pluralismo étnico. Segundo Moreira, “dentro dos Estados, ainda hoje o pluralismo étnico é dos que mais facilmente colocam em perigo a paz pública e a unidade” (Moreira, 2014, p.346). A cultura levantina, devido à expansão islâmica de cultura árabe e língua, se tornou a base cultural da população dos países e Estados árabes. E as três características: língua, cultura e religião, não garantem unidade na região, pois o islamismo descreve a unidade de todos os fiéis como uma comunidade e superior as demais religiões. Essa ilusão de unidade religiosa em volta da língua e da cultura não têm gerado a estabilidade e a paz. O ambiente cultural deixa a política fraca e incapaz de promover a paz, a segurança e o bem da comunidade.

O Estado, segundo Azambuja, “é uma forma natural da sociedade humana e tem por fim realizar o bem comum dos que o constituem” (Azambuja, 2008, p.181). Os Estados do Levante estão envolvidos em tantos compromissos com a segurança e com as suas alianças que têm deixado de olhar para o Estado em que se encontra sua população. A unidade fundamentalista está estampada em bandeiras com o nome de *Allah*. A ganância pelo poder e a crueldade com as quais esses grupos se tratam para chegar ao trono, revelam como eles são desunidos. Eles combatem pessoas da mesma religião e cultura, como se fossem inimigos desconhecidos ou outro povo. Basta ser crítico de suas ideologias que eles partem para o ataque, a fim de acabar com os críticos e opositores. As disputas pelo poder religioso transformam a região em conflitos políticos de esfera mundial. Como foi na época de Rousseau, ainda acontece no Levante. Segundo Rousseau “a guerra política era também teológica” (Rousseau, 1762, p.181).

Segundo Boaz, “a antropologia moderna descobriu o fato de que a sociedade humana cresceu e se desenvolveu de tal maneira por toda parte, que suas formas, opiniões e ações têm muitos traços fundamentais em comum” (Boaz, 2004, p.25). A similaridade cultural do Levante tem historicamente suas raízes na Península Árabe, de clima desértico, cultura

nômade e comercial. A agropecuária e a agricultura doméstica eram a fonte de recurso familiar. A honra era valorizada acima de tudo e a solidariedade com a família e o clã eram um valor inegociável, nos padrões da sociedade árabe. A organização política e social era tribal, superando qualquer outra lealdade, na qual a poesia exaltava o clã dominante. As brigas e os conflitos eram constantes, com ciclos de vingança; por isso a sociedade levantina é dividida, desarticulada, incapaz de estabelecer a unidade étnica, cultural e política.

Sob a bandeira do islã a cultura beduína foi disseminada pela Levante, contribuindo com o intercâmbio cultural. Desde então, a língua árabe é considerada santa e os valores culturais árabes normativos aos seguidores do islã. Segundo Bandeira, as “revelações do Qur’an⁵⁰, com valor normativo, ético, correspondiam a necessidades tanto comerciais quanto sociais e políticas, dado que não havia na Arábia lei comum nem autoridade maior do que a dos chefes de tribos, clãs e famílias” (Bandeira, 2004, p.549). Por isso, é tão difícil para um árabe muçulmano separar cultura árabe, política e religião; dificilmente tais são tratados separadamente. A religião, desde a sua origem, foi um movimento político e militar de expressão. Considerar o islã, somente sob o ponto de vista religioso, é negar a sua missão universal de domínio e superioridade sob as demais religiões. Essa forte expressão cultural árabe dá a sensação que o mundo islâmico é unido, o que na verdade não o é. Uma sociedade só pode ser unida se houver critérios de justiça distributiva, o que não acontece nos Estados do Levante.

Uma vez que o governo de *Allah* foi revelado no Alcorão e descrito no *Hadith*, é impossível para uma mente árabe muçulmana estudar e avaliar o que é cultural, religioso e político, pois tudo se mistura e está interdependente um do outro, sendo impossível separá-los. Aqueles que se atrevem a fazê-lo, são rejeitados e tidos como uma ameaça à ordem e à soberania de *Allah*. A população fala e vive costumes e valores culturais do século VII, como se fossem revelações exclusivas e novas. A constituição política do islã é observada nos cinco pilares⁵¹ do islamismo. O Alcorão define as regras normativas para a economia, sociologia e sociedade, além da política. A forma de governo árabe é baseada nos exemplos de líderes islâmicos do passado, que lideravam a política e a religião.

Sob ordem e direção do profeta do islã, Muhammad reorganizou o primeiro Estado a viver sob as leis de *Allah* em Medina; de um pregador perseguido, ele se torna um grande

⁵⁰ Qur’an é a tradução transliteraria do livro sagrado dos muçulmanos em Inglês. Os muçulmanos acreditam que o Alcorão é um livro divino, revelado por Allah, ao profeta Mohammad, através do anjo Gabriel, durante um período de 23 anos.

⁵¹ Cinco pilares do islamismo são: Testemunho de Fé, Oração, Esmola, Peregrinação e Jejum de Ramadã.

líder político e militar. O seu modelo é muito apreciado por todos os líderes muçulmanos, principalmente pelos líderes fundamentalistas. As traições beduínas, sob sua liderança, foram substituídas pela lealdade e solidariedade à religião. Sob esse pano de fundo histórico, fica mais fácil compreender o comportamento do governo e da sociedade levantina sob a bandeira do islã. A sociologia, a política e a religião estão interligadas ou mescladas; o indivíduo muçulmano, se não tomar cuidado, pode ser acusado de ter rebaixado um princípio e um valor religioso, achando que é um valor e um princípio cultural, e pode ser castigado por isso.

O medo de ser castigado faz com que as coisas continuem como estão. Correr o risco de ser acusado, de estar opondo-se à soberania de *Allah* pode levá-lo ao inferno. Esse medo faz com que o muçulmano não questione e interprete o que é sagrado. Aqui é possível ver que as semelhanças culturais do Levante têm muito mais a ver com a religião e com a cultura da origem do islamismo do que com uma uniformidade social e política. Pode perceber a unidade religiosa da sociedade muçulmana no dia de sexta-feira, na hora da oração comunal, e no mês de Ramadã, quando os muçulmanos são convocados ao jejum e à peregrinação a Meca. O islã é uma religião coletiva e por isso passa uma visão de solidariedade. O ‘Zakat’, a esmola, é um fator de solidariedade e coletividade mútua sem fronteiras geográficas.

A região é formada por uma cultura religiosa tradicional, (judaica, cristã e islâmica). O ponto em comum entre essas três religiões é o seu monoteísmo, mas isso não significa que elas são unidas por essa crença. Significa apenas que elas compartilham da mesma teologia. O islamismo se destaca na região por envolver todas as fases da vida: educação, família, comércio, governo, justiça, filosofia e política. Por serem a maioria no Levante, os muçulmanos acabam passando por um povo de unidade cultural. Apesar de toda a unidade religiosa, o islã está dividido e subdivido em várias seitas. Os xiitas e sunitas são as duas correntes principais que se odeiam.

O poder dos Estados do Levante está nas mãos de muçulmanos árabes, com exceção de Israel. O poder é monopolizado em uma estrutura multiétnica. Os não muçulmanos têm posição de destaque no governo apenas no Líbano. Os cristãos são considerados como bons empresários e contribuem com o desenvolvimento econômico do Estado. A sociedade levantina é heterogênea e o relacionamento pluralista é afetado pelas pressões impostas pelo governo islâmico. As minorias étnicas e religiosas são tratadas como pessoas de segunda classe, dentro dos padrões religiosos e não econômicos; a maioria dos cristãos não trabalha nas instituições do Estado.

Destacam-se duas características epistemológicas no islamismo que causam problemas aos dogmas islâmicos: uma é a revelação alcorânica e a outra é o raciocínio. Alguns filósofos árabes concluíram que o Alcorão não é eterno. Essa conclusão criou uma ortodoxia islâmica conservadora, violenta e resultou em várias perseguições aos filósofos no século X. Abu Al-Hassan Al-Ashari foi o grande teólogo islâmico, que se opôs a cultura filosófica, levando a sociedade ao antirracionalíssimo. Desde então, separar religião e política é considerado uma blasfêmia. O homem ‘adab’ cultivava a sabedoria e era polido de oratória. Portava conhecimentos sobre a história, geografia e ciência. O califado⁵² abássida (750-1258), com capital em Bagdá, foi considerado o auge da civilização árabe graças ao racionalismo e aos grandes filósofos⁵³ da época. Segundo Ferguson, o “califado dos Abássidas esteve na vanguarda da ciência” (Ferguson, 2012, p.79). O califa Harun Al-Rashid fundou a casa da sabedoria, no século IX. Construiu hospitais, universidades, instituíram a álgebra, conhecimento em cartografia, medicina, filosofia, matemática e óptica.

Os clérigos muçulmanos do século XI começam a acusar que a filosofia grega e os dogmas do Alcorão eram incompatíveis. Abu Hamid Al-Ghazali foi um desses clérigos religiosos, os quais contribuíram com a queda do legado científico muçulmano. O que levou a queda do Império Abássida foram as divisões religiosas e a fragmentação política. Desde então, o Levante mergulhou na religião, fechando as portas às ciências. Os traços dessa ortodoxia islâmica ainda são vivos e operantes na região. O equilíbrio entre religião e política ainda continua; um grande desafio para o governo lidar. Os costumes tribais antigos tratados como normativos a todos os muçulmanos são uma das causas deste desequilíbrio. Enquanto os líderes não conseguirem levar a sociedade levantina ao raciocínio e deixarem de inculcar na população um raciocínio religioso, nada mudará no Levante.

O califado Otomano⁵⁴, sob a liderança de Solimão, o Magnífico (1500-66), segundo Ferguson, “reuniu poder religioso, político e econômico” (Ferguson, 2012, p.81). Solimão era considerado a sombra de *Allah* na terra. Esse califado foi o último a unir a região politicamente e economicamente e o último califado religioso. Segundo Blainey, o enfraquecimento do califado Otomano “viria a determinar a eclosão da I Guerra Mundial” (Blainey, 2011, p.13). O califado Otomano chegou a copiar, ou melhor, tentou copiar a democracia ocidental, mas sem sucesso. Com o fim o califado Otomano (1914-1918)

⁵² Califado é a forma de Governo/Estado, não geograficamente, e não legislativo, pois Allah é o Soberano.

⁵³ Os grandes filósofos do califado Abássida foram: Muhammad Ibn Musa Al-Khwarizmi (820); Abu Ali Al-Hasan Ibn Al-Hasan Ibn Al-Haytham (965-1039); Kamal Al-Dini Al-Farisi (Século VIII).

⁵⁴ Califas Otomanos: Osman I (1258-1326); Mehmed II (1431-1481).

esperava-se obter a modernização da região. As disputas pelo poder, territórios e a volta ao islamismo e da sua lei foram alguns dos pontos que contribuíram para que o Levante empacasse e não progredisse na política, na cultura e na economia.

Com a queda do califado, a região foi dividida e a política ficou nas mãos dos europeus, que governavam como queriam a região, sem levar em conta a população nômade empobrecida. Os pobres árabes ficaram espalhados e deixados nas mãos de seus líderes que dependiam dos europeus, que lutavam entre si na mesa diplomática para dominar a região. Os árabes queriam a terra e levantar um novo califado sob a bandeira do islã. As alianças foram quebradas, o povo árabe estava dividido, em etnia, religião e costumes, e não tinha força para lutar contra os novos colonizadores. Os árabes só sobreviveram porque se sujeitaram as condições impostas pelos ingleses e franceses.

Com os problemas sociais e econômicos, os árabes passaram a voltar-se ao islã como a única solução para recuperar a esperança e o poder na região. Desde então, o islamismo passou a ser a identidade cultural dos povos da região. Mesmo os não muçulmanos passaram a comportar-se conforme os costumes e a cultura do islamismo. O nacionalismo árabe de origem cristã libanesa exaltava o idioma árabe e a literatura. Os intelectuais árabes acreditavam no renascimento cultural sem a religião; seria possível criar a sociedade livre e coletiva. A unidade árabe antiga dos impérios árabes ficou na história e não influencia a nova geração, por acreditar que nada podem fazer em prol da unidade levantina.

Na mesma época, iniciou-se o nacionalismo judaico na Europa que iria afetar tremendamente a região do Levante como nunca. Os massacres de judeus pela Europa levaram os judeus a se levantarem como um único povo e se mobilizaram para retornar a sua terra na Palestina. Quando conseguiram retornar, criam os conflitos étnicos e religiosos com consequência para todos os Estados. As guerras, massacres, violações dos direitos humanos e sanções diplomáticas tomaram conta da região. Ambos nacionalismos disputavam as terras da Palestina. O nacionalismo árabe perdeu para o islã político e militar. Em 1915-16, aconteceu a revolta árabe liderada pelo *Sharif* Hussein de Meca, apoiado pela Inglaterra. A região foi dividida com a França depois de conquistada. Segundo Demant, “além dos projetos britânicos e francêss, gregos, italianos, curdos e os sobreviventes armênios reivindicaram partes do império moribundo” (Demant, 2014, p.90), acabando com o sonho do povo árabe. Com a queda do califado Otomano, a região foi dominada pelas rebeliões, que afetaram o mundo com o fortalecimento do islã político.

A partir de 1945, Inglaterra e França lutavam para controlar e manter-se no poder e aguentaram até à guerra fria, quando os Estados do Levante conquistaram a independência cultural e política. Os Estados árabes, tem em comum a religião islâmica e o idioma árabe, além dos semelhantes costumes. Mesmo assim, possui uma sociedade dividida entre agricultores e proprietários, comerciantes; muçulmanos, judeus e cristãos; nacionalistas com dialetos e costumes diferentes. Todas essas diferenças fazem da região propensa a lutas e guerras, onde, a cada ano, mais intolerância se revela e se expande para além das fronteiras, por meio de uma ideologia terrorista que, segundo Bobbio, “contribui para agravar o mal” (Bobbio, 2015, p.118).

A divisão territorial e as promessas, não cumpridas como os árabes esperavam, criaram revoltas internas e externas. Criou-se divisões culturais, que logo se tonaram nações, geograficamente independentes. Os principais problemas com as divisões foram que árabes palestinos não concordaram em compartilhar o poder com os judeus na Palestina. A Síria não aceitou separar o seu território, dando independência ao Líbano. Logo surgiu o Pan-árabe⁵⁵, que pairou sobre o Levante e pretendia unir todos os árabes por meio da cultura, submetida a um governo político. O Pan-árabe, na década de 50 e 60, chegou ao poder na Síria por meio do partido Ba'ath, mas o Pan-árabe não durou muito tempo, pois a unidade que eles queriam era subjugar a todos. Na década de 80, o governo ba'athista massacrou a Irmandade Muçulmana na cidade de Hama.

O poder do Pan-árabe discriminou e perseguiu as minorias étnicas e religiosas. Cada povo defendeu o seu nacionalismo e não foram tolerados. Os demais partidos foram hostilizados, e os políticos islâmicos viram o Pan-árabe como uma ideologia cristã, e, como muçulmanos, eles não aceitaram. Pensadores diziam que a religião islâmica não era a base da história árabe e não moldava a sociedade com esse pensamento. O islamismo foi rebaixado e respondeu agressivamente. Na verdade, o islamismo molda a sociedade tanto cultural, social quanto politicamente. Diante dessa afirmação, o Pan-árabe e as nações árabes passaram a autenticar a nação, na identidade e nas tradições aramaicas de Tiro e de Damasco.

A unidade coletiva ainda continua sendo um tabuleiro com várias peças que não se encaixam. Muitos acreditam que a desunião dos árabes é culpa do Estado de Israel, principalmente a causa Palestina, mas na verdade Israel não impossibilita a unidade árabe. Os próprios árabes são responsáveis pela falta de equilíbrio de poder frente à crise econômica, social, política e cultural, que os Estados vivem. É importante ressaltar que tanto árabes

⁵⁵ Ideólogos do Pan-Árabe: Sati Al-Husri, Michel A. Flaq e Salahuddin Bittar.

quanto judeus não concordam com os dois no mesmo território. No início, a luta dos árabes palestinos era a favor do Pan-árabe, que poderia findar os conflitos. A proposta da ONU a favor do Estado palestino em 1947 ainda não é uma realidade na Palestina. A Liga Árabe, criada em 1945, fez de tudo para promover a unidade árabe, superando as diferenças culturais, religiosas e geopolíticas. Cada Estado teve de lutar para conseguir se manter no poder. A minoria elitizada no Líbano se mantém no poder ainda hoje, ligada a minorias étnicas, perpetuando a dominação maronita, que divide o poder entre as diferentes comunidades. Um país com uma população pequena e de cultura tribal, contribui para que um clã se mantem no poder, mesmo sendo a minoria.

O Hesbollah além de ser uma organização de resistência é considerado uma organização terrorista pelos Estados Unidos, Argentina, Israel, Canadá e pelos países do Golfo. Já a união Europeia em 2013 não considerou o partido como organização terrorista, mas sim a sua ala armada. O grupo é representado no parlamento libanês. O Líbano, que nas décadas de 40 e 70 do século XX era reconhecido como a Suíça árabe e a Paris do Oriente, não foi capaz de manter a homogeneidade política em meio a pluralidade, e não escapou da guerra civil que deixou o Estado fragmentado politicamente. Observou Demant que “a guerra civil que destruiu o que foi uma das sociedades árabes economicamente mais desenvolvidas, intelectualmente mais criativa, socialmente mais livre e (aparentemente) secular ilustrou o fiasco total do projeto de um mundo árabe moderno, pluralista e aberto a outras civilizações”. (Demant, 2014, p.116). A guerra civil no Líbano revelou a incapacidade de uma sociedade árabe unida e moderna. Demant consegue resumir bem o que acontece no Levante, quando o islamismo é deixado de lado nas questões políticas.

Outra característica cultural e religiosa complicada é a situação da mulher que ainda não consegue espaço na liderança política. Movimentos feministas lutam por direitos de igualdade jurídica e política. As mulheres gozam de espaço na educação, no mercado de trabalho e algumas conseguem chegar a posição de liderança, principalmente nas questões sociais. Constitucionalmente, a mulher não pode liderar o Estado. Na sociedade, o seu papel é o mesmo que no seio da família. A inferioridade da mulher reflete um aspecto cultural primitivo do século VII, quando o papel da mulher é voltado a maternidade e a funções econômicas subalternas. No jurídico, a mulher tem direito a metade do direito masculino. Observou Demant que na história do islã as “muçulmanas [aparecem] como companheiras do profeta, como líderes políticas, intérpretes de hadiths, mártires xiitas, místicas, ulemás femininos, empresárias, administradoras de Waafis e uma variedade de outras funções”

(Demant, 2014, p.151). Com o passar do tempo a mulher foi considerada um ser espiritualmente e intelectualmente inferior pela liderança muçulmana.

O *Hijab*, usado pelas mulheres, tem significado religioso de uma mulher moralmente correta. Nos termos sociais e políticos, significa incapaz, inferior ao sexo masculino e sob imposição masculina. A mulher deve ao sexo masculino 100% de obediência, sendo deixada de lado nos negócios políticos da nação. A honra é um princípio cultural árabe, que proporciona ao homem controlar a mulher, para não ser tido como fraco perante a sociedade. A mulher é vista como símbolo sexual e a prole masculina é muito festejada. Não gerar filhos ainda é considerado um crime social e cultural, e a causa de muitos divórcios. A mulher deve evitar ambientes onde a maioria é masculina; não deve ser apegada aos bens materiais e evitar os assuntos políticos. Esse é o padrão que os líderes religiosos impõem as mulheres. Apesar de toda a mobilização contrária algumas têm alcançado cargos na política. O poder de atração da mulher é considerado demoníaco, cabendo à mulher proteger de si mesmo. O crime de honra é perdoado e a culpa pelo ato é lançado sobre a mulher. Nesse cenário de crueldade o homem é a vítima. O conceito moderno tem desafiado esses valores de forma intensa, promovendo liberdade, participação política, socialização com o sexo oposto e direitos individuais; tudo o que a cultura islâmica não quer propagar, pois a modernidade eleva o *status* da mulher e os homens perdem o controle e sentem-se ameaçados.

A mulher academicamente preparada para poder assumir qualquer função junto ao governo é uma afronta aos líderes religiosos, sendo esse ato considerado como afronta divina. Várias iniciativas têm sido feitas para inserir a mulher em funções públicas. A mulher moderna deixa de ser objeto e passa a ser agente de mudança e quebra de paradigma e unidade. Tanto a segregação feminina como a pena de morte por apostasia⁵⁶ são uma afronta ao estado de direito. A religião condena e persegue quem se atreve a agir fora dos padrões estabelecidos pelo Estado, regido pela constituição religiosa que não consegue unir a sociedade em um propósito comum.

O islamismo tem papel importante no governo, pois é visto como superior às demais religiões. O Levante está em crise e a religião é apontada como um dos agentes dessa crise. O compromisso com a religião está acima de qualquer outro compromisso, acabando com a esperança de unidade cultural, étnica e social, apesar da presença teocrática-democrática nos Estados. O parlamento é eleito pelo povo e os partidos políticos são legitimados. As

⁵⁶ Apostasia no Islamismo significa aquele que se volta contra o Islã. O apostata é punido com a pena de morte, e na melhor das hipóteses, ele perde o cônjuge, os filhos, a herança e a propriedade.

manifestações de reformas políticas são constantes, principalmente pelos partidos fundamentalistas islâmicos. As reformas políticas são necessárias como também uma reforma religiosa e na forma de governar.

A política tem passado por uma fase de islamização, que tem afetado a cultura, a economia e a área social. Os atuais governos têm levado uma ação ofensiva contra tais ideias, e contam com alianças com países ocidentais. A instabilidade política e guerras têm impedido o investimento de multinacionais e o Estado enfrenta dificuldades econômicas e sócias. Hospitais, maternidades, escolas e previdência social estão sem recursos adequados para satisfazer as demandas. O clima é tenso e propenso a conflitos armados em várias regiões. A Jordânia tem enfrentado dificuldades para conter as manifestações que acontecem no sul do país por costumes tribais e religiosos.

A cultura de solidariedade mútua de raízes culturais e tradicionais cria um impasse na gestão do Estado. O nepotismo, que é a ideia de favorecer parentes e amigos próximos, são compromissos familiares em troca de lealdade. O ‘wosta’, como é chamado no Levante, é o indivíduo chave para se dar bem na vida e garantir o emprego. O quadro social atual contribui com a expansão do fundamentalismo religioso como a única alternativa. Eles provêm creches, escolas, hospitais, clubes sociais e esportivos e ajudam os necessitados. Essa política é praticada pelo Hamas⁵⁷ na Palestina, que é considerada a Autoridade Palestina corrupta e o Estado de Israel é visto como uma afronta ao Islã.

O Supremo Conselho Muçulmano (SCM), liderado por Hajj Amin al-Husseini, adotou ações antissemitas da Alemanha como base para uma ação antissionista. Entre 1936-1939, o Xeiue Izz Al-Din Al-Qassam⁵⁸ liderou uma revolta popular anticolonial. O Hamas segue as pegadas desses líderes e vê a luta como um dever islâmico, com o qual pretende estabelecer um Estado Islâmico na Palestina. A resistência começou sob aspectos nacionais, por meio dos muçulmanos sunitas, que hoje contam com 70% dos palestinos apoiando o Hamas, por acreditarem ser esse movimento honesto e de assistência social. Os conflitos e as crises têm levado a região a uma crise cultural e religiosa que não levará a unidade.

A estrutura política é organizada na consanguinidade da linhagem étnica como bem observou Demant: “os fatos tribais-étnicos-sectários continuam sendo o critério mais importante de poder político, econômico e cultural, numa série de Estados: Líbano, Jordânia e Síria...” (Demant, 2014, p.308). O favoritismo é obrigatório entre os membros da mesma

⁵⁷ Hamas: Harakat Al-Muqawwana Al-Islamiyya é um movimento islâmico de resistência e político.

⁵⁸ O Xeiue Izz Al-Din Al-Qassam é o pai da resistência islâmica na Palestina.

família. Ressalta Bobbio que “o poder público deve exercer o poder em favor do interesse público” (Bobbio, 2015, p.215). E não dá elite do poder, que é a minoria. Outro fator importante é a honra, obediência e ajuda mútua da sociedade levantina estão ligados mais ao fundamentalismo religioso do que a unidade nacional. Como a religião dita as regras, é improvável ver uma unidade política, onde a ideologia de superioridade religiosa e cultural das diferentes seitas tem cooperado para a desigualdade social, étnica e política.

3.2 A Influência da Cultura Fatalista

O termo fatalismo, segundo os estudiosos⁵⁹, vem do latim ‘*fatum*’, que significa destino, e do grego ‘*Moira*’⁶⁰. Segundo Eyler, para “os gregos, até os deuses estavam submetidos à moira” (Eyler, 2014, p.47). Segundo a filosofia estoica, na antiga Grécia, a ‘*Moira*’ era definida como a crença ou aceitação de um poder transcendental acima das divindades, das quais os homens estão sujeitos. O ‘*Fatum*’ ou ‘*moira*’ têm sido estudados como uma doutrina que admite uma força superior de castigo. Na crença popular, não é diferente: acredita-se na infelicidade do acaso. O dicionário online Caldas Aulete define fatalismo como “atitude ou doutrina dos que atribuem todos os acontecimentos ao destino inevitável e prefixado, sem que se possa alterá-los ou preveni-los” (Dicionário Caldas Aulete, S/P). O Dicionário Caldas Aulete Originalmente editado no fim do século XIX, é até hoje um dos mais preciosos bancos de dados da língua portuguesa. Já o Dicionário online Dicio define como a “doutrina que considera todos os acontecimentos como irrevogavelmente marcados por uma causa única e sobrenatural” (Dicionário Dicio, S/P). Ambas as definições se completam e nos ajudam a compreender o poder da crença fatalista e sua influência na cultura e na sociedade.

O fatalismo muçulmano é descrito como uma filosofia de vida, e nada pode ser feito para mudar o que foi decretado por *Allah*. Ressalta Cahn que, no fatalismo, “os homens não são livres e não têm controle sobre o seu futuro” (Cahn, 1967, p.19). É ilusão do homem pensar que decide alguma coisa, afirmam os fatalistas. Assim, o fatalismo é o maior obstáculo a liberdade humana, pois toda a ação do homem é inútil. Segundo Cunha, liberdade “é precisamente, antes de mais, a capacidade, a possibilidade de escolher entre diversas vias possíveis” (Cunha, 2014, p.84). Ainda segundo o fatalismo o futuro da humanidade está

⁵⁹ Estudiosos fatalistas são: Crisipo de Solis, Cícero, Plutarco, Alexander de Aphrodisias, Oswald Spengler, Herbert Spencer, John Stuart Mill, e Arthur Schopenhauer, Spinoza, Clifford e Huxley.

⁶⁰ ‘*Moira*’ significava poder invisível onde tudo e todos estão submetidos.

traçado e a humanidade não pode fazer nada para mudar o que está fixado. As escolhas do presente não têm poder para mudar o futuro. Na crença fatalista não existe o livre arbítrio; o homem não é livre, e todos os seus atos estão predeterminados pelo oculto.

Entender o fatalismo presente na região é um grande passo para compreender como o poder da política exerce seu poder e ação. O fatalismo está ligado a questões teológicas, quando nada acontece sem a permissão de *Allah*. Tanto o benefício quanto o prejuízo estão determinados por *Allah* e cabe ao homem submeter-se às suas leis, determinadas para todos nos negócios da vida e em todos os contextos que o indivíduo está inserido. Tomar alguma decisão sempre vai ser um dilema para o cidadão levantino, pois ele não crê que suas decisões poderão mudar alguma coisa. Sendo assim, para que esforçar-se para mudar aquilo que não pode ser mudado, se *Allah* não quer?

O que é correto ou incorreto a fazer está nas mãos de *Allah*, e é ele quem governa os seres humanos. O islamismo exige 100% de obediência do seu seguidor e a oportunidade é dada aos seres humanos, mesmo que seja para fazer o que é errado. Ele entende como sendo o certo a fazer, pois *Allah* o predestinou para aquilo. Na vida social e política não é diferente; sempre terá uma razão, um porquê de o plano não dar certo ou ser bem-sucedido. No fatalismo não há espaço para o eu decidir; *Allah*, destino, acaso e a sorte decidem. Segundo essa crença fatalista, o homem não erra porque quis errar, *Allah* o conduziu assim. No Levante, quando morre uma pessoa, os parentes, se chorarem, são repreendidos com a frase “ele morreu porque era a determinação de *Allah*”. O choro é um sinal de reprovação sob a vontade de *Allah*, e deve ser evitado, pois é pecado.

O crescimento e a importância geopolítica da região são vistos como a mão de *Allah*, que o abençoou com o petróleo. Os conflitos e as guerras constantes, os grupos fundamentalistas e suas agressões, têm a ver com o fatalismo que os ensina que as suas ações são aprovadas para restabelecer a ordem e o governo de *Allah*, primeiro no Levante e depois no mundo. O fatalista não acredita que nada acontece por força ou por vontade própria do ser humano. A religião islâmica tem o poder de conduzir o fiel ao mais extremo ato de violência, sem que a pessoa seja a verdadeira culpada pelo crime. Ela simplesmente entende que está obedecendo as ordens e o chamado de *Allah*.

Devido à gravidade do problema, a culpa será do demônio que o enganou, e o fez cometer atrocidades em nome de *Allah*, livrando a responsabilidade de *Allah*, sob os atos vergonhosos cometidos pelos os homens. Imagine as políticas sociais e econômicas, que os homens praticam, segundo a crença fatalista que está ligada a vontade de *Allah*. Líder,

Estado, governo, senado, parlamento e demais ações políticas são vistas como atos de *Allah*, tanto para oprimir como para libertar. Na visão fatalista, quando um povo, por meio da força militar ou civil, luta contra o Estado com a intenção de tirar o poder das mãos do líder: eles estão sob o comando de *Allah*. O poder está nas mãos de *Allah* e não do homem, finito e incapaz de mudar alguma coisa, por mais simples que seja.

O bom ou o mau governo têm sua origem em *Allah* e não no homem. O mal é visto como necessário para punir e manter a ordem, mesmo que os seus métodos sejam questionados pelos direitos humanos e pela sociedade. O bom governo governa sob as ordens de *Allah* e não as questiona ou não obedece qual outra regra ou lei que não for as estabelecidas pelo Alcorão e descritas no *Hadith*, pois a religião ocupa o ponto central da política, governo, cidadania, cultura e economia. No campo social, as pessoas mais sofrem com desigualdades, perseguições, preconceitos e racismo, que são entendidas como a vontade de *Allah*.

Como no fatalismo o homem não tem responsabilidades por nada, mas sim *Allah*, o que o governo pode fazer para mudar o conceito social e desigualdades? Segundo Bauman, sem “a crença num destino e propósito coletivo do todo social, são os indivíduos que devem, cada um por si, dar sentido à vida” (Bauman, 2000, p.76). A mentalidade e a responsabilidade humana sobre o ambiente onde vivem têm sido combatidas nos últimos anos; são muito fortes e perpetuadas de geração a geração pela população e líderes religiosos. Livre pensamento, direito humanos, soberania do povo são os pilares da democracia, mas a crença fatalista não permite o desenvolvimento democrático, principalmente nos termos democráticos definidos por Tomás de Aquino, que afirma que a democracia é “o poder do povo” (Tomás de Aquino, 2011, p.124). O homem, no islamismo, é definido como criação e servo de *Allah*, incapaz de conduzir sua vida sem os preceitos religiosos. Os valores da sociedade levantina constroem sua filosofia de vida guiada pela religião e pela crença fatalista. Nada que o homem faça é por conta própria, *Allah* guia o homem, para fazer tanto o bem quanto o mal.

A cultura baseada nos costumes religiosos cria uma barreira a mudanças e as novas ideias. No Levante o ser humano não é responsável por benefícios e males, ele não pode ser acusado de nada. A expressão em árabe ‘Inshallah’ significa se *Allah* quiser; essa expressão é usada o tempo todo e em todas as questões da vida, até mesmo as mais simples, afirmando que quem toma as decisões é *Allah* e não o ser humano. Outra expressão é “Maktub”, que significa “*Allah* quis assim, estava escrito”. Muitos usam essa expressão quando não querem

dizer não diante de alguma situação, na qual a pessoa não pode dizer não, pois, se disser não, terá que dar uma boa explicação e a palavra põe fim às palavras. Quando o levantino é perguntado “você vai na minha casa amanhã? ”, ele responde ‘Inshallah’. O que significa essa resposta? Ele está dizendo que *Allah* sabe se ele vai ou não.

Para o costume ocidental é o curso normal da vida, ato de responsabilidade do compromisso para com o compromisso; para o levantino é questão de fé, pois só *Allah* sabe o futuro. Se ele esquecer o compromisso de ir na sua casa, será considerado como sendo a vontade de *Allah* e você terá que entender. Muitas vezes, ele fala ‘Inshallah’, mas em seu pensamento ele está dizendo que não vai, mas por vergonha ele não fala. Esse comportamento também afeta o profissionalismo, causando uma bola de problemas ao desenvolvimento social, econômico e político. O levantino ainda pode afirmar que não pagou a escola do filho, porque *Allah* não lhe deu o dinheiro para pagar; não foi a sua má administração a causa da falta de recurso financeiro.

Para qualquer instituição, seja política, econômica ou social, a crença fatalista representa atraso cultural e falta de responsabilidade e, ainda, o combustível para o fundamentalismo religioso. Como ressaltou Demant, “o fatalismo (a morte é a certa, a honra da morte está nas mãos de Deus) se combina com o voluntarismo numa mistura explosiva: ‘se é preciso morrer, então que seja para Deus’” (Demant, 2014, p.303). Os fundamentalistas creem piamente na crença fatalista, e seus atos de violências são atos de honra e dignos de serem seguidos pela humanidade, o que na verdade é uma apologia suicida. O fundamentalista ainda crê que, para sanar as frustrações e angústias, influenciado pelo ocidente, deve voltar-se para a religião e dependência de *Allah*. O fatalismo está mais inteiramente ligado aos aspectos religiosos do que aos aspectos étnico-culturais. O Levante é uma região urbanizada, está sujeito às tentações da modernidade de rebaixar a influência fatalista. Os cristãos e judeus, assim com os muçulmanos, compartilham da mesma crença, mas de visões diferentes. Como essas religiões são monoteístas, sendo Deus o soberano e que determina os passos dos seres humanos, elas têm visões divergentes sobre o fatalismo.

Os cristãos, mesmos sendo fatalistas, não deixam de trabalhar, criar e desenvolver-se economicamente. A sua crença em Deus não inibe o homem a procurar a excelência tecnológica e a profissional. Há crença fatalista no ocidente; boa parte da sociedade crê que o homem é responsável pelos seus atos, sejam eles bons ou maus. O fundamentalismo religioso presente no Levante crê que os seus atos de violência são justificados pela sua missão. O que ele faz, crendo ser a vontade de *Allah*, uma hora vai dar certo; ele mesmo é vítima do

fatalismo que não lhe dá certeza do futuro e liberdade de escolha. É observado que o fatalismo é inimigo do desenvolvimento social e político, sendo capaz de destruir todo um projeto humanitário elaborado há décadas.

O fatalismo representa o atraso da ciência e da tecnologia, pois crê que Deus está no controle de todas as coisas, permitindo guerras, epidemias, conflitos sociais, políticos e econômicos. Crer na soberania de Deus não exclui a responsabilidade do ser humano, dotado este de conhecimento. Quando o fatalismo impede o homem de exercer seu conhecimento científico e tecnológico, ele perde a razão para a qual fora criado. O fatalismo não tem bom senso. Por exemplo, quando o indivíduo não usa o cinto de segurança, quando está dirigindo um automóvel e acontece um acidente fatal, o fatalista diz: “era a vez dele”. Ser imprudente combina com a cultura fatalista. Deus deu inteligência ao homem que inventou o automóvel com o cinto de segurança, por saber que qualquer acidente pode ser fatal se não usar esse acessório, sendo o seu uso obrigatório. O fatalista arrisca o tempo todo, justificando que ainda não é a sua hora. Usar cinto de segurança é uma coisa pequena, que o fatalismo acredita não adiantar quando chegar a sua vez, então para que usar?

Se você pede para um fatalista pular de um prédio de 20 andares, ele vai responder que é suicídio fazer isso. Bom, qual é a diferença entre dirigir um carro a 100 por hora sem o cinto e pular de um prédio de 20 andares? Os dois atos são imprudentes e loucura, pois só acontecerá alguma coisa se o destino permitir. Mesmo o fatalismo admite que os atos que os homens cometem são considerados loucura, caso sejam praticados. O fatalista não deveria ter medo de pular de um prédio 20 andares, já que ele crê no tempo determinado pelo divino. Como os acontecimentos são dirigidos por *Allah*, a inteligência e a iniciativa da vontade humana são negadas por essa doutrina. Segundo Aron, os “donos do poder satisfazem sua ambição (raramente isenta de interesses pessoais) mesmo quando estão convencidos de que servem à coletividade” (Aron, 2002, p.103). Quando um povo ou sociedade vivem sobre o medo do castigo divino, fica fácil explorar e enganar, fingindo se preocupar com a população.

É importante ressaltar que a sociedade levantina acredita que o seu sucesso está em *Allah*, não no esforço, no trabalho duro, nos estudos, nos cursos e etc. Segundo Eyler, as homenagens e sacrifícios dos gregos “às divindades eram fundamentos, pois eles dependiam das divindades para o sucesso ou não de seus empreendimentos” (Eyler, 2014, p.45). Desde essa época para cá, nada mudou nesse fatalismo, que prega que, sem a benção de uma divindade, nada pode dar certo. Dedicar-se não é o forte da cultura fatalista. Essa atitude leva

o indivíduo a ariscar qualquer profissão, mesmo sem ter aptidão ou conhecimento necessário. Como ele não sabe o que vai dar certo para ele, ele procura o que melhor lhe convém. Os fatalistas acreditam que uma atividade não deu certo, porque não era da vontade de *Allah*. A dificuldade que ele enfrenta serve de termômetro para medir o que será ou não será o certo da parte de *Allah*. Palavras como renovar, qualificar, mudar, dedicar, preparar e estudar não fazem muito sentido para o fatalista.

O fatalismo está sempre pondo a culpa em alguma coisa ou aceitando a ação divina, mas ele dificilmente assume a responsabilidade. O Estado, que despreza o trabalho qualificado e a dedicação do povo, está destinado ao fracasso em todos os sentidos e áreas de ação política. O Estado não pode viver por acaso acreditando que *Allah* ou o destino o está guiando a governar e que os seus erros e acertos foram providência do destino. O fatalista muçulmano fundamentalista crê que os atos humanos, por serem predestinados por *Allah*, estão acima de qualquer princípio moral. *Allah* determina atos pecaminosos e bárbaros e nada pode detê-los; ele vai acontecer uma hora ou outra. O homem bomba, na cosmovisão fundamentalista, é um instrumento de *Allah*. Segundo essa cosmovisão, é *Allah* que comete atrocidades, barbáries e destruição, exacerbada crueldade, desumanidade e perversidade.

Para o religioso fanático, *Allah* pode cometer todos os tipos de crimes, simplesmente porque ele é soberano. Mesmo que a humanidade considere um terror esses atos, o fatalista vai defender que *Allah* não tem princípios morais e nenhuma limitação. Na visão bíblica, Deus não determina nada que vai contra a sua essência. Crer em um ser divino que se auto proclama sem essência moral é o grande causador de tantas guerras, atrocidades e barbáries que acontecem no Levante. O homem nas mãos de uma divindade sem princípios morais é um objeto usado para cometer todos os atos criminosos já imaginados. Quem quer impedir o mal está indo contra esse ser divino temido. Esse ser fideísmo, desenvolvido pelo fatalismo, tem causado a destruição da sociedade levantina há séculos. Ressalta Olson que o fideísmo “assevera que Deus é bom contra toda noção de bondade conhecida pela humanidade” (Olson, 2013, p.143). Segundo essa visão, o que os homens consideram mau são infundidas por *Allah* como padrão moral diferente, pois, para *Allah*, tudo é moral. Segundo Helm, “a bondade de Deus deve possuir alguma relação positiva com os tipos de relações humanas que consideramos como boas de outra forma, por que deveríamos atribuir bondade a Deus? ” (Helm, 2007, p.149). A bondade como conhecemos foi concedida por Deus⁶¹ e nos revela a bondade de Deus, não diferenciando o padrão de bondade.

⁶¹ Quando se usa o nome escrito em português Deus refere-se ao Deus do Cristianismo.

Afirma Moore que “o fatalismo não é acidentalmente, mas essencialmente imoral, visto que faz a distinção entre o certo e o errado uma questão de decreto divino, e através disso faz ser possível afirmar que o que é imoral do homem e moral para Deus, pois ele está acima da moralidade” (Moore, 1982, p.21). Como os seres humanos podem conduzir sua vida, fazendo do fatalismo uma filosofia de vida? E fazer da imoralidade humana, uma moralidade divina? Aceitar o mau como parte da vida, como, por exemplo, uma pessoa que ficou aleijada, porque não dirigiu o carro com o cinto de segurança, ser algo determinado por *Allah* e não consequência de imprudência, crendo, como ressalta Borsoi, “o que tem de acontecer, simplesmente acontece, e não há como escapar do fato” (Borsoi, 2005, p. 21).

As condições de insegurança de trabalho têm sido a causa de muitos acidentes, e o fatalismo tem a tendência de explicar que era para acontecer; todos têm a sua hora. O fatalismo isenta a empresa por qualquer acidente de trabalho ou por qualquer irregularidade nas suas instalações e obras e faz do acidente um ato de fatalidade. Segundo Baró, aos “seres humanos não restam outra opção senão acatar seu destino, se submeter à sorte que lhe determina” (Baró, 1987, p.137). A compreensão do fatalista é acreditar nos eventos do destino. Gramsci diz que “o fatalismo não é senão a maneira pela qual os fracos se revestem de uma vontade ativa e real” (Gramsci, 1978, p.24). O risco na cosmovisão fatalista é tido como desafio e o acidente explicado como a vontade de *Allah* ou o destino quis assim.

O fatalista explica a desigualdade social, os conflitos, as guerras, os sofrimentos e a morte de forma bem simples: *Allah* quis assim! Tanto Marx como Freud condenavam a religião por esta encorajar e criar atitudes fatalistas, que aceitavam a desigualdade social como determinada por Deus. A cultura do Levante é religiosa e faz parte da identidade do povo, que aceita o fatalismo como parte do ciclo da vida e que nada pode ser feito para mudar a realidade social, política e econômica do Estado. Argumenta Boró que “as classes dominadas não têm possibilidade real de controlarem seu próprio futuro, de definirem o horizonte de sua existência e moldarem sua vida de acordo com essa definição” (Boró, 1987, p.152). A liberdade do indivíduo lhe é tirada pela crença fatalista, a qual rouba a possibilidade de criatividade e esperança de uma vida melhor, segundo a sua vontade.

A dominação é um processo fatalista que se apropria dos recursos, e que oferece o destino como a única alternativa humana. O medo é amortecido no fatalismo, que facilita a aceitação da miséria e infortuno. O fatalismo é um instrumento de poder valioso, pois o dominador conduz o dominado a uma visão de vida precária como sendo normal. O dominado não questiona, por acreditar que a miséria faz parte da vida e por determinação de

Allah. As mudanças sociais só serão possíveis com uma mudança de consciência da sociedade, que luta por melhores condições de vida. O fatalismo não pode calar a sociedade. O ser humano não é objeto do divino, que aceita as mazelas do Estado como sendo determinadas por *Allah*.

A teologia bíblica confirma que Deus, por meio de sua soberania e providência, controla todas as coisas. Berkhof define providência divina como “o permanente exercício da energia divina, pelo qual o criador preserva todas as suas criaturas, opera em tudo que se passa no mundo e dirige todas as coisas para o seu determinado fim” (Berkhof, 1992, p.165). Se não fosse a providência de Deus, o mundo não existiria. Todos os poderes estão subordinados ao poder de Deus e agindo conjuntamente. Deus não anula o poder do homem e lhe confere responsabilidade para com esse poder, como bem simplificou Amaral ao citar Tomás de Aquino, que afirmou que “todo o poder vem de Deus através do povo” (Amaral, 2012, p.95). Ao afirmar isso, Tomás de Aquino se tornou o precursor da doutrina da soberania popular.

O homem é protagonista da sua própria história e a sua responsabilidade é compatível com a soberania divina. Um erro muito comum da humanidade fatalista é responsabilizar o destino pelas escolhas pessoais. Exclusão social, concentração de renda, violência, miséria e depredação não podem ser responsabilidade do acaso ou de alguma divindade, mas do ser humano. Para os fatalistas, o homem nada pode fazer para mudar a questão social. Segundo Freire a:

“Ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal anda solta no mundo. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos fazer contra a realidade social que, de história e cultura, passa a ser ou virar ‘quase natural’. Fazer como ‘a realidade é assim mesmo, que podemos fazer’? Ou ‘o desemprego no mundo é uma fatalidade do fim do século’ expressam bem o fatalismo desta ideologia e sua indiscutível vontade imobilizada” (Freire, 2011, p.21).

O fatalismo imobiliza e convence que o curso da humanidade segue um destino traçado e pré-determinado, no qual nada pode ser alterado. Braga, falando de Holbach, afirma que “o autor aposta na educação, nos exemplos virtuosos dos governantes, na opinião pública, nas boas leis, entre outros fatores, como condições ou causas de aprimoramento do homem e da sociedade” (Braga, 2012, p.167). O homem é o agente ativo da boa governança dos Estados, as suas ações de manutenção da sociedade melhoram a situação do homem ou pioram, segundo a finalidade de seu poder. A ignorância dá força ao fatalismo, que leva o homem a destruição da sua humanidade. O homem tem vontade e poder para agir por conta

própria, seja na política, na economia, na sociedade, na religião e na vida pessoal, promovendo o bem comum. Negar o poder ao homem é levá-lo a autodestruição. Segundo Eyler, os homens organizados, estabelecem a polis que foi a “criação humana por excelência” (Eyler, 2014, p.27). A polis revelou a capacidade humana de organização política.

3.3 Refugiados e a Crise Humanitária

Segundo relatos históricos, a prática de conceder asilo é antiga e está presente na história dos impérios Hitita, Babilônico, Assírio e Egípcio. Hoje, essa prática faz parte de muitas nações e os refugiados são amparados pelos direitos humanos desde 1945. O número de refugiados cresceu muito após a II Guerra Mundial e com a guerra na Síria, o número de refugiados foi ao ápice, criando uma crise humanitária.

A guerra na Síria começou com a Primavera Árabe, tratando-se de um período de transformações históricas nos rumos da política e da segurança mundial. As tensões entre grupos religiosos na região criaram a violência sectária na Síria e no Iraque. A Primavera Árabe é uma onda revolucionária de manifestações e protestos, que teve seu início no ano de 2010, nos países árabes, quando um jovem tunisiano, Mohamed Bouazizi, que vivia com sua família e sobrevivia através da venda de frutas, teve os seus produtos confiscados pela polícia por se recusar a pagar propina. Extremamente revoltado com essa situação, Mohamed Bouazizi ateou fogo em seu próprio corpo, marcando um evento que abalou a civilização árabe. A sua revolta levou a manifestação contra as condições de vida no país, a corrupção policial e os maus tratos. Ele não sabia, mas o seu ato de desespero levou a guerras, queda de grandes ditadores e fortaleceu o islamismo político.

Os protestos na Síria foram classificados, no início, como uma guerra civil: uma luta pela queda do ditador Bashar al-Assad, cuja família encontra-se no poder há 46 anos. Ele sofreu pressão por parte da ONU e da comunidade internacional para dar um fim à guerra civil; entretanto, as tentativas de intervenção no conflito foram frustradas pela Rússia, que tem poder de veto no Conselho de Segurança da ONU e muitos interesses na manutenção do poder de Bashar al-Assad. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil, em 2012, deu seu parecer sobre os conflitos na Síria, relatando que:

“Está ocorrendo uma tragédia humana cujos efeitos transbordam para toda a região. Reiteramos nossa condenação inequívoca a todas as formas de violência, independentemente de quem sejam os perpetradores” e ainda conclama a comunidade internacional a respeitarem a recomendação da Comissão Internacional Independente de Inquérito, afirmando: ‘um equívoco o argumento

de que fornecer armas às partes permitirá alcançar um "equilíbrio militar" e de alguma maneira contribuir para o sucesso da planejada conferência de Genebra” (Debate no Conselho de Segurança sobre a Situação no Oriente Médio – Intervenção brasileira, 2012).

Os grupos rivais, encontraram dificuldades em atingir o objetivo de derrubar o governo de Bashar al-Assad. Diante disso o país está sendo destruído e um grande número de refugiados vivem na miséria, que cresce assustadoramente. A grande parte dos refugiados foi para países vizinhos, como Líbano, Turquia, Jordânia, Iraque, Egito e Norte da África. “O mundo não consegue atender as necessidades dos refugiados e de países que os recebem, ” disse o ex-Alto-Comissário da ONU para refugiados, António Guterres. E ainda acrescenta que “a resposta à crise síria tem sido generosa, mas a verdade cruel é que ainda não é suficiente”. Os vizinhos da Síria estimam que centenas de milhares de sírios buscaram refúgio em seus países, causando pressões sociais e econômicas internas. Segundo Bandeira, nenhum “país dentro ou nas vizinhanças de al-Sham podia evitar o impacto da guerra contra o regime de Bashar al- Assad, ao se entre mesclarem cada vez mais os antagonismos sectários, religiosos, tribais, interesses políticos e estratégicos, econômicos e de hegemonia regional” (Bandeira, 2014, p.429).

Na Jordânia, o Rei Abdullah II, com receio da intensificação da Primavera Árabe em seu país, anunciou no início de 2013 a realização de novas eleições. Segundo Dahl, “os regimes autoritários às vezes conseguem usar seu grande poder coercitivo para derrotar e reprimir os conflitos culturais” (Dahl, 2001, p.172). O Rei da Jordânia acalmou os ânimos prometendo reformas, inclusive eleições. A reforma realizada pelo rei foi o aumento do número de lugares no Parlamento reservados a partidos políticos de 17 para 27, num corpo de 120 representantes. O Primeiro-Ministro, os ministros e os senadores são ainda escolhidos pelo rei. Os membros da Irmandade Muçulmana declaram que “os corruptos são inimigos de *Allah*”. Eles exigiam leis eleitorais democráticas, reformas constitucionais, parlamentarismo, independência do judiciário, o fim da interferência dos serviços de segurança na vida política, a eleição do Primeiro-Ministro pelo povo e o fim da discriminação política contra os jordanos de origem palestina.

O que aconteceu no Levante, com a Primavera Árabe, foi um caos. Começou-se combatendo a corrupção, repressão, pobreza, desemprego e as condições sociais e com o alvo político de estabelecer a democracia, mas no final elevou-se o número de extremistas em meio a desordem, que preocupa a população nacional e internacional até hoje, destruindo a Síria e o resultando na fuga de milhões de sírios da Síria. Criou-se ainda mais conflitos e

disputas tribais e étnicas por todo lado. As revoltas contribuíram ainda mais para a instabilidade econômica, social, política e religiosa. Há um alto índice de refugiados espalhados pelo mundo, além de más condições de vida, falta de emprego, injustiça política e social de seus governos.

Falta liberdade na alta militarização dos países e infraestruturas em lugares onde todo o benefício de economias em crescimento fica nas mãos de poucos homens do governo. Segundo o especialista Ben-Meir, “nenhum país árabe está pronto para profundas reformas políticas sem primeiro desenvolver uma cultura democrática, criar um ambiente que encoraja a formação de partidos políticos e desenvolver uma plataforma política clara, que seja livremente promovida para o público” (Ben-Meir, 2012, S/P).

A propaganda política se espalhou pelo mundo, dizendo que seria estabelecido na Síria um sistema de governo democrático. Muitos países envolvidos nos protestos assumiram dar uma resposta democrática positiva, oferecendo bons exemplos socioeconômicos e políticos, mas as dificuldades envolvidas, os impedimentos e a reforma reivindicada pela Primavera Árabe quebraram todas as esperanças prometidas. Um dos impedimentos foi a pressa na realização de eleições, que favoreceu os grupos sociais e políticos existentes enraizados na sociedade. A incapacidade dos partidos seculares acabou impulsionando o desempenho dos islamitas e de grupos fundamentalistas, que ofereceram uma plataforma política alternativa, agradando a sociedade. O sistema democrático foi fragmentado, pois levou a proliferação de partidos políticos. As eleições prematuras fizeram prevalecer a política que existia antes das revoluções e dos protestos. As dezenas de partidos políticos formados confundiram a sociedade sobre os programas de questões nacionais e internacionais. A pressa democrática não conseguiu desenvolver programas capazes de sanar os males sociais da região.

As plataformas políticas apresentadas não foram claras para o público julgar ou compreender plenamente. Huntington afirma que a “democracia liberal, de forma geral, não conseguir se firmar nas sociedades muçulmanas é um fenômeno contínuo e repetido durante todo um século a partir do final de 1800” (Huntington, 1996, p.187). Os discursos democráticos durante a Primavera Árabe foram prematuros em uma sociedade, que nunca experimentou uma cultura democrática, que vive há séculos empregada pela cultura tribal e religiosa. Desde o século XX, todos os Estados árabes foram conduzidos por regimes autoritários, capazes de inibir democraticamente os programas de desenvolvimento econômico e social voltados à população.

As reformas em si são insuficientes, pois elas devem ser acompanhadas de programas sustentáveis de desenvolvimento econômico. As reformas políticas devem pensar primeiro em alimentação, emprego, saúde, educação e um futuro promissor, e não apenas na liberdade, principalmente de voto. A avaliação dos resultados da Primavera Árabe trouxe mais problemas econômicos, sociais, políticos e religiosos do que existia antes da revolução. Fato é que, o Levante ainda está em estado de tensão, insegurança e instabilidade, em todos os sentidos.

O levante na Síria, país que hoje é palco de uma guerra civil, religiosa e étnica, envolve simpatizantes e opositores do Presidente Bashar al-Assad. O Estado Islâmico apareceu em meio a esse confronto, impondo, criando leis, cometendo todo o tipo de atrocidades inimagináveis, mobilizando as políticas internacionais a fazerem alianças com o objetivo de criar uma plataforma de estabilidade e segurança na região e garantir o direito dos refugiados. De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951:

“São refugiados as pessoas que se encontram fora do seu país por causa de fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais, e que não possa (ou não queira) voltar para casa. Posteriormente, definições mais amplas passaram a considerar como refugiados as pessoas obrigadas a deixar seu país devido a conflitos armados, violência generalizada e violação massiva dos direitos humanos”. (ACNUR, Estatuto dos Refugiados de 1951)

Segundo dados da ACNUR existem hoje no mundo 59,5 milhões de pessoas em necessidades de proteção no mundo. A guerra na Síria, desde de 2011, criou a pior crise humanitária em 70 anos. O número de sírios deslocados internamente é de 7,6 milhões de pessoas e de refugiados chega a 3,88 milhões de pessoas. Segundo as estatísticas de UMHCA e ACNUR, a Jordânia têm hoje 651,114 refugiados; o Líbano têm 1.048, 275 de refugiados sírios, mas o número de sírios na Jordânia chega a 1,4 milhões de pessoas e hoje representa 20% da população do país, sendo a população da Jordânia de 7.505.000 de pessoas.

Segundo dados do Banco Mundial, a população de refugiados na Jordânia é de 2.771,502 pessoas e, no Líbano, 1.606,709 pessoas. Há na Jordânia 1.999,466 palestinos refugiados⁶². É importante ressaltar que a crise dos refugiados palestinos dura mais de 60 anos e que os iraquianos, que vivem na Jordânia, são esquecidos pelos doadores. O país tem pouca água e é considerado o país mais pobre na questão de abastecimento de água. 56% dos refugiados da Jordânia são crianças e adolescentes, sendo que a metade deles não têm acesso

⁶² ONUBR

à educação. Segundo a UNICEF e o Ministério da Educação da Jordânia, há no país mais de 90 mil crianças vulneráveis. Esse alto índice demográfico gerou um ambiente conflituoso no Líbano e na Jordânia. A Jordânia criou programas de desenvolvimento sustentável, mas que dependem de ajuda externa para sua manutenção. Essa ajuda deve ser aplicada para manter a normalidade da população. A UNRWA tem aplicado as doações para alimentar, construir casas, escolas, para esportes, pagar funcionários e médicos.

O governo da Jordânia precisa de ajuda para superar a crise e aliviar o impacto na economia e na vida social da civilização; assim, o Estado apela à comunidade internacional para que faça mais para ajudar a aliviar a nação de gastos que não podem arcar. O governo critica as doações direcionadas aos campos de refugiados, pois a maioria dos refugiados sírios está em áreas urbanas, sem assistência, educação e saúde. A política internacional tem que parar de tratar a crise dos refugiados como uma boa oportunidade filantrópica. Essa é uma crise humanitária, principalmente nas áreas urbanas. A dignidade humana precisa de compromisso e solidariedade.

Falta, à Jordânia, gestores capazes de implantar uma política econômica, que consiga administrar bem a escassez de recursos do Estado e que serão capazes de assistir melhor aos refugiados. Isso só será possível com a integração e a cooperação da comunidade internacional. O refugiado, quando passa a ser tratado como plebe, segundo seu estado social e ignorado pelo Estado, passa a ser muito mais perigoso do que uma invasão militar. O Estado pode implantar um sistema educacional, voltado às necessidades dos refugiados. O Estado tem que pensar na educação, para garantir a segurança nacional. Se nada for feito de imediato, as crianças refugiadas na Jordânia e no Líbano correm o risco de se tornarem uma geração perdida. A Jordânia passa por uma difícil fase econômica e financeira e não pode mais tirar dos seus gastos públicos para socorrer os refugiados. As pessoas que vivem nos dois campos de refugiados contam com poucos recursos, e os da zona urbana vivem abaixo da linha de pobreza. O campo de Zaatari, com 80 mil pessoas, é o maior campo de refugiados do Levante e o campo de Azraq tem 10 mil abrigos.

A questão dos refugiados é um problema que precisa de leis fortes capazes de proteger e dar assistência adequada, capazes de amenizar as dores, tornando os processos menos burocráticos. Os países que recebem, precisam ser capazes de facilitar a vida dos refugiados e de aplicar uma política de normalidade, onde educação, trabalho e diversão são proporcionados. O engano do refugiado é acreditar que vai chegar em um outro país e tudo

vai melhorar, principalmente nos países ocidentais. Sem uma orientação adequada, eles não superam os traumas da guerra; pelo contrário, eles são ainda mais agravados.

As crianças refugiadas, segundo a UNICEF, são exploradas e vivem às margens da pobreza. Os países ocidentais não estão preparados para receber refugiados do Levante, os quais possuem religião e costumes diferentes. Devido aos ataques terroristas, o muçulmano carrega o estereótipo de extremista, violento, opressor do sexo feminino, fanático religioso e de que faz muita sujeira. Diante da exclusão étnica e religiosa, os criminosos e oportunistas aproveitam a falta de estrutura e tiram proveito da situação miserável das pessoas. Cuidar de refugiados se tornou em uma fonte lucrativa de negócio financeira. Centros e abrigos recebem dinheiro, mas não promovem saneamento básico, cuidado psicológico e educação aos refugiados. As crianças são maltratadas por aqueles que prometeram ajudar a protegê-las. Os maus tratos psicológicos e sexuais estão entre os casos mais correntes.

As crianças acabam se tornando traficantes, vendedores de drogas e prostitutas. Realidade que a família levantina nunca desejou aos seus filhos. A vida de muitos refugiados se torna um inferno em muitos países hospedeiros, que, em nome do humanitarismo, os deixaram ao relento e isso está acontecendo em países de dura legislação de proteção a menores. Segundo Ferreira, “existem verdadeiras redes que comandam o tráfico de pessoas no mar mediterrâneo. Os traficantes de migrantes atuam principalmente em cidades portuárias libanesas e se favorecem do desejo desesperado de pessoas que anseiam fugir das precárias realidades sociopolíticas em que vivem” (Ferreira, 2015, p.7).

Imigrar para o ocidente também tem um fundo religioso, terrorista e missionário, que acabam levando o Estado hospedeiro e sociedade a islamofobia⁶³, que passa a não amparar o imigrante por medo do que ele pode fazer. Muitos países ocidentais têm tratado a crise como um problema de segurança, educação e serviços, o que acaba criando dificuldades a integração dos refugiados ao novo lar. Muitos refugiados foram buscar liberdade e segurança, mas nunca imaginaram que a sua adaptação seria tão difícil. Nesse cenário, a Jordânia aparece como um país estratégico para receber refugiados, devido à cultura, idioma e religião. A sua integração é mais fácil do que fora do Levante, pelo menos em tese. Mesmo na Jordânia e no Líbano, por apresentarem semelhanças culturais, os refugiados são considerados como uma ameaça e acusados de criarem dificuldades financeiras a população local.

⁶³ Islamofobia, termo criado por Alain Gresh, que significa desvalorização, preconceito, discriminação aversão, medo e um sentimento de hostilidade frente ao Islã.

Dentro do Levante, os refugiados são vigiados e muitos tratados como terroristas. O alto número de refugiados na Jordânia levou o Estado a combater o extremismo, o radicalismo e as gangs terroristas. Os Estados sabem do poder da política dos grupos terroristas, sua ideologia e ideais corruptos e perversos. Para Bobbio, “o terrorismo é um caso exemplar de poder oculto” (Bobbio, 2015, p.166), pois agem na clandestinidade e na falsidade. Não apenas os problemas sociais preocupam os Estados do Levante, mas a segurança que ocupa uma posição extremamente importante nas prioridades do Estado. Os políticos e os chefes de Estado sabem que a pobreza sozinha não é capaz de levar ao extremismo religioso.

3.4 Daesh Fomenta a Segurança

Ao contrário do que muita gente pensa, o grupo ‘Daesh’⁶⁴ não é um grupo isolado na história que propaga uma visão fundamentalista do islamismo político e uma teologia escatológica do triunfo do islamismo sobre todas as religiões e Estados. O ‘Daesh’ segue as pisadas do califado Umayyad Ibn Abi Sufyan (661-750), governador da Síria, cuja capital era Damasco. O califado Umayyad, estabeleceu a ‘Jihad’ como o sexto pilar do islamismo. Pela força das armas, os Umayyad mantiveram-se no poder por 90 anos. Para os fundamentalistas, a Primavera Árabe é o começo do cumprimento da profecia sobre o triunfo do islã “al-Malhama al-Kubra”.

O *Mahdi* vai chegar no ‘Bilad al-Sham’, na Síria, para reestabelecer o grande califado, acabando com os cristãos e judeus e reconquistando a cidade de Jerusalém. Segundo Bandeira, a “Torah e a Bíblia mencionam o Armagedom, mas só os *Hadiths* estabelecem a localização do al-Malhama al-Kubra na grande Síria ou Bilad al-Sham” (Bandeira, 2014, p.420). Armagedom é uma palavra grega e uma cidade hebraica, localizada na Palestina, nas montanhas de Megido, ao sudoeste de Haifa, Galileia. Engana-se quem pensava que os rebeldes combatiam pela democracia e pela liberdade da ditadura. Eles lutam pela soberania do islamismo e pelo califado.

Desde o século VII, os árabes muçulmanos clamavam por mudanças sociais e religiosas na forma de governo e na forma de fazer política, segundo os preceitos da religião islâmica. A história nos conta, que as mudanças que aconteceram no passado foram através do uso da força e da espada. O islamismo, desde sua origem, revela um espírito de guerra e

⁶⁴ Estado Islâmico em árabe.

de conquista. É importante ressaltar que a maioria da população muçulmana é pacífica. O que chama atenção é como uma minoria extremista consegue se articular e promover uma campanha militar e religiosa tão facilmente, mesmo dentro dos países muçulmanos.

A base teológica e filosófica do islamismo político moderno tem suas raízes nos grandes movimentos políticos islâmicos. Grupos como os Kharijitas (séc. VII e VIII) promoveram a forma mais ortodoxa do islamismo. O grupo Hashshashin (séc. XI) deu sequência a mesma ideia e visão. Durante os séculos XIII e XIV, surgiu o movimento radical liderado por Ibn Taymiyya, que escreveu uma ‘fatwa’⁶⁵ contra os mongóis. No século XVIII, surge o fundamentalismo islâmico Wahhabismo na Arábia Saudita. Segundo Albert Hourani⁶⁶, Sayyid Qutb (1906-1966) sustentava “que a era do ocidente estava esgotada, e defendia a justiça social e a jihad como a forma de luta, e dizia que o islã era a solução (al-Islam Huwwa al-Hal) e só o islã oferecia esperança ao mundo” (Bandeira, 2014, p.241). Todos esses grupos formam a base do fundamentalismo e inspiração ao grupo ‘Daesh’. Todos os grupos islâmicos políticos do passado tinham a plataforma de santificar o Islã, retornando ao islamismo original.

O ‘Daesh’ criou, na região, problemas na economia, na religião, na educação, na vida social e na política. Os Estados do Levante e os países ocidentais buscavam resolver questões de reformas política e social, levantadas com a Primavera Árabe e também como tirar o presidente da Síria do poder. Quando surgiu, em meio a essa problemática, o ‘Daesh’, apoiado por boa parte da população, a qual acredita que o retorno as origens do islamismo é a solução para os problemas sociais e da corrupção política. As propagandas enganosas do grupo ‘Daesh’ oferecem uma vida melhor, segundo os padrões originais da religião, que nasceu na Arábia Saudita, em meio a muita desigualdade social, corrupção e conflitos religiosos. Assim o grupo se levanta no meio dos muçulmanos, ensinando que seu viver prático é o verdadeiro islamismo.

Vários cleros islâmicos levantaram a voz e rotularam o grupo ‘Daesh’ como um grupo não muçulmano. O clero desaprova as ações do grupo e os acusa de manchar o islamismo no campo internacional. A população jovem aprendeu, que a história do islamismo antigo foi pacífica, com exceções de algumas guerras impostas pelos invasores, sendo essa

⁶⁵ Discurso religioso oficial.

⁶⁶ Hourani, Elbert (1991). *A history of the Arab People*. Nova York: SNI Bandeira, Luiz A. Moniz (2014). *A Segunda Guerra Fria*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. P. 40,41.

uma parte da história. O islamismo sempre usou os mesmos métodos que o grupo ‘Daesh’ está usando na presente data.

A Irmandade Muçulmana foi o primeiro dos movimentos islâmicos modernos, com grande poder de influência no mundo árabe. O reconhecimento da supremacia islâmica é visto por esses movimentos em cada vitória. O mundo assistiu, em 2001, os ataques ao *World Trade Center*, no país mais capitalista do mundo. Para a corrente islâmica-política, esse evento foi o sinal que *Allah* estava com eles. Desde então, o movimento radical islâmico ganha força e mais adeptos, preocupando a política e a segurança internacional.

Quando as manifestações pacíficas começaram na Síria, o Presidente Bashar al-Assad respondeu com brutalidade. Os grupos descontentes, dentro e fora do regime, começaram a exigir a saída do então presidente do Estado e, assim, começaram a guerra. A Arábia Saudita, enfurecida com a aproximação de Bashar al-Assad (alawita-xiita) com o seu agora arquirrival, o Irã, impõe sanções à Síria, por causa dos acordos bilaterais. Os grupos rivais dos governos, que eram formados pelas massas sunitas, passaram a ser financiados por abastados cidadãos sauditas, pelo ocidente e pelas monarquias petrolíferas do Golfo⁶⁷, os quais se tornaram verdadeiros exércitos de guerra.

As imagens de seus irmãos sunitas massacrados pelo exército alawita de Assad começaram a cruzar a fronteira, elevando os níveis de violência na Síria. O fortalecimento de grupos violentos reforça a falsa alegação de Bashar al-Assad, de que a manutenção de seu regime é necessária para combater os grupos jihadistas que assolam o país. Com toda essa problemática, a população levantina se torna refém das políticas de poder que assolam a região. A luta entre a Arábia Saudita e o Irã pela liderança islâmica criou um problema na região, que atravessou fronteiras chegando aos países ocidentais.

O ‘Daesh’, movido pela indignação e pela humilhação sofridas pelos muçulmanos no mundo inteiro por parte do ocidente, propaga uma crença antiocidental, declarando infiel todos governos muçulmanos de apostatas e todo aquele que não está de acordo com suas interpretações. A invasão norte-americana no Iraque criou um mal-estar na relação internacional dos países na região. Os Estado Unidos passaram a ser ainda mais odiados pelos grupos radicais muçulmanos. A situação, desde então, criou a resistência dos grupos fundamentalistas islâmicos. As divisões étnicas e os problemas sociais existentes no Iraque

⁶⁷ Guerra civil na Síria os patrocinadores do grupo ‘Daesh’ foram Turquia, Arábia Saudita, Kuwait, Qatar e Emirados Unidos, Estado Unidos e Europa.

foram o palco que criou as condições para que divisões fundamentalistas latentes emergissem na região.

O grupo ‘Daesh’ é um grupo jihadista do Levante que se auto proclamou o Estado Islâmico em 3 de janeiro de 2014 e um califado declarado em 29 de junho de 2014. Abu Bakr al-Baghdadi foi nomeado como seu califa, afirmando ter autoridade religiosa sob todos os muçulmanos do mundo e que vai tomar o controle do Levante e do mundo, sob as ordens de *Allah*. O grupo, em seu formato original, era composto e apoiado por vários grupos terroristas sunitas que lutavam para tirar Bashar al-Assad do poder da Síria, como a Al-Qaeda no Iraque (AQI) (2003-2006), o Conselho Shura Mujahideen (2006-2006) e o Estado Islâmico do Iraque (ISI) (2006-2013) e pelos grupos Jeish al-Taiifa al-Mansoura, Jaysh al-Fatiheen, Jund al-Sahaba, Katbiyan Ansar al-Tawhid wal-Sunnah. O objetivo inicial era estabelecer um califado nas regiões de maioria sunita do Iraque, mas após o seu envolvimento na guerra civil síria, o objetivo se expandiu para incluir o controle de áreas de maioria sunita da Síria.

O ‘Daesh’ obriga as pessoas que vivem nas áreas onde o califado controla a se converterem ao islamismo, além de viverem de acordo com a interpretação sunita da religião e sob a lei *Sharia*. Aqueles que se recusam podem sofrer torturas e mutilações, ou serem condenados a pena de morte. O grupo é particularmente violento contra muçulmanos xiitas, assírios, cristãos armênios, yazidis, drusos, shabaks e mandeanos. O ‘Daesh’ tinha uma boa relação com a Al-Qaeda até 2014, mas depois de uma luta de poder durante oito meses, a Al-Qaeda cortou todos os laços com o grupo. Ayman al-Zawahiri, líder da Al-Qaeda no combate ao ditador Bashar al-Assad, se filiou aos Estados Unidos, França e Grã-Bretanha, mas ele não confiava nos Estados Unidos e não era para tanto, pois eles são arqui-inimigos e lutaram contra no Iraque e na Líbia, e agora estavam juntos lutando lado a lado na Síria. Com certeza tinha alguma coisa por trás de tudo isso, por qual ele devia suspeitar. Segundo Bandeira os:

“Estados Unidos, ao financiar a oposição na Síria, desde 2005-2006, visou desestabilizar e derrubar o regime de Basha al-Assad, a fim de impedir, inter alia, o aprofundamento, no âmbito naval, de suas relações com a Rússia e quebrar o eixo entre o Irã, o Hesbollah, no Líbano, e o Hamas, na Palestina.” (Bandeira, 2014, p.372)

Os Estados Unidos sempre vão defender seus interesses econômicos e estratégicos no Levante. Amaral, falando de oligarquia em Aristóteles, expressa que se “está se tornar dono do poder econômico, ou se este controlar o poder político, cair-se – a num dos piores regimes políticos possíveis – a que já Platão chamara Plutocracia (governo do dinheiro, no interesse de quem o tem” (Amaral, 2012, p.59). Plutocracia é a política aplicada pelos Estados Unidos

em políticas internacionais. Os Estados Unidos sempre precisaram das guerras para estabilizar a sua economia.

A visão política do grupo ‘Daesh’ é um sonho antigo. Estabelecer um Estado islâmico salafalista com ideologia do Islã moderno, que pretende voltar para os primeiros dias do Islã, rejeitando posteriores inovações na religião, que eles acreditam ser corruptos em seu espírito original. Nos conflitos que participou, o grupo ‘Daesh’ foi acusado de diversas atrocidades, como sequestros, assassinato de civis e torturas. Com mais de 10 mil homens em suas fileiras, esta milícia é considerada extremamente agressiva e eficiente em combate. O ‘Daesh’ tem a sua própria forma de interpretar a *Sharia* nas áreas por ele dominadas. A maior parte dos combatentes não é síria, o que chamou a atenção da segurança internacional.

‘Jaish al-Muhajireen wal-Ansar’, *Exército dos Emigrantes e Ajudantes*, conta com uma estrutura de liderança militar, uma comissão da *Sharia*, um conselho de shura e um braço da mídia, originários da região do Cáucaso. A liderança militar é de ‘Tarkhan Tayumurazovich Batirashvili’, conhecido como Emir Abu Omar al-Shishani. Abu Omar nasceu na Geórgia SSR, União Soviética (hoje Geórgia), em 1986. Seu pai, Teimuraz Batirashvili, é de uma etnia georgiana e ortodoxa cristã. Sua mãe era uma muçulmana Kist, de um subgrupo étnico checheno do clã Melkhi. Abu Omar foi nomeado comandante do setor norte da Síria pelo ‘Daesh’.

O massacre de 190 civis no distrito de Lataquia foi o primeiro caso confirmado de uma série de crimes de guerra cometidos por uma organização ligada a oposição Síria. A onda de violência cometida pelo ‘Daesh’ deixou centenas de mortos e milhões de refugiados. Os combatentes do ‘Daesh’ têm também cometido atrocidades contra sua própria seita com o objetivo de silenciar vozes moderadas. Em respostas às atrocidades, os governos do Iraque, dos Estados Unidos e aliados lançaram uma campanha aérea contra o ‘Daesh’, bombardeando alvos de importância militar do grupo. As forças americanas também aumentaram a assistência militar a grupos ditos como moderados na Síria.

Quando o grupo conquista uma localidade, os seus militantes:

- penduram a bandeira negra no topo do prédio mais alto;
- iniciam uma campanha para conquistar corações e mentes, por meio da prestação de serviços sociais em locais devastados pela guerra;
- distribuem dispositivos USB com cânticos jihadistas, vídeos que mostram as operações militares do grupo, folhetos que pregam oposição ao Ocidente e à democracia e sobre a necessidade de se permanecer em silêncio e de excomungar os alawitas;

- começam a impor gradualmente a sua interpretação estrita da lei islâmica.

O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em 2014, concordou em enviar uma equipe ao Iraque e a Síria para investigar os abusos e assassinatos realizados pelo grupo. O Príncipe Zeid Ra'ad Al-Hussein, da Jordânia, que assumiu o posto de Navi Pillay como o Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, pediu aos líderes mundiais que intervenham para proteger as mulheres e as crianças que sofrem nas mãos dos militantes extremistas islâmicos. Segundo ele, estavam tentando criar uma casa de sangue. Ele apelou à comunidade internacional para concentrarem seus esforços em acabar com o conflito no Iraque e na Síria. No mesmo ano, a Organização das Nações Unidas acusou o 'Daesh' de cometer atrocidades e crimes de guerra.

A Amnistia Internacional acusou o 'Daesh' de promover uma limpeza étnica dos grupos minoritários que vivem no norte do Iraque. A ONU informou que nos 17 dias entre 5 e 22 de junho de 2014, o Estado Islâmico matou mais de 1.000 civis iraquianos e feriu mais de 1.000 pessoas. O 'Daesh' recrutou para o combate crianças iraquianas, que podem ser vistas com máscaras em seus rostos e armas na mão enquanto patrulham as ruas de Mosul. A conquista de cidades sírias e iraquianas pelo grupo foi acompanhada por um aumento nos crimes contra as mulheres, incluindo sequestro e estupro. Durante um encontro com Nouri al-Maliki, o ministro das relações exteriores britânico, William Hague, disse em relação a 'Daesh': "qualquer um que glorifique, apoie ou participe deve entender que eles estariam ajudando um grupo responsável pelo sequestro, tortura, execuções, estupros e muitos outros crimes hediondos".

O grupo ainda costuma levar as mulheres mais velhas a um mercado de escravos improvisado e tentar vendê-las. As meninas mais jovens são estupradas ou forçadas a casar com os combatentes. Depois que o Estado Islâmico se auto proclamou uma Estado, ele divulga as orientações sobre como os civis dominados devem usar roupas e véus. Alertou as mulheres na cidade de Mosul para usarem o véu no rosto inteiro ou sofreriam punições severas. É proibido usar manequins nus e ordenou que os rostos de manequins de ambos os sexos fossem cobertos. O 'Daesh' lançou 16 notas intituladas *Contrato Cidadão*, um conjunto de regras destinadas a civis em Nínive. Uma regra estipulava que as mulheres devem ficar em casa e não sair para a rua, a menos que seja necessário e que o roubo é punido com a amputação.

É proibido a venda e uso de álcool. Os militantes proibiram a venda e o uso de cigarros e de narguilés. Eles também têm proibido música e canções em carros, em festas, em

lojas e em público, assim como fotografias de pessoas nas vitrines das lojas. O cristão, que vive em áreas sob o controle do Estado Islâmico e que queira permanecer no território, têm apenas três opções: converter-se ao islamismo, pagar um imposto religioso ou morrer. Essas opções são um modelo antigo presente na história da expansão do islamismo. Conforme o antropólogo Ammanuel Jivan, há três tipologias para estabelecer o Estado Islâmico, que são: isolamento, educação e violência.

Antes, o povo apoiava o grupo ‘Daesh’; agora querem a sua destruição. Segundo Maquiavel, isso é porque o “objetivo do povo é mais honesto que o dos poderosos, querendo esses oprimir, e aquele apenas não ser oprimido” (Maquiavel, 2012, p.90). O que não se pode negar é que esse grupo chegou ao poder, tem mandado e se mantido no poder, mesmo depois de tantos ataques e retaliações no mundo árabe pelas forças do ocidente. O que se vê, por meio desse grupo, é um totalitarismo islâmico assim como era Esparta na Grécia Antiga.

O mundo ocidental acha absurdas as atrocidades que os militantes do Estado Islâmico fazem em nome da religião. A história conta que política e religião, no mais alto fervor do domínio, não são algo novo na história humana. O Estado Grego e o Estado Romano envolviam a política, mas também a vida familiar e o religioso. No cristianismo medieval, a dicotomia Igreja-Estado também teve seus anos de glória no poder e não cometeram menos barbáries, que o ‘Daesh’ comete hoje. Segundo São Thomás More, a cidade perfeita e a sociedade bem-aventurada eram as dominadas pela religião católica. O Estado, por meio da igreja, deveria ter o poder de regular todas as coisas, até mesmo o comportamento da sociedade. Segundo Amaral, a cidade terrena de Agostinho ensinava que “só o medo das sanções e o exemplo da punição severa dos crimes garantem a paz e a segurança entre os homens” (Amaral, 2002, p.86): para Santo Agostinho, o Estado com o poder de comandar e de punir tendo como missão a de aperfeiçoar o ser humano.

A visão de Agostinho é contrária ao ensinamento bíblico, por achar que a igreja, no poder, pode punir, levando o homem ao aperfeiçoamento. O Agostinianismo político colocou a igreja como elemento da “Cidade de Deus”, e, ao fazer isso, ele coloca o líder da igreja católica superior a qualquer outro líder. Essa teologia de poder foi mais tarde abordada por Santo Bernardo de Claraval, conferindo ao Papa poder espiritual e terreno. O Estado, nessa visão, está subordinado a Igreja. No livro de Romanos 13.1, diz “pois não há autoridade que não venha de Deus” (Nova Versão Internacional (NVI) da Bíblia, 2000). Aqui expressa o princípio de função e não de autoridade, com menos privilégios e mais responsabilidades.

Para Tomás de Aquino, todo poder pertencia a Deus e vinha através do povo. Com isso, ele estabelecia o princípio que ao povo pertence o poder.

Segundo Amaral Marsílio de Pádua, “se insurgiu e inovou-se: em último termo, era para que devia obediência ao imperador, porque este era o único que detinha a plenitude do poder” (Amaral, 2012, p.107). Desde então, começou-se uma nova fase de poder. O imperador era o dono de tudo e a igreja lhe devia submissão. Começa-se a repetir a história do que passou na idade do Bronze (Sec. XVI-XII a.C.) que, segundo Eyler, “o rei (Anax) concentra e unifica, em sua pessoa, todos os elementos do poder, todos os aspectos da soberania” (Eyler, 2014, p.29). O Rei Henrique VIII assumiu a plenitude do poder, sendo o líder da Igreja Anglicana e do poder civil em 1534.

Lutero ensinava que o líder de Estado era um instrumento de Deus para manter a paz. A separação entre Igreja e Estado só veio acontecer no final do século XVIII, após as revoluções francesa e americana. Francisco Suárez, citado por Amaral, afirmava que “nenhum rei ou monarca possui a autoridade política imediatamente de Deus ou por instituição divina, mas sim mediante a vontade e instituição humana” (Amaral, 2012, p.155). Esperamos que assim como aconteceu na história do ocidente, a separação entre religião e Estado possa também acontecer um dia no Levante, para o bem do povo.

Capítulo IV – Análise Prospectiva

O prognóstico das situações sociais, políticas, culturais, geográficas e religiosas que envolvem os Estados do Levante ainda continuam uma incógnita para a Ciência Política e para as relações diplomáticas mundiais. Vale a pena ressaltar que as nossas reflexões não são profecias sobre o que pode vir a acontecer na região. São análises seguidas pelos sinais, que nos podem levar ao que poderá acontecer no futuro e de como as coisas são e acontecem. Segundo Bandeira, após a I Guerra Mundial (1914-1918), “os novos países configuraram um mosaico de etnias, culturas, religiões, seitas e subseitas, clãs e tribos, a grande maioria nômade” (Bandeira, 2014, p.245). Os países do Levante fazem parte desses novos países pós Primeira Guerra. As características culturais e religiosas estão entrelaçadas.

Após a queda o Império Otomano, a opressão criou uma identidade conforme os padrões ocidentais na região como o único caminho para a modernidade. Isso causou um impasse e ainda cria muitas dificuldades culturais e políticas. O povo sofre por ser tratado como pessoas que pararam no tempo, que não evoluíram como os demais povos. O povo sofre com os estereótipos e clama por direitos e por respeito, por um libertador messiânico, com superpoderes que lhes darão o verdadeiro valor humano. Nessa loucura por libertação, os messias aparecem e a cultura de domínio está presente por toda parte. Todos querem dominar. Pena que eles não dominem nada; só apresentam dominar. A mentira, o engano e o *Status* de quem tem poder os envolve.

A supremacia religiosa e outros aspectos da sociedade os convencem a crer que são os melhores e mais santos. Os dogmas religiosos os dominam de tal maneira que eles não podem criticar ou questionar em nada os tradicionalismos culturais e religiosos. A região é recheada de tesouros históricos, mas tudo isso é passado e está muito longe; nada podem fazer para melhorar a qualidade de vida. A comunidade presente precisa de rumo ao crescimento, sem barreiras. Os grandes carrascos do Levante são os líderes locais, que se vendem por status e reconhecimento. Ressalta Demant que “a raiz do problema seria o próprio islã, o mais importante fator da falta de desenvolvimento do mundo muçulmano” (Demant, 2014, p.335). Em parte, o islamismo é responsável por grande parte da miséria da região. Os estudiosos como Bernard Lewis, Daniel Pipes e Martin Krame acreditam ser isso o grande causador dos conflitos.

Ainda Demant vai dizer que “o desenvolvimento e a democratização do mundo muçulmano acontecerão naturalmente, quando o capitalismo global, e os EUA em particular,

deixarem de intervir no mundo muçulmano” (Demant, 2014, p.336). Essa é outra vertente, que impede o crescimento da política. Vale lembrar, que essa característica a ele é imposta; que, para Maxime Rodinson, Edward Said e John Esposito, é o principal causador de desestabilidade na região. Os Estados do Levante precisam ser Estados de direito, não apenas no papel, mas na prática. Esse direito vai resolver muito dos problemas. As garantias humanitárias não são suficientes para manter uma sociedade organizada e justa; o Estado precisa de independência política e religiosa. Sem tal liberdade, o Estado sempre será refém, tanto da religião como dos poderosos do mundo.

Estamos no século XXI e os Estados do Levante ainda dependem da ajuda da política externa. Não há mal em se ter aliados externos, mas depender de tais é atraso político. O islamismo político, por um lado, está certo, ao lutar para libertar o Estado das mãos das grandes potências, mas estão errados ao entregar o Estado ao poder religioso. O poder religioso não garante a segurança e uma vida social e política saudável. Nas mãos das grandes potências, o cristianismo e o judaísmo são tolerados, mas, sob o poder da religião, são aniquilados, pois não existe tolerância. Os extremistas usam como argumento o sofrimento da família e o afastamento da religião islâmica, mas são eles mesmos os causadores dessa desordem. O próprio islã significa paz, mas dificilmente promove a paz e ainda dizem que vão conquistar o mundo e gerar a paz mundial.

Os Estados e os atores da política na região têm que se responsabilizar pela política local. Só assim, eles serão livres. Se esperarem pelo islamismo e pelo ocidente, eles serão ainda mais oprimidos. O Estado levantino precisa se unir para o seu próprio benefício e não dos ocidentais e da religião e, assim, se tornar um Estado moderno. O suicídio do Estado é ser servo do costume, da religião e do mundo. O Estado precisa ser soberano, garantindo a dignidade humana. Falar de paz e liberdade no Levante é um sonho distante, pois se pensa na desgraça do próximo em favor do seu próprio benefício. As regras do Estado são para o próprio bem e para explorar o povo, e se beneficiar da sua miséria.

Um Estado que não tem vida própria, não subsiste no mundo de hoje. Ficar copiando os modelos ocidentais não são promessas de desenvolvimento. Princípios e valores de uma outra cultura não significam o mesmo para uma outra cultura, muito menos os seus modelos políticos. A força não é a melhor estratégia para estabelecer a paz e a harmonia; ela é boa para o produtor de armas e não para o Estado. As guerras já provaram que são parte do passado. Ressalta Aron que “cabe indagar se as guerras têm algum sentido, uma vez que não

levam à paz” (Aron, 2002, p.738). A Primeira Guerra não tornou o mundo democrático e a Segunda Guerra não promoveu o equilíbrio do poder e a Guerra Fria não criou a harmonia.

Outro ponto relevante na região é o Estado de Israel, de população oriunda do mundo, que teve de lutar desde a sua fundação em 1948 para estabelecer um Estado judeu no seio da comunidade muçulmana. Os judeus estavam cientes das oposições e da luta que deveriam enfrentar para estabelecer uma comunidade judaica novamente no Levante. Arthur Balfour, em 1917, então ministro britânico das relações exteriores, e o Barão Rothschild, líder da comunidade judaica do Reino Unido, foram as pessoas chave para convencer o mundo a aprovar o Estado judaico, como um direito humanitário, mas sob as ordens dos europeus. Nesse direito, os direitos dos não judeus foram violados e o Estado Árabe-Palestino nunca saiu do papel. A carta de Arthur Henry McMahon de 1915 é usada para provar que os árabes têm direito à terra da Palestina, mas a carta não é clara sobre o território geográfico destinado aos árabes. As resoluções apresentadas no percurso da história da Palestina não foram capazes de garantir o Estado árabe na Palestina.

Os árabes, furiosos, se uniram para expulsar os judeus da Palestina. Por quatro tentativas, não conseguiram e ainda os árabes da Palestina perderam mais direitos e a terra. De todas as guerras envolvendo os árabes e os judeus, a guerra de 1967 foi a pior para os árabes palestinos, pois o seu território planejado pelas Nações Unidas para um Estado Árabe foi reduzido pela metade. Os egípcios logo entraram em acordo de paz com Israel, pondo fim aos conflitos que duram a 30 anos. Quando a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), em 1974, foi reconhecida pelas Nações Unidas como a representante do povo palestino, novos conflitos iniciaram-se, não fora da Palestina. A Jordânia passou a representar o direito dos árabes palestinos de terem um Estado na Palestina e teve de lutar para manter o seu poder e o Rei Hussein foi o grande rei na história dos hashemitas.

Os refugiados árabes palestinos, em solo jordano, queriam lutar e uniram as tribos beduínas, que estavam a serviço do Estado e das forças armadas. Os ‘fedayin’ queriam derrubar o Rei Hussein do poder a qualquer custo. Sanções foram impostas aos ‘fedayin’, pois estes haviam criado um Estado paralelo na Jordânia e ameaçavam a soberania e a segurança do Estado Jordano. O rei não teve outra escolha senão massacrar os ‘fedayin’ em Amã e nos acampamentos em Irbid, Salt, Sweileh, Baq'aa, Wehdat e Zarqa. Israel impediu a Síria de entrar no fronte e a Jordânia acabou com seus inimigos de Estado.

Enquanto isso, as coisas pioravam na política da Palestina, tanto do lado judeu como árabe. Logo, não só a Jordânia, mas os países do golfo apresentaram propostas aos eternos

conflitos. Os constantes conflitos e as dificuldades levam os Estados Unidos a buscar fora da Palestina acordos que poderiam beneficiar os dois povos na Palestina: não levaram a nada o Hamas e outros grupos terroristas que querem destruir Israel e expulsar os judeus da região. Encontrar uma solução aos problemas entre judeus e árabes é complexa, pois envolve a cidade de Jerusalém, pelo seu valor histórico, cultural e religioso. As fronteiras: os árabes exigem que seu futuro Estado seja delimitado pelas fronteiras anteriores ao ano de 1967 e Israel rejeita. Os assentamentos, mesmos sendo considerados ilegais pela corte internacional de justiça, não chegam a um denominador comum. E, por último, é sobre os refugiados árabes palestinos, que querem voltar a terra, mas Israel não permite. Outras questões também impedem um acordo de paz entre os judeus e árabes na Palestina, mas esse 4 são os mais complicados.

Essas questões são tão complicadas que nos levam a pensar e a crer que dificilmente vai haver um Estado judeu e um árabe-palestino na Palestina. Afirmar que haverá uma Estado Árabe na Palestina é difícil de afirmar, mas que o poder de Israel tende a crescer é um fato que a história comprova. Os árabes palestinos podem abrir mão de seu Estado na Palestina e viver no Estado judeu tranquilamente e ter uma vida tranquila, desfrutando de todos os benefícios que o Estado judeu proporciona. Mas os judeus viverem em paz debaixo de um Estado Árabe-Palestino, será difícil sobrar um judeu para contar história. Eles seriam aniquilados na primeira oportunidade e o holocausto seria nada comparado com a matança que aconteceria.

O Estado judeu não vai perder o poder de domínio; pelo contrário, vai aumentar o seu poder e os árabes serão obrigados a se submeterem às suas ordens para o seu próprio benefício. Somente um Estado judeu na Palestina pode gerar qualidade de vida aos seus habitantes, sejam eles árabes ou judeus. O poder que Israel tem é tão forte que a Jordânia, em 1994, assinou um acordo de paz com Israel e mudou a história do país para melhor e as ameaças foram prevenidas e a economia beneficiada. Após esse tratado, a Jordânia procura ficar em paz com todos os seus vizinhos, o que garante estabilidade, segurança e paz nos seus territórios. Apesar de todos os desafios para manter a sua soberania, o Estado jordano tem conseguido, de forma extraordinária, controlar as tensões. Antes da guerra civil na Síria começar, segundo revela Isabel Kershner⁶⁸, Israel “em 2010, havia começado a negociar secretamente com a Síria um tratado de paz, interrompido pela guerra civil, mediante o qual

⁶⁸ Kreshener, Isabel (2012). *Secret Israel – Syria peace talks involved Golan Heights exit*. New York: SNI
Bandeira, Luiz A. Moniz (2014). *A Segunda Guerra Fria*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. October 13.

retiraria as tropas das colinas de Golã” (Bandeira, 2014, p.430). Isso revela a razão pela qual o Primeiro-Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, não se envolveu nos conflitos na Síria.

Os países do Levante estiveram sob o Mandado Britânico e Francês até chegarem a independência, apesar dos anos de influência da política ocidental serem visíveis. O petróleo estabeleceu contratos internacionais de fundo econômico. A economia e a religião são as duas características culturais que têm levado a política do Levante a combater o terrorismo na região. Pois, em nome de *Allah*, o povo tem sido massacrado, porque o islã político, baseado no islamismo do século VII, tem feito promessas de vida melhor, sob as ordens religiosas, e o povo tem ouvido. O terrorismo é combatido no mundo todo e também no Levante com a ajuda dos Estados Unidos e da Europa. Ressalta Morris que “Bush definiu ser a tarefa da América não só punir os responsáveis, mas erradicar o terrorismo do mundo inteiro” (Morris, 2004, p.395). O mundo está em guerra contra o terrorismo e, segundo Darvid Frum e Richard Perle⁶⁹, as “guerras contra o terror, empreendidas pelos Estados Unidos, custaram cerca de US\$ 2 trilhões por ano” (Bandeira, 2014, p.179). O resultado desse investimento não estabeleceu a paz, a estabilidade e não destruiu o poder. Pelo contrário, estabeleceu o caos nos países⁷⁰, e os países ficaram mais pobres e inseguros.

Moreira cita as palavras ditas por Yadh Achour sobre a democracia que, segundo ele, “ não é nem ocidental, nem oriental, nem asiática, nem africana, ela está na constituição psíquica de todo ser humano. A democracia é a humanidade” (Moreira, 2014, p.8). A democracia é o único sistema político que dá valor às ideias do povo, mas que precisa ser adaptado às várias formas políticas e culturais. As intenções do ocidente em democratizar o Levante criaram uma apatia ao sistema democrático. Estudiosos árabes mobilizaram a região a favor da democracia, mas foram engolidos pelo sistema político-religioso. Khalid Muhammad defendeu a democracia com base na religião islâmica, mas foi obrigado a renegar seu ponto de vista. Nasser Hamed Abu Zaid e Muhammad Shahrur e Muhammad Arkoun destruíram a versão literária do islã e dos seus dogmas e foram expulsos do mundo árabe.

Ao contrário que muitos pensam, a democracia ocidental não vai acabar com o extremismo religioso no Levante, pelo contrário, vai aumentar os confrontos. Afghani, Abdu e Ridda foram os principais líderes do fundamentalismo islâmico, que propagaram o ápice do futuro Estado Islâmico com traços democráticos baseados nos preceitos do islamismo. O

⁶⁹ Frum, Darvid and Perle, Richard (2004). *An end to evil. How to win the war on terror*. New York: SNI
Bandeira, Luiz A. Moniz (2014). *A Segunda Guerra Fria*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. P. 123.

⁷⁰ Os países no qual o autor se refere são: Iraque e Afeganistão.

papel da religião engloba todo o pensamento político e econômico da região. A Revolução Americana no século XVIII influenciou a região, mais foi barrada pela cultura islâmica. Como pode a democracia se desenvolver no Levante, onde todo o poder está no líder? O povo não apenas deixa de participar do governo como é mantido longe dele. O profeta do islamismo é o grande mestre político e religioso, que deve ser imitado. Para a democracia se firmar no Levante, é preciso uma reforma do islã. O Estado está nas mãos do líder, e, assim como aconteceu na época medieval, acontece na região, onde desobedecer a autoridade do monarca é tratado como desobediência à vontade de *Allah*. As normas da democracia e as normas do Alcorão são incompatíveis. Com a *Sharia* comandando a conduta do rei e do povo, a sociedade não fica livre para pensar. *Allah*, na cosmovisão islâmica, é o legislador dos países muçulmanos.

A forma de governo no Levante, desde o início, foi pela espada e pela força. O seu espírito de superioridade leva o povo a crer que um dia todo o mundo será dominado por *Allah* por meio do islamismo. A democracia ocidental é acusada de criar os conflitos e a perversidade social. Os traços democráticos da democracia de Israel e do Líbano não servem para os demais países do Levante. Para se medir o nível de democracia, é só observar como a mulher é vista e tratada, assim como a liberdade social e religiosa do cidadão. A mulher é tratada como um ser maldito, perverso e inferior e a liberdade individual não existe na sociedade. A visão religiosa não permite o povo ser libertado desses conceitos, os quais são tratados como revelação divina do século VII d.C. A democracia é tratada como uma afronta ao sagrado, por isso é tão rejeitada nos países muçulmanos.

Os grupos políticos religiosos como a Irmandade Islâmica na Síria, o Hamas na Palestina, e o Hezbollah no Líbano e o recente Estado Islâmico que dominam parte do território da Síria e do Iraque têm uma política agressiva contra os Estados democráticos. Esses grupos e os seus militantes são pessoas repressoras e intolerantes à liberdade de expressão. O problema mais grave para o islamismo é aceitar a soberania do povo. A soberania de *Allah* e a soberania do povo são incompatíveis, pois *Allah* é o único soberano. Os paradigmas religiosos são regras, que estabelecem o comportamento da pessoa, da sociedade, do povo, da cultura, do governo e da política no Levante. A falta de liberdade de conhecimento impede a pessoa de romper com o passado cultural e religioso.

Poucos são os paradigmas religiosos que têm mudado, mas os costumes têm sido abalados pelo desejo de liberdade da população, que tenta romper com a dicotomia Estado-religião, mas o progresso tem sido muito pouco. Segundo Demant, “o fundamentalismo,

secularização, reforma islâmica estão simultaneamente se desenvolvendo no Levante. A tríade das políticas mais indicadas para promover tanto a segurança internacional quanto a coexistência é: com o islã: diálogo; com o islamismo: luta; com o mundo muçulmano empobrecido e enraivecido: justiça, desenvolvimento e democratização” (Demant, 2014, p.365). A transformação da região tem afetado a estrutura interna e internacional.

O Levante tem mudado sociologicamente, devido a forças externas e ambiente hostil em que vive o povo. Tratar o Estado independentemente da religião irrita os fundamentalistas, que passam a assumir uma postura mais radical com respeito ao governo atual e a sua política local e internacional. A segregação feminina tem sido questionada pelas próprias mulheres do poder e tem levado a uma disputa social e religiosa que atinge a política. A crise na Síria tem levando o Líbano e a Jordânia a adquirirem novos paradigmas de segurança. A crise humanitária provocada pela guerra na Síria tem levado os líderes a tomar novas medidas, para socorrer os refugiados. Uma delas é dando mais liberdade a igrejas para atuarem como agentes sociais do Estado, para aliviar o sofrimento de muitas mulheres e crianças.

A unidade dos países é outro tema que, pode se perceber a cada ano, tem feito os países se distanciarem um do outro. Isso não quer dizer que eles não podem se unir como fizeram no passado, quando lutaram contra o Estado de Israel. Até mesmo porque a população majoritária é formada por árabes muçulmanos, que ameaça a paz no Levante. Religiosamente, os árabes muçulmanos são unidos, mas isso não impede que novos conflitos apareçam entre eles, pois, em nome de *Allah*, os Estado e grupos fundamentalistas querem dominar o poder e usá-lo a seu favor. A religião islâmica, desde a sua origem, foi um movimento político, social e militar, com visão de superioridade cultural e religiosa. As tradições tribais foram substituídas pela lealdade e pela solidariedade à religião. Vale lembrar que o islamismo é uma religião coletiva e, por isso, passa uma visão de unidade, mas eles são desunidos ao extremo. As subdivisões da religião criaram várias seitas, sendo o xiismo e o sunismo as duas correntes principais.

Enquanto o Estado não conseguir libertar a política da religião, nada mudará no Levante, se bem que o nacionalismo árabe tentou, mas fracassou, pois foi julgado como movimento político cristão do Líbano. A sociedade levantina é dividida entre os dogmas religiosos de costumes diferentes, e a intolerância vive solta e agrava a maldade. O dogma, que está no poder, tenta de todas as formas e força impor a sua forma de agir, pensar e crer como revelação do Divino. A unidade árabe não pode ser vivenciada, se a religião tomar a

primeiro lugar na vida e na política do Estado. Na Palestina, tanto os judeus quanto os árabes não concordam com dois Estados na mesma localização geográfica. A religião pode ser apontada como a maior vilã à paz e à unidade regional, pois a religião dita as regras da unidade cultural, social e política.

Para agravar ainda mais os problemas do Levante, há a sua cultura fatalista como filosofia de vida, que acredita que nada pode ser mudado sem a vontade de *Allah*. Nada que os homens venham a fazer pode alterar o que foi predeterminado por *Allah*. O homem não erra porque quis errar, *Allah* o induziu ao erro. Seja o Estado bom ou ruim, ele segue os caminhos de *Allah*. As pessoas sofrem com a opressão do Estado, mas a culpa é de *Allah*. Crer na soberania de Deus, que exclui a responsabilidade do ser humano, é uma falsa teologia. Os atentados terroristas são tratados como a vontade de *Allah*. Sendo assim, as atrocidades, crueldades e perversidades têm sua origem em *Allah*. Esse fatalismo é imoral. Deus não anula a responsabilidade do homem, que tem poder. O ser humano é livre para usar o seu poder tanto para beneficiar como para destruir. As dificuldades que os imigrantes e refugiados passam são simplesmente ignoradas, pois foi *Allah*, quem provocou a destruição social e psicológica.

O número de refugiados criou uma crise humanitária e os fundamentalistas acreditam estar vivendo o cumprimento das profecias do islamismo na Síria, iniciada com a Primavera Árabe e o ocidente foi enganado, acreditando se tratar de uma guerra em favor da democracia. Os dados mundiais são sérios sobre a situação dos refugiados, que hoje vivem em opressão até mesmo em países democráticos. As crianças refugiadas no Levante são consideradas uma geração perdida. Para sanar as dificuldades dos refugiados, o mundo ofereceu ajuda, aos países hospedeiros, mas os recursos não são ainda suficientes para arcar com tantas despesas. Os recursos financeiros nunca serão suficientes, caso nada seja feito nas políticas sociais. O refugiado, na esperança de uma vida melhor, migra para outros países, achando que vai encontrar pessoas solidárias e oportunidades sociais e econômicas.

A triste realidade dos refugiados tornou-se uma fonte de lucro; as máfias e traficantes continuam a agir e nada é feito para incriminá-los. Enquanto isso, as ONGs aproveitam a desgraça do pobre refugiado para levantar milhões de dólares para pagar os altos salários dos funcionários. Os refugiados são pessoas dignas, que perderam a família, casa e país. Ele não pode ser tratado como um imprestável e analfabeto. Os países do Levante são os melhores lugares para os refugiados ficarem, devido o idioma e as semelhantes características culturais. Segundo Demant, “os muçulmanos constituem a maior população em imigração e,

em muitos aspectos, a mais problemática” (Demant, 2014, p.172). O que tem abalado o mundo é que a crise humanitária também abalou a segurança mundial. O número de atentados terroristas aumentou assustadoramente, principalmente nos países europeus envolvendo muçulmanos.

Muitas pessoas imaginam que o grupo ‘Daesh’ é um grupo fundamentalista com ideias novas. Esse é um grupo formado pela junção de muitos grupos que lutavam na Síria para derrubar o Presidente Bashar al-Assad. Suas ideias são de teor escatológico antigo, desenvolvidas no decorrer da história islâmica. O ideal desse grupo é a fundação de um Estado Islâmico, nos moldes dos califados islâmicos, que dominaram o Levante e boa parte do mundo. O grupo tem criado problemas econômicos e religiosos, além de políticos. Não só na região, onde a segurança foi fomentada, como no mundo. Lutar para destruir esse grupo é o objetivo das nações. O grupo levou o mundo a uma guerra contra o terrorismo, que tem como meta erradicar de vez essa praga.

Os cleros muçulmanos foram obrigados a dar uma resposta ao mundo sobre o grupo, que dizia ser os verdadeiros muçulmanos. A verdade é que os muçulmanos não querem ver que, o que o ‘Daesh’ faz hoje, os líderes do passado também fizeram. Condenar hoje esse grupo também envolve condenar o passado da expansão islâmica, que não fez diferente. Os militantes do ‘Daesh’ lutaram no Iraque, na Líbia contra os Estados Unidos, mas na Síria eles foram aliados, sendo patrocinados também pelos países do Golfo. A economia dos Estados Unidos é movida pela guerra, como a única forma de manter os seus interesses intactos. Quando o grupo começou a crescer no Levante, fugindo da proposta inicial, as grandes potências mundiais e os países do Golfo tiveram que deter, pelo menos em parte, o seu crescimento, pois, com tanto poder e sofisticação, eles ainda não impediram o grupo de operar na região da Síria e Iraque.

Os conflitos no Levante não abalam somente a região como também o mundo. Ainda é muito cedo para prever, que o tempo de paz e harmonia está próximo. O mundo ainda vai passar por muitas mudanças políticas, religiosas e econômicas. As três maiores religiões mundiais nasceram no Levante e o poder econômico mundial no ocidente. Esse jogo de poder é um dilema que envolve os Estados e a sua política mundial. Para tentar harmonizar e amenizar esse dilema, é preciso uma política mundial capaz de controlar a economia e a religião, o que não é impossível de acontecer. Quando isso vai acontecer? Ainda não podemos prever o ano, mas tudo caminha para se concretizar. Podemos prever que não será

sem conflitos étnicos, religiosos e econômicos, quando o poder da política triunfará momentaneamente para a paz mundial.

Conclusão

A relação internacional entre os países do Levante envolve a política internacional. A região sempre foi influenciada por poderes internos e externos de outros Estados e é ainda sim. As riquezas da região atraem a atenção de muitos povos e cria insegurança e instabilidade por toda a região. Após o reconhecimento do Estado de Israel no Levante em 1948, houve uma mudança drástica no cenário político, cultural, religioso e econômico da região, que ironicamente unificou as nações árabes. A Liga Árabe se fortaleceu com o objetivo de expulsar os judeus do Levante e não para a unidade nacional, como se imaginava na época. O conflito na Palestina revelou a incapacidade dos britânicos de criarem soluções viáveis, além de não pôr fim aos conflitos, eles são acusados de fomentar a discórdia entre os dois povos.

Por décadas as grandes potências disputam a região do Levante, controlando e manipulando a economia e a política, para os seus próprios interesses. As constantes disputas fomentaram o extremismo religioso-político, o que leva a entender os bastidores culturais e políticos da revolta popular. A religião ocupa um importante fator na região; a presença das três religiões monoteístas (o cristianismo, o islamismo e judaísmo) dão um peso ainda maior nas decisões políticas. Com a maioria da população sendo de árabe e de religião islâmica, acaba facilitando o intercâmbio entre os Estados árabes, pois o idioma e a cultura são os traços mais importantes que os unem.

Os grupos religiosos-políticos mobilizam a massa popular sobre o pretexto religioso, prometendo o bem-estar por meio das práticas religiosas. O fundamentalismo islâmico tem crescido, principalmente por motivos sociais. Eles pregam que as normas e o comportamento ocidental são depravados e que devem ser abolidos da sociedade muçulmana. Esse cenário político-religioso tem ceifado a vida de muitas pessoas e levado ao caos social e político. O fundamentalismo religioso é um dos fatos que mais criam discórdia na região. Após as duas grandes guerras, em 1945, as Nações Unidas atuam constantemente para conter os conflitos religiosos e culturais no Levante. Percebe-se como a política ocidental molda a identidade política, que deixa de ser capaz de se mover sozinha, sempre precisando da “mãozinha” dos poderosos, que sempre exploram.

A constituição dos Estados árabes é fundamentada em princípios religiosos, sendo o Alcorão a constituição, cuja ideologia é restaurar a ordem por meio dos valores e princípios islâmicos e avançar para o ocidente pecador, como um rolo purificador sob as ordens de

Allah. Os fundamentalistas islâmicos têm aversão à política ocidental, por tratá-la como uma imposição política em prol dos Estados ocidentais. Mesmo estando escrita na constituição dos países que formam o Levante, há garantia da dignidade da pessoa, mas o povo é vítima de programas tecnológicos, sociológicos, religiosos e culturais. A lealdade aos valores e princípios religiosos estão acima da lealdade cultural e política. As leis e a soberania de *Allah* são representadas pelos líderes, que também estão sujeitos aos dogmas religiosos.

As políticas internacionais podem evitar a disseminação do povo, crimes e barbárie, mas não podem garantir a paz e a liberdade política. No início, os judeus tiveram que lutar tanto fora como dentro do Levante para ter o seu próprio Estado. Os árabes ficaram furiosos, pois o sionismo estava propondo um Estado, que não teria o islamismo como religião oficial e tentaram de tudo para impedir, mas não conseguiram. A declaração de Balfour prometia não prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas, mas não aconteceu. O Mandato Britânico, para ser justo, teve a incumbência de dividir o território entre dois Estados: um árabe e um judeu, sob a resolução 181 de 1947. Os Judeus tiveram a sua terra; já os árabes palestinos ainda aguardam a promessa ser cumprida, o que parece que nunca vai acontecer. Os árabes apresentam uma carta do alto comissário Arthur Henry McMahon, dizendo que a Palestina também seria dos árabes, mas a carta não é clara sobre esse ponto.

Desde o primeiro dia em quem foi reconhecido o Estado Judaico, os judeus não pararam mais de lutar na Palestina. As primeiras lutas foram contra uma aliança árabe, que acreditava piamente que, em poucos dias, eles iriam expulsar os judeus da Palestina. De todas as guerras que foram travadas entre Israel e os países árabes do Levante, a guerra de 1967 foi a que mais rendeu terras ao Estado de Israel e perda de território aos Estados árabes. Hoje a guerra na Palestina não envolve mais os países do Levante; isso não quer dizer que eles aceitam o Estado judeu. Encontrar uma solução aos problemas entre judeus e árabes palestinos é uma tarefa difícil, pois envolve questões religiosas e geográficas, que envolvem a cidade de Jerusalém, fronteiras, assentamentos e os refugiados palestinos.

Os refugiados árabes palestinos foram para a Jordânia e criaram muitos problemas ao Estado hospedeiro. A OLP desafiou as leis da Jordânia e tentou tomar seu poder por meio de golpes. Com muitas dificuldades, a infantaria jordana conseguiu expulsar os ‘fedayin’ de Amã, após semanas de luta. O Rei Hussein foi considerado um grande aliado da política ocidental. Ele foi a pessoa chave no processo de paz na região, enquanto estava vivo. Durante seu reinado, o Rei Hussein assinou o tratado de Paz com Israel, em 1994, que mudou a

economia e a política do país. As relações do Rei Hussein nas políticas internas e externas, lhe garantiu estabilidade, segurança e paz nos seus territórios. A política da Jordânia é um fator importante na região, pois a monarquia da Jordânia pertence a tribo hashemita, descendentes do profeta do Islamismo, Muhammad, *Status* que poucos líderes muçulmanos têm. Os hashemitas foram aliados da Inglaterra, que liderou a revolta árabe contra o Império Otomano.

Após a vitória, a região ficou sob o Mandato Britânico e Frances que dividiu o Levante. A Síria e o Líbano ficaram sob o poder da França. A Palestina e a Jordânia sob o poder dos britânicos. Os hashemitas, sob a liderança de *Sherif* Hussein bin Ali, perderam o poder e foram expulsos de Hijaz. Faisal bin Hussein foi declarado Rei da Síria e insistia na independência da grande Síria e está sob o comando do califado hashemita. Esse califado envolvia toda a região. O Rei Faisal foi tirado do governo pelas tropas francesas, e os europeus acusados de quebrarem as promessas feitas ao *Sherif* Hussein bin Ali. A crise na região levou a política de Churchill a criar o reino da Jordânia, sob a liderança de Abdullah bin Hussein, para dar estabilidade e ordem no Levante a custo baixo, mas o Líbano não aceitou e nem a Síria, muito menos a Palestina, sobre essa decisão.

A recente crise na Síria leva a política ocidental, com o apoio do Golfo e da Turquia, a propor a divisão da Síria, para criar novos Estados segundo o credo religioso e étnico. Nada do que acontece na região fica sem passar pelo crivo da política ocidental, e, os que rompem com ela, estão em perigo. Assim como aconteceu na Europa, acontece no Levante: dividir para reinar e manter o poder. Sob a bandeira religiosa, os líderes estão massacrando o povo em nome de *Allah*, pois estão mais preocupados com a religião do que com a situação do povo. Filósofos árabes, no passado, mobilizaram a sociedade a lutar em prol da democracia para acabar com o fundamentalismo religioso, mas foram excluídos do meio acadêmico, social e religioso.

O islamismo é uma religião que influencia todos os aspectos da vida, desde educação, família, comércio, cultura, governo e política. A lei *Sharia* é a constituição dos Estados governados por muçulmanos, de forma que não há espaço aos princípios democráticos. Ridda projetou o futuro Estado Islâmico ideal, com traços de uma democracia islâmica, baseada nos dogmas e preceitos religiosos, rejeitando a democracia ocidental, acusada de ser cristã. Os fundamentalistas tratam a mulher como um símbolo de degradação da sociedade e que precisa ser detida. A liberdade feminina e religiosa, a cidadania e a soberania do povo são tratadas culturalmente e religiosamente como decadência da sociedade, o que dificulta a ideia

democrática, pois abomina tal tratamento. Em outras palavras a democracia é inimiga do Estado Islâmico.

Os novos paradigmas da boa governança dos Estados é o novo paradigma que precisa ser aceito no Levante, para que as mudanças sejam em benefício da população. Por causa dos conflitos, os governos agem rápido, mudando paradigmas e peças de seu governo, para impedir as revoltas e conflitos, e não o sistema político que procura beneficiar o povo. Os novos paradigmas têm quebrado valores e princípios também islâmicos muito lentamente. A dicotomia Estado-religião tem aos poucos sido estudada separadamente da cultura e isso irrita os fundamentalistas. A religião islâmica tem enfrentado novas ideias, depois do aparecimento do grupo terrorista 'Daesh'. Paradigmas islâmicos estão sendo combatidos pelos próprios muçulmanos.

O paradigma fatalista é predominante na região, pois ele acredita que o homem não tem liberdade de escolha e que deve viver dependendo de *Allah*. As disputas pelo poder religioso transformam a região em conflitos políticos de esfera mundial em nome de *Allah*. A cultura árabe dá a sensação que é um mundo religioso unido, em nome da religião, mas eles não são. As seitas e subseitas do islamismo vivem lutando entre si pelo poder religioso, que os leva a dominar o mundo muçulmano. As duas seitas principais são a xiita e a sunita. Pode perceber a unidade religiosa islâmica da sociedade no dia de sexta-feira, na hora da oração comunal, no mês de Ramadã e na peregrinação à Meca. A dificuldade da política de impor seu poder de Estado são os costumes tribais antigos, pois são tratados como normativos a todos os muçulmanos.

O nacionalismo árabe de origem cristã libanesa exaltava a unidade árabe por meio do idioma, da cultura e da literatura. Esse nacionalismo acreditava no renascimento da cultura árabe que poderia criar a sociedade livre e coletiva. Por ser de origem cristã, não foi aceito pela maioria muçulmana. Os muçulmanos, especialmente os fundamentalistas, não pensam na comunidade unida por meio da cultura, mas por meio do islamismo. Para os fundamentalistas, o islamismo único pode unir a comunidade árabe. Os cristãos árabes são excluídos dessa união e correm perigo de morte, caso o islamismo político chegue ao poder político.

O fatalismo muçulmano é uma filosofia de vida, e nada pode ser feito para mudar o que foi decretado por *Allah*. O islã tem o poder de conduzir o fiel ao mais extremo ato de violência, sem que a pessoa seja a verdadeira culpada pelo crime. O fatalista muçulmano crê que os atos humanos são predestinados por *Allah*, até mesmo os atos terroristas. Todos os

tipos de desordem, desastre e barbárie têm origem em *Allah* e não no ser humano. A crença no destino é a fonte de todo o tipo de maldade humana, negando a responsabilidade à raça humana. O fanatismo e o fatalismo contribuem para o atraso da região. Separar o Estado dessa crença só será possível se o povo quiser, mas, no caso, não querem, pois são conduzidos conforme o poder da liderança espiritual.

A Primavera Árabe levou a crer que as profecias islâmicas tinham começado e que chegariam até os confins da terra, levando a supremacia islâmica. Por isso, o número de extremistas cresceu em meio a desordem, o que preocupa a população nacional e internacional. A Primavera Árabe marcou o início do levante na Síria, que se tornou o palco de uma guerra civil, religiosa e étnica. Os rebeldes não lutavam em prol da democracia, mas como soldados cumprindo as ordens de *Allah*. Em meio a lutas e discórdias, o grupo ‘Daesh’ apareceu como a esperança de mudança. Mas o grupo se manifestou como um grupo terrorista dos mais intolerantes. Em meio a este contexto, eles criaram leis e cometeram todo o tipo de atrocidades inimagináveis. A crise na Síria e o grupo ‘Daesh’ levaram ao alto índice de refugiados, o que preocupa o mundo. A imigração dos refugiados para o ocidente criou desconforto e o aumento de crimes, abusos e de atentados terroristas. A intolerância religiosa tem levado as minorias étnicas e religiosas a buscarem refúgio no ocidente e em outros países da região, criando instabilidade interna e externas onde estão.

Bibliografia

- Amaral, D. Freitas (2012). *História do Pensamento Político Ocidental*. Coimbra: Almedina.
- Andrey Moore (1982). Citado em Alan P. F. Sell, *The Great Debate*. Grand Rapids: Baker Book House.
- Aron, Raymond (2002). *Paz e guerra entre as nações / Raymond Aron*; Prefácio de Antônio Paim; Trad. Sérgio Bath (1 a. edição) Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Azambuja, Darcy (2008). *Introdução à Ciência Política*. 2ª ed. São Paulo: Globo.
- Bandeira, Luiz A. Moniz (2014). *A Segunda Guerra Fria*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bauman, Zygmunt (2000). *Em Busca da Política*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar.
- Berger, Peter L. & Luckmann, Thomas (2004). *A construção social da realidade*. 24 ed. Petrópolis: Vozes.
- Berkhof, Louis (1992). *Teologia Sistemática*. Campinas: Luz para o caminho.
- Bíblia Sagrada (2000). *Nova Versão Internacional/* traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo- SP: Geografica.
- Blainey, Geoffrey (2011). *Uma Breve História do Século XX*. 2ª Ed. São Paulo: ed. Fundamentos Educacionais Ltda.
- Boas, Franz (2004). *Antropologia Cultural*. Organização de Celso Castro, Rio de Janeiro: Zahar.
- Bobbio, Noberto (2014). *Qual Democracia*. Org. Mario Bussi; prefácio de Celso Lafer; posfácio de Mario Bussi; Tradução Marcelo Perine. Ed. 3ª. São Paulo: Edições Loyola.
- Bobbio, Noberto (2015). *O Futuro da Democracia*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 13º Ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Bonavides, Paulo (2000). *Ciência Política*. 10ª ed. São Paulo: Malheiros.
- Borsoi, Isabel C.F. (2005). *Acidente de Trabalho, Morte e Fatalismo*. Universidade Federal do Ceará – CE. *Psicologia & Sociedade*; 17 (1), pp. 21-28.

- Braga, Luiz C.M (2012). *A Física da Liberdade: O Fatalismo no Sistema da Natureza de Holbach*. Griot: Revista de Filosofia, Amargosa, Bahia- BR, Vol. 05, N° 01.
- Cahn, Steven M. Fate (1987). *Logic and Time*: Yale University press. New Haven.
- Costa, André G. & Tonelo, Daniel. *Filosofia da Ciência e mudança de paradigma: uma breve revisão da literatura*. Artigo, USP- SP.
- Cunha, Paulo Fereira (2014). *Política Mínima*. Nova Edição. Lisboa: Quid Juris.
- Dahl, Robert A. (2001). *Sobre a Democracia*. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Demant, Peter (2014). *O Mundo Muçulmano*. 3° Ed., 2° reimpressão. São Paulo- SP: Contexto.
- Eyler, Flávia M. Shelee (2014). *História Antiga: Grécia e Roma: a formação do Ocidente*. PUC – Rio. 3ª ed. Puc – Rio de Janeiro: Vozes.
- Ferguson, Niall (2012). *Ocidente x Oriente*. Tradução de Janaína Marco Antônio. São Paulo: Planeta.
- Freire, Paulo (2011). *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à pratica educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freud, Sigmund (2011). *O futuro de uma ilusão*. Revisão Técnica e Prefácio de Renata Udler Cromberg; Ensaio Biobibliográfico de Paulo Endo e Edson Sousa. Porto Alegre, RS: L&PM.
- Gramsci, Antônio (1978). *Concepção Dialética da História*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Helm, Paul (2007). *A Providência de Deus*. São Paulo: Cultura Cristã.
- Hobbes, Thomas (1651). *Leviatã*. Tradução de João Paulo Monteiro e de Maria Beatriz Nizza da Silva.
- Hungtington, Samuel P.(1996). *O choque de civilizações: e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Maquiavel, Nicolau (2012). *O Príncipe*. Tradução e notas de Henrique Amat Rêgo Monteiro. 2ª Ed. São Paulo: Clío.
- Martín- Baró, I. (1987). *El latino indolente*. Carácter ideológico del fatalismo latinoamericano. In: Montero, M. Psicología Política Latinoamericano. Venezuela: Panapo, pp. 135-162.
- Marx, Karl (1993). *Manuscritos Econômicos-filosóficos*. Lisboa: Edições 70.

- Mignolo, Walter D. (2008). Traduzido por: Norte, Angela Lopes. *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. Cadernos de letras da UFF- dossiê: literatura, língua e identidade, n. 34, pp. 287- 324.
- Moreira, Adriano (2014). *Ciência Política*. 6ª Ed., Coimbra: Almedina.
- Morris, Dick (2004). *Jogos de Poder*. Tradução de Renato Bittencourt. Rio de Janeiro: Record.
- Olson, Roger (2013). *Teologia Arminiana: Mitos e Realidades*. Reflexão.
- Platão (2013). *A República*. 3ª Ed. São Paulo: Martin Claret.
- Prado, Marco A. M. (2002). *Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psico-sociais das ações coletivas*. Psicologia e revista. Belo Horizonte, V.8, n. 11, pp. 59 – 71.
- Rousseau, Jean-Jacques (1762). *Do Contrato Social*. Tradução: Rolando Roque da Silva, Ed. Eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores (WWW. Jahr.org)
- Shlaim, Avi (2008). *Lion of Jordan*. London: Penguin Books.
- Tomás de Aquino, Santo (2011). *Escritos políticos de Santo Tomás de Aquino*. 2ª Ed. / Tomás de Aquino; tradução de Francisco Benjamin de Sousa Neto. Petrópolis – RJ: Vozes.

Webgrafia

Acnur. Definição de Refugiados. Disponível em

<http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/perguntas-e-respostas/> acesso dia 17 de maio de 2016.

Ben-meir, Alon. No Oriente Médio, eleições prematuras atraem instabilidade. Disponível em

<http://www.epochtimes.com.br/no-orientes-medio-eleicoes-prematuras-atraem-instabilidade-2/#.VCCJNG90xhg> Acesso em: 28 de setembro de 2014.

Brasil, Itamaraty. Debate no Conselho de Segurança sobre a Situação no Oriente Médio - Intervenção brasileira. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/debate-no-conselho-de-seguranca-sobre-a-situacao-no-orientes-medio-intervencao-brasileira> Acesso em: 27 de setembro de 2014.

Dicionário online Caldas Aulete. Fatalismo. Disponível em:

<http://www.aulete.com.br/fatalismo> Acesso dia 01 de maio de 2016.

Dicionário online Dicio. Fatalismo. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/fatalismo/> acesso dia 01 de maio de 2016.

Dicionário online Dicio. Paradigma. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/paradigma/> acesso dia 01 de maio de 2016.

Jordan Times. Jodanians rally support al-aqsar. www.jordantimes.com/news/local/jodanians-rally-support-al-aqsar acesso dia 20 de setembro de 2015.

Liddell, Henry G. & Scott, R. A Greek-English Lexicon, on Perseus Digital Library.

Revised and augmented throughout by. Sir Henry Stuart Jones. With the assistance of Roderick McKenzie. Oxford. Clarendon Press. 1940. Disponível em:

<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.04.0057%3Aentry%3Dpara%2Fdeigma> acesso dia 01 de maio de 2016.

ONUBR. A questão da palestina e as nações unidas:1948-2014.

<http://nacoesunidas.org/palestina/contexto/> acesso dia 20 de agosto de 2015.

Wikipédia. História da Jordânia.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_Jord%C3%A2nia acesso dia 27 de setembro de 2009/14.